



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL (EICOS)
LINHA DE PESQUISA 1 - COMUNIDADES, DESENVOLVIMENTO, AMBIENTE E
INCLUSÃO SOCIAL

YASMIN XAVIER GUIMARÃES NASRI

INTERPRETANDO O USO PÚBLICO PELA LENTE DO *RELIGARE* ENTRE
SOCIEDADE E NATUREZA: o caso do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ)

Rio de Janeiro

2018

Yasmin Xavier Guimarães Nasri

INTERPRETANDO O USO PÚBLICO PELA LENTE DO *RELIGARE* ENTRE
SOCIEDADE E NATUREZA: o caso do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta de Azevedo Irving.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac.

Rio de Janeiro

2018

CIP - Catalogação na Publicação

N264i Nasri, Yasmin Xavier Guimarães
Interpretando o uso público pela lente do
religare entre sociedade e natureza: o caso do
Parque Estadual da Costa do Sol (RJ) / Yasmin
Xavier Guimarães Nasri. -- Rio de Janeiro, 2018.
183 f.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving.
Coorientadora: Marie Louise Trindade Conilh de
Beysac.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2018.

1. Religare entre Sociedade e Natureza. 2. Uso
Público. 3. Parque Estadual da Costa do Sol. I.
Irving, Marta de Azevedo, orient. II. Beysac,
Marie Louise Trindade Conilh de, coorient. III.
Titulo.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Yasmin Xavier Guimarães Nasri

**INTERPRETANDO O USO PÚBLICO PELA LENTE DO *RELIGARE* ENTRE
SOCIEDADE E NATUREZA:**

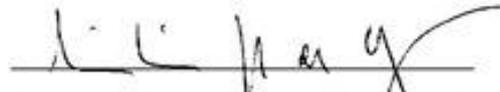
o caso do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos parcial à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 26/04/2018



Prof.ª Dr.ª Marta de Azevedo Irving (Orientadora)
Programa EICOS e PPED de Pós-Graduação (UFRJ)



Prof.ª Dr.ª Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac (Co-orientadora)
Programa EICOS de Pós-Graduação (UFRJ)



Prof. Dr. Gustavo Mendes de Melo
(UFRJ)



Prof. Dr. Guilherme Borges da Costa
(ESPM)

Àqueles que sempre acreditaram em mim:
pai e mãe, vocês iluminam a minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, os anjos protetores da minha vida e a minha fonte de amor incondicional.

Ao meu irmão mais novo, meu eterno compromisso em ser um exemplo a ser seguido. Você tem todo o meu carinho e a minha proteção fraternal.

Ao meu companheiro, Hugo de Pina, agradeço pela compreensão, pelo amparo e conforto que foram essenciais durante essa caminhada.

À minha avó Adalícia (*in memoriam*) que durante toda a sua vida priorizou a educação dos seus filhos e netos.

À tia Lícia que me acolheu no Rio de Janeiro e proporcionou o suporte necessário para a minha formação.

Aos professores do Mestrado, a mais profunda gratidão pela discussão de temáticas que contribuíram para a elaboração desta pesquisa.

Em especial à minha orientadora, Marta de Azevedo Irving, que me acolheu e me inseriu em seu grupo, suas redes e projetos de pesquisa. Gratidão pela paciência e pelo carinho dedicado à leitura dos meus textos.

Ao grupo de pesquisa, querido GAPIS, no qual vivenciei experiências desafiadoras que me propiciaram a oportunidade de amadurecer academicamente. Onde eu aprendi que os resultados são proporcionais ao esforço e ao comprometimento. Onde eu conheci pessoas maravilhosas que me ensinaram muito e se tornaram amigas.

À minha co-orientadora Marie de Beyssac, pelas leituras atentas, sugestões e palavras de incentivo.

À minha amiga e orientadora da graduação, Cristiane Passos de Mattos, um ser iluminado que guia e acompanha os meus passos, tornando a caminhada acadêmica prazerosa e encantadora.

Ao querido amigo, Guilherme Borges, que aceitou exercer o papel de padrinho acadêmico e foi um verdadeiro conselheiro durante a leitura dos meus textos.

À gestão do Parque Estadual da Costa do Sol e aos membros do Conselho Consultivo e das Câmaras Temáticas, que possibilitaram a minha participação nas discussões sobre o manejo do uso público local e contribuíram na coleta de dados e na análise dos resultados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida que viabilizou a realização desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora que aceitaram participar e contribuir para a realização desse momento tão importante na minha vida.

Ao centro espírita Renascer, minha fonte de renovação da paz interior que me proporciona a religação com os seres de luz.

Por fim, sou grata a todos que de alguma forma incentivaram a minha inserção no ambiente acadêmico e que me ensinam, a cada dia, que a pesquisa é um trabalho árduo, mas profundamente valioso e recompensador.

Tudo concorre para provar que o vínculo homem-natureza é igualmente um vínculo natureza-natureza.

Serge Moscovici (1972).

O encantamento é fundamental para formar os alicerces de qualquer conhecimento. Sem encantamento o conhecimento não nos afeta de verdade.

Rita Mendonça (2017).

RESUMO

NASRI, Yasmin Xavier Guimarães. **Interpretando o uso público pela lente do *religare* entre sociedade e natureza:** o caso do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ). Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A humanidade vivencia, na contemporaneidade, crises que se manifestam nos múltiplos pilares da vida no *Planeta Terra*. A exploração ilimitada dos recursos naturais e a degradação dos espaços de elevada biodiversidade sinalizam para a cisão entre sociedade e natureza. Com esse direcionamento teórico, esta dissertação está fundamentada na perspectiva de que são necessários encontros, com sentido lúdico e pedagógico, que possibilitem a reconexão com a natureza. Nesse sentido, a criação e gestão de áreas protegidas é uma das principais estratégias mundiais de conservação da diversidade biológica e o seu uso público pode representar uma via para a reflexão individual e coletiva sobre as práticas em sociedade. Para compreender como o sentido de pertencimento à natureza pode ser motivado em uma unidade de conservação (UC), o tema estudado envolveu as tensões relacionadas ao campo do uso público no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), localizado na Microrregião dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro. O principal objetivo foi interpretar a dinâmica de uso público local, buscando-se compreender em que medida a relação entre sociedade e natureza se expressa nesse contexto. No plano metodológico, esta dissertação se baseou em levantamento de dados secundários, além de pesquisa de campo, com enfoque na observação direta em espaços de participação social do PECS. E também, em entrevista semiestruturada com os principais grupos de atores sociais envolvidos com a UC. A partir dos dados obtidos, foi possível interpretar que os desafios enfrentados no cotidiano da gestão dos parques tendem a dificultar o próprio processo de sensibilização da sociedade para a importância da natureza preservada. Sendo assim, o sentido de religação com a natureza é, ainda, incipiente, mas tem potencial para ser desenvolvido no PECS.

Palavras-chave: *Religare* entre Sociedade e Natureza, Uso Público, Parque Estadual da Costa do Sol.

ABSTRACT

NASRI, Yasmin Xavier Guimarães. **Interpretando o uso público pela lente do *religare* entre sociedade e natureza:** o caso do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ). Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Nowadays mankind is going through different kinds of crises on the Planet Earth. The unlimited exploitation of natural resources and the degradation of high-biodiversity areas point out to the split between society and nature. With this theoretical orientation, this dissertation is based on the perspective that meetings are necessary, with a playful and pedagogical sense, to lead to the reconnection with nature. In this way, the creation and management of protected areas is one of the main global strategies for the conservation of biological diversity and its public use can represent a way for individual and collective reflection on practices in society. To understand how the sense of belonging to nature can be motivated in a protected area, the subject studied involved the tensions related to the field of public use in the *Parque Estadual da Costa do Sol (PECS)*, located in the *Microrregião dos Lagos*, in the State of *Rio de Janeiro*. The main objective was to interpret the dynamics of local public use, seeking to understand to what extent the relationship between society and nature is expressed in this context. At the methodological level, this dissertation was based on a survey of secondary data, as well as field research, with a focus on direct observation in social participation spaces of the *PECS*. Also, in a semistructured interview with the main groups of social actors involved with the protected area. From the data obtained, it was possible to interpret that the challenges faced in the day-to-day management of the parks tend to hinder the very process of sensitizing society to the importance of preserved nature. Thus, the sense of reconnection with nature is still incipient, but it has the potential to be developed in the *PECS*.

Keywords: *Religare* between Society and Nature, Public Use, *Parque Estadual da Costa do Sol*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Matriz-síntese sobre as principais motivações para o uso público em parques.....	50
Quadro 2 Matriz-síntese sobre a classificação dos visitantes de acordo com o contato estabelecido com a natureza.....	50
Quadro 3 Matriz-síntese sobre as diretrizes para desenvolvimento e ordenamento do uso público em parques.....	56
Quadro 4 Matriz-síntese sobre as iniciativas que podem contribuir para uma releitura do uso público em parques.....	66
Quadro 5 Matriz-síntese sobre o crescimento demográfico dos municípios de inserção do Parque Estadual da Costa do Sol entre 2010 e 2017.....	71
Quadro 6 Matriz-síntese sobre as três principais APAs sobrepostas ao PECS.....	74
Quadro 7 Matriz-síntese sobre os atrativos naturais do PECS.....	76
Quadro 8 Matriz-síntese sobre os programas e atividades de uso público desenvolvidos no PECS.....	82
Quadro 9 Matriz-síntese sobre os desafios para o uso público no PECS.....	86
Quadro 10 Matriz-síntese sobre os eventos e reuniões do PECS onde foi realizada a observação direta.....	99
Quadro 11 Matriz-síntese sobre o perfil dos interlocutores do 1º grupo pesquisado.....	100
Quadro 12 Matriz-síntese sobre o perfil dos interlocutores do 2º grupo pesquisado.....	101
Quadro 13 Matriz-síntese sobre o perfil dos interlocutores do 3º grupo pesquisado.....	101
Quadro 14 Matriz-síntese sobre os encontros do curso de sensibilização ambiental no PECS.....	102
Quadro 15 Matriz-síntese sobre a participação em eventos acadêmicos sobre uso público em parques.....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Figura esquemática do Parque Estadual da Costa do Sol.....	70
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conselho Consultivo
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CT	Câmara Temática
DIBAP	Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas
EICOS	Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FMA	Fundo da Mata Atlântica
FunBio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GAPIS	Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PECS	Parque Estadual da Costa do Sol

PPP	Parceria Público-Privada
RESEX	Reserva Extrativista
SEPES	Serviço de Planejamento e Pesquisa
SINERGIA	Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRR	Termo de Reconhecimento de Risco
UC	Unidade de Conservação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UPAm	Unidades de Policiamento Ambiental

SUMÁRIO

1 TECENDO O TEMA DA PESQUISA.....	16
2 A PERSPECTIVA DO <i>RELIGARE</i> ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA: UMA LENTE INSPIRADORA PARA A PESQUISA.....	20
2.1 CISÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA: ORIGEM E IMPLICAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE.....	21
2.2 CRISE PLANETÁRIA: OS REFLEXOS DO <i>DESLIGARE</i> COM A NATUREZA NA PRÓPRIA HUMANIDADE.....	28
2.3 <i>RELIGARE</i> ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA: QUAIS AS VIAS POSSÍVEIS PARA O REENCONTRO?.....	32
3 BUSCANDO UMA RELEITURA DE USO PÚBLICO EM PARQUES.....	38
3.1 A CRIAÇÃO DE PARQUES NO BRASIL: O PARADIGMA DE BLINDAGEM DA NATUREZA NA ORIGEM DO DEBATE.....	39
3.2 USO PÚBLICO EM PARQUES: ENTRE POSSIBILIDADES E LIMITES DE ENGAJAMENTO SOCIAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	46
3.3 DIRETRIZES PARA A VISITAÇÃO EM PARQUES: UM OLHAR VOLTADO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	54
3.4 RUMO A RELEITURA DE USO PÚBLICO: REENCONTRAR A NATUREZA E SE REENCANTAR?.....	64
4 ESTUDO DE CASO: O PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (PECS).....	69
4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	69
4.2 O PROCESSO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO LOCAL.....	75
4.2.1 Os programas de uso público no PECS.....	81
4.2.2 Os desafios para o uso público no PECS.....	86

5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	92
5.1 ETAPAS METODOLÓGICAS.....	95
5.1.1 Pesquisa bibliográfica e documental.....	95
5.1.2 Planejamento de campo, elaboração dos instrumentos metodológicos e critérios de seleção dos interlocutores pesquisados.....	96
5.1.3 Aspectos éticos da pesquisa.....	97
5.1.4 Pesquisa de campo.....	98
5.1.5 Sistematização e análise dos dados obtidos.....	106
6 INTERPRETANDO A DINÂMICA DE USO PÚBLICO NO PECS.....	108
6.1 OS SIGNIFICADOS DE USO PÚBLICO NO PECS.....	109
6.2 A DINÂMICA DE USO PÚBLICO NO PECS: OS DESAFIOS ATUAIS E AS PERSPECTIVAS FUTURAS.....	114
6.3 REFLEXÕES PARA O MOVIMENTO DE <i>RELIGARE</i> ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NO PECS.....	124
7 RELIGANDO CAMINHOS PARA DESPERTAR O SENTIDO DE PERTENCIMENTO À NATUREZA.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135
APÊNDICES.....	142
ANEXOS.....	168

1 TECENDO O TEMA DA PESQUISA

A partir da modernidade, foram presenciadas profundas transformações no plano global que podem ter conduzido a humanidade ao contexto de incertezas geopolíticas. Como consequência, na contemporaneidade se manifestam crises em todos os pilares da vida no *Planeta Terra*, consideradas em amplo sentido, expressões de uma crise civilizatória (MORIN, 1973). Tais crises tendem a estar relacionadas às prioridades sociais assumidas, principalmente, a partir da Revolução Industrial, quando foram consolidadas crescentes demandas econômicas, para viabilizar o projeto de desenvolvimento em curso.

Como reflexão introdutória, os enfrentamentos contemporâneos implicam em questionar, historicamente, a cisão entre sociedade e natureza. Isso porque, o descompromisso da humanidade com as macro questões globais pode estar articulado à compreensão equivocada da perspectiva do homem como ser superior às outras formas de vida no planeta. A perda de biodiversidade genética e a degradação dos espaços naturais, entre tantos outros exemplos, sinalizam para a necessidade de se pensar em novas relações entre sociedade e natureza, visando à aprendizagem de práticas em sintonia com a durabilidade dos ecossistemas (MOSCOVICI, 1972).

Tendo em vista que a perspectiva de cisão entre sociedade e natureza pode ter conduzido o ser humano ao desencantamento pelos elementos naturais, afastando-o das demais espécies, parece fundamental resgatar a característica sinérgica de dependência entre a diversidade biológica e a diversidade cultural (REIS, 2006). Esse movimento, de *religare* entre sociedade e natureza, adotado como lente inspiradora para a presente dissertação, pode assim contribuir para agregar elementos a esta discussão e avançar no direcionamento das vias possíveis para equacionar os desafios planetários. Por esse olhar, o reencontro da sociedade com as bases sacras e místicas da natureza parece constituir uma direção ao seu reencantamento e, paralelamente, à libertação do ser humano da obsessão pelo modelo de progresso atual.

Ainda considerando o debate sobre novas relações entre sociedade e natureza, no plano operacional, é importante reconhecer a criação de áreas protegidas como a principal estratégia internacional em políticas públicas de proteção da diversidade biológica. Nesse sentido, estas podem representar uma via para se avançar no debate sobre a sensibilização e mobilização da sociedade frente às questões que envolvem a conservação da natureza.

No contexto brasileiro, após um longo período de discussão e negociação foi instituído, no ano 2000, o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*

(SNUC) (BRASIL, 2000) que normatiza os objetivos de criação e gestão das doze categorias de manejo de áreas protegidas previstas por este dispositivo. Dentre essas, os parques se destacam como foco nesta dissertação pela possibilidade que envolvem de uso público, direcionado, principalmente, para a realização de pesquisas acadêmicas, educação ambiental e turismo ecológico.

Desse modo, com enfoque no referencial teórico adotado para esta dissertação, a presente pesquisa parte de duas hipóteses. A primeira é que o uso público em áreas protegidas pode representar uma via possível para o questionamento e a reflexão acerca da relação entre sociedade e natureza. A segunda hipótese é que, no plano operacional, os desafios relacionados ao planejamento e ao manejo do uso público, podem dificultar a apropriação social das áreas protegidas.

Assim, um passo importante para esta investigação foi a escolha de um Estudo de Caso que possibilitasse a identificação de tensões relacionadas ao contexto do uso público em parques. Desse modo, o Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), localizado na Microrregião dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro, foi selecionado para análise por apresentar um histórico complexo de fragmentação territorial, gestão multissetorial, especulação imobiliária, turismo de massa, dentre outras questões.

Cabe ainda mencionar que um aspecto importante sobre a escolha do PECS para a investigação foi o fato da inexistência de pesquisas de cunho social, com o enfoque pretendido, nesta área protegida. É importante reconhecer, também, que a proximidade afetiva da pesquisadora com a região, influenciou na escolha. Posto que, como moradora há doze anos de um dos municípios de inserção do PECS, participou dos debates que antecederam a sua criação e dos espaços formais de participação social, a partir de 2011, data de sua criação.

Com esta ênfase, a pesquisa proposta foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ), tendo em vista que aborda as subjetividades inseridas nas relações entre grupos sociais, bem como a relação entre sociedade e natureza, em articulação com a proteção das áreas relevantes para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro.

Com esse escopo, a pesquisa objetiva interpretar a dinâmica de uso público no Parque Estadual da Costa do Sol, buscando compreender como a relação entre sociedade e natureza se expressa nesse contexto.

Além do objetivo geral, constituem objetivos específicos:

- 1) Balizar conceitualmente o significado de uso público em parques e buscar uma releitura de sua dinâmica, inspirada pela justificativa do *religare* entre sociedade e natureza.
- 2) Identificar os desafios para a gestão e o planejamento do uso público no PECS.
- 3) Interpretar a leitura dos atores sociais envolvidos com o uso público no PECS.

Para cumprir com os objetivos propostos, a pesquisa teórica se baseou em levantamento bibliográfico sobre a relação entre sociedade e natureza; a perspectiva de *religare*; e, também, sobre o uso público em parques.

O percurso metodológico envolveu ainda, a revisão das *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação Brasileiras* (MMA, 2006), do *Uso Público em Parques Estaduais do Rio de Janeiro* (RIO DE JANEIRO, 2010a), além de outros documentos relevantes no âmbito do planejamento e manejo do uso público em unidades de conservação. A etapa de leitura documental foi importante devido à inexistência do *Plano de Manejo* e de planos temporários para as temáticas centrais que envolvem a gestão do PECS, por exemplo.

Durante a etapa de campo foi utilizada a observação direta, principalmente nos espaços formais do Conselho Consultivo e da Câmara Temática de Uso Público, do PECS. Além disso, foram realizadas entrevistas, prioritariamente, com o grupo de atores institucionais, complementadas com entrevistas com alguns visitantes moradores do entorno e, também, com turistas. As informações obtidas foram gravadas, transcritas na íntegra e sistematizadas, adotando-se para tal, como inspiração, as técnicas da *Análise de Conteúdo* de Bardin (1978).

Para que se compreenda o eixo lógico da pesquisa, a dissertação está estruturada em sete capítulos. Neste primeiro, buscou-se introduzir brevemente as bases teóricas e metodológicas que inspiraram a dissertação.

Dando prosseguimento à descrição da estrutura da dissertação, no segundo capítulo, busca-se discutir, historicamente, como se consolidou a perspectiva de cisão entre sociedade e natureza, a partir da modernidade, e a crise planetária manifestada na contemporaneidade. Neste percurso, o movimento de *religare* é adotado como principal lente teórica da pesquisa.

O terceiro capítulo, ainda teórico-conceitual, discute a perspectiva histórica de blindagem da natureza, no caso específico da categoria parque, no contexto brasileiro. E, nesta reflexão são exploradas algumas das potencialidades do uso público de unidades de conservação, não apenas como estratégia para a conservação da biodiversidade, mas, sobretudo, como um convite para se repensar a dimensão relacional entre sociedade e

natureza. Assim, busca-se refletir sobre os horizontes possíveis de reencontro entre sociedade e natureza, questionando-se o papel do uso público neste contexto.

Avançando neste debate, no quarto capítulo está descrito o Estudo de Caso, sendo abordadas também as particularidades socioambientais das suas áreas de inserção. Com ênfase no tema do uso público, é realizado um diagnóstico da dinâmica de visitação dos atrativos do PECS, identificando os principais desafios para o seu desenvolvimento.

O quinto capítulo descreve o percurso metodológico, este dividido em cinco etapas. Dentre essas, o levantamento de dados secundários; o planejamento de campo, anterior à inserção no Estudo de Caso, junto com a elaboração dos instrumentos da pesquisa; os compromissos éticos estabelecidos para o desenvolvimento deste estudo; o campo propriamente dito; e, a sistematização e análise dos dados obtidos.

No sexto capítulo são apresentadas as análises obtidas por meio da transcrição e da adaptação da *Análise de Conteúdo*. Dessa forma, são discutidos os trechos das entrevistas realizadas com os interlocutores, buscando identificar os seus olhares sobre as temáticas em foco.

O último capítulo tece as considerações finais que elencam as possíveis contribuições dos resultados da investigação, para se pensar o uso público no Parque Estadual da Costa do Sol. E, são também discutidas as limitações referentes ao recorte da pesquisa e os desdobramentos que poderão ser aprofundados, futuramente, na investigação acadêmica.

2 A PERSPECTIVA DO *RELIGARE* ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA: UMALENTE INSPIRADORA PARA A PESQUISA

“Ninguém pode encontrar em si mesmo a energia benéfica do sentido da natureza, se essa paixão não aflora de novo em sua consciência” (MOSCOVICI, 2007, p.111).

Repensar a relação entre sociedade e natureza vem se tornando objetivo, recorrente, de debates de repercussão internacional. Em razão, principalmente, da percepção de que o *Planeta Terra* está inserido em um contexto de crises que ocorrem simultaneamente e que tendem a expressar efeitos, por vezes, imprevisíveis e imensuráveis. A conjuntura contemporânea, de *policrise* (MORIN & KERN, 1995), pode representar pela primeira vez na história, risco de extinção à humanidade e aos demais seres vivos.

Devido ao seu aspecto multidimensional, tais crises são de ordem civilizatória e também planetária (MORIN, 1973). Ambas as perspectivas, baseadas na ideia de que a Terra é formada por um conjunto de sistemas complexos e interdependentes, sugerem que suas partes estão imbricadas. Por isso, as ações humanas tendem a apresentar impactos de amplitude global, ainda que realizadas em escala local.

Sendo assim, as crises não se manifestam somente em um pilar da vida, mas em todos. Dentre os quais, o ambiental, social e econômico apresentam os sinais mais evidentes. Nesse contexto, é importante considerar que a humanidade constitui uma "comunidade de destino comum" (MORIN & KERN, 1995) que ao passo que constrói coletivamente seu futuro, também compartilha das possíveis consequências de suas escolhas.

Por esse olhar, o planeta pode ser interpretado como uma morada única de todos os seres vivos, em contrapartida ao pensamento historicamente disseminado que tende a isolar a sociedade da natureza (IRVING, 2010), devido ao entendimento de que seus sentidos são ambivalentes ou dicotômicos.

Desse modo, por um lado, as crises socioambientais contemporâneas parecem desmistificar essa ruptura, sinalizando que a relação entre sociedade e natureza é, na verdade, interdependente. No entanto, por outro lado, não se pode negligenciar que diferentes aspectos levaram à compreensão equivocada do homem como um ser privilegiado e, portanto, superior às outras formas de vida.

Cabe considerar nesse sentido, o reconhecimento de sua inteligência e de sua capacidade de criar códigos linguísticos, bem como culturais, que o diferencia de outros seres

vivos. Assim, esses aspectos podem ter motivado, notadamente a partir da Revolução Industrial, ressignificar os elementos naturais como recursos e consolidar o mito que subjuga a natureza às esferas da dominação e da exploração.

Como abordagem introdutória ao debate proposto, historicamente, a perspectiva de cisão entre sociedade e natureza pode ter representado a origem das crises anteriormente mencionadas. Partindo dessa perspectiva teórica, o objetivo desse capítulo é contextualizar o processo que conduziu ao desencantamento pela natureza e, em seguida, buscar pistas que possam sinalizar caminhos para resgatar o sentido de pertencimento à natureza.

2.1 CISÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA: ORIGEM E IMPLICAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

A humanidade, ao longo da história, vem atribuindo distintos significados à natureza. Isto porque, cada grupo social concebe uma ideia de natureza fundamentada nas visões predominantes no recorte temporal e espacial vivido. E, também, nos conjuntos de valores, ritos, mitos, simbologias e percepções que foram sendo, progressivamente, construídos e pactuados. Nesse sentido, “toda sociedade possui uma teoria da natureza que lhe é própria” (ROLLA, 2010, p.2) e que permite, constantemente, ressignificar o seu meio vivido. Assim, “o conceito de natureza não é natural” (PORTO-GONÇALVES, 1998, p. 23), mas socialmente construído pelo homem.

A capacidade intelectual humana permite pensar, interpretar a realidade, criar símbolos, transmitir conhecimentos e padrões de comportamentos (MOSCOVICI, 2007). Parece evidente, portanto, que as sociedades desenvolvem conjuntos de significados para as dinâmicas do seu entorno. Desse modo, o homem cria sentidos para a natureza que embasam o padrão relacional estabelecido, em cada época.

Assim, cada sociedade inserida em um espaço-tempo desenvolve um modo de interação com a natureza que reflete singularidades, vinculadas às prioridades sociais instituídas. No contexto histórico da humanidade, a natureza passou, gradativamente, de necessidade básica para a sobrevivência humana, bem como de elemento essencial para a reprodução social e cultural, em subsídio para ancorar um sistema produtivo complexo e questionável em termos de sua sustentabilidade, em longo prazo (FERRAZ & MARQUES, 2003).

Vale considerar que a partir da modernidade, com o desenvolvimento industrial, principalmente na parte ocidental do planeta, foi consolidada uma perspectiva de ruptura entre

sociedade e natureza. Para facilitar o entendimento dos aspectos que podem ter conduzido o ser humano ao isolamento dos demais seres vivos é relevante buscar os diferentes significados que foram, historicamente, atribuídos à natureza.

Como introdução aos motivos pelos quais a humanidade se concebe diferente da natureza, Oliveira (2001) menciona a técnica agrícola como possível início desse processo. Praticada desde as civilizações antigas, a agricultura é considerada como a primeira forma de manejo e domínio sobre a terra e os seus recursos, com o intuito de alicerçar a segurança alimentar, condição essencial à própria vida humana. Sendo assim, a natureza se caracterizava como fonte de sobrevivência das sociedades.

Entretanto, o desenvolvimento da atividade agrícola passou a gerar excedentes que, inicialmente eram trocados por outras mercadorias (escambo), mas posteriormente passaram a inspirar a comercialização e a obtenção de lucro. Com base no interesse dominante de obtenção de recursos financeiros, a produção agrícola se expandiu e as sociedades passaram a utilizar estratégias para aumentar a produtividade. Como consequência da inserção de maquinários no campo, fertilizantes, pesticidas, entre outros recursos destinados ao alcance desse objetivo, começaram a ser causados impactos negativos aos ecossistemas (OLIVEIRA, *op. cit.*).

Nesse contexto, as influências religiosas nas práticas humanas representa outra questão histórica importante a considerar. O politeísmo, culto a diferentes Deuses, relacionados à mitologia ou ao universo sobrenatural, permitia a sacralidade da natureza (KESSELRING, 2000). Visto que suas crenças estavam diretamente ligadas ao meio vivido, essas possibilitavam diferentes formas de cultos envolvendo os elementos naturais, como a água, o fogo, o ar e a terra.

Todavia, por volta do século VII, passou a ser disseminada fortemente a crença na bíblia e em um Deus soberano. A emergência do monoteísmo contribuiu para o ordenamento de um conhecimento unificado que tendia a doutrinar os impulsos instintivos do ser humano. A vigilância sobre as pulsões mais profundas, como parte da estratégia de disciplina e controle das condutas sociais, fez com que a mitologia, considerada anteriormente no politeísmo, ganhasse sentido pejorativo, passando a caracterizar o não real ou, ainda, o mito. Mediante essa noção, o Estado veio a se tornar o melhor mecanismo de controle, pois este está apto a formular e aplicar leis (KESSELRING, *op. cit.*).

Tendo em vista a estratégia de ampliação do controle da sociedade pelo aparato estatal, incentivou-se a migração dos conglomerados rurais para as áreas urbanas. Esse deslocamento foi motivado, dentre outras razões, pela disseminação da associação entre morar

na cidade e “ser civilizado”, em diferenciação aos povos que, ao não serem administrados por um Estado, desenvolviam suas próprias formas de organização social (THOMAS, 2010).

As obras literárias constituíram importantes meios de veiculação do imaginário relativo ao homem da cidade, a partir de narrativas sobre a facilidade de acesso às melhores condições de educação e às regras de etiqueta, bem como aos produtos de luxo já disponíveis. Esse contexto parece ter contribuído para o afastamento social do campo e das áreas de natureza preservada (THOMAS, *op. cit.*).

Nesses conglomerados urbanos, chamados *pólis*, durante o período clássico da Grécia Antiga, iniciou-se a concepção da filosofia que teve papel central para a compreensão do sentido atribuído à natureza, tal como se entende na contemporaneidade. Na história da construção das ideias, Platão e Aristóteles, pensadores ainda consagrados na atualidade, esboçaram a imagem de uma natureza desumanizada, atribuindo distinção vantajosa ao homem e à sua capacidade de conhecimento (ROLLA, 2010).

Dessa forma, o mundo natural passou a ser percebido como elemento externo à humanidade. Os pensadores anteriores, conhecidos como pré-socráticos, tiveram suas teorias menosprezadas, por serem consideradas místicas e não filosóficas, uma vez que não separavam sociedade-natureza, além de espírito-matéria. A consolidação dos pensamentos de Platão e Aristóteles ocorre por volta do século XV, quando se inicia a construção epistemológica de um “novo mundo” (BATISTELA & BONETI, 2008, p.1100).

Nesse período de intensas transformações, designado como Renascimento, a crença no transcendental ou no divino foi atenuada pela valorização da figura humana que, por sua capacidade cognoscível, compreendeu que seria autossuficiente para dominar e subordinar o seu entorno. Gradativamente, o controle da sociedade pelo Estado foi se tornando mais expressivo e substituindo o controle teológico.

Nessa efervescência de ideias, no século XVII, René Descartes, inaugura a filosofia moderna com base em princípios racionalistas. Sendo sua inspiração a percepção de mundo como uma extensão estática do homem que, por sua vez, estaria em constante mudança. Para isso, o pensador estruturou uma teoria científica, fundamentada na noção matemática, que norteou o desenvolvimento das condutas humanas nos séculos seguintes (BATISTELA & BONETI, *op. cit.*).

Uma característica fundante da teoria de Descartes é a de propor uma interconexão entre conhecimento e poder humano. Nessa perspectiva, quem detinha conhecimento sobre a natureza estava apto a dominá-la. Ainda sob a ótica desse pensador, a humanidade seria superior e, portanto, independente do mundo ao seu redor, considerado uma força inferior e

passível de transformação. Com base nessa filosofia, os homens passaram a assumir, gradativamente, a posição de “*senhores e possuidores da natureza*” (PORTO-GONÇALVES, 1998, p.33).

Nessa reflexão, há “uma ética que perpassa a história da modernidade e que legitima as formas relacionais sociedade/ natureza”, dado que “de toda forma de concepção sobre a realidade, deriva uma postura comportamental” (BATISTELA & BONETI, 2008, p.1106).

Entretanto, um equívoco dessa teoria, segundo alguns pensadores, tende a estar relacionado à tentativa de enquadramento das forças da natureza em uma matriz de espaço-tempo, baseada na matemática, que não corresponde à organicidade natural das ocorrências, pois estas transcendem os padrões preestabelecidos (IRIAS, 2005). E, no percurso epistemológico trilhado por Descartes, fundamentado na percepção de cisão entre sujeito e objeto, a natureza foi assumindo, cada vez mais, um papel instrumentalizado de objeto e, o homem, sujeito, teria então o poder de controlá-la.

Contudo, tal teoria negligencia outro sentido que a palavra sujeito pode adquirir. Isso porque, o sujeito não somente figura como o protagonista de uma situação, mas igualmente, pode ser aquele que está sujeito à determinada condição. Desse modo, Descartes teceu um paradoxo balizador das relações que perdura, ainda, na contemporaneidade. O sujeito como aquele “que age ou o que se submete” (PORTO-GONÇALVES, 1998, p.27) representa a tentativa do homem de dominar a natureza, mas também sua frustração ao perceber que os fenômenos naturais fogem ao seu controle.

Esse momento-chave, de simplificação da complexidade real à visão mecanicista de mundo consagrou a disjunção e o dualismo entre as dimensões social e natural da realidade, fundamentando uma interpretação disciplinar que dificulta compreender as inter-relações entre as diferentes partes do mundo em seus sentidos singulares, mas também em seus sentidos plurais de composição de um todo universal (MORIN, 2002; IRVING, 2010).

A partir dessa leitura, o antropocentrismo marca o século XVII, por meio da postura de supremacia humana, ao tratar a natureza como realidade passível de manipulação. Assim, a intervenção social possibilitaria o crescimento e o desenvolvimento econômico (MORIN, 2002).

Isto posto, inspirado na visão do antropocentrismo, o elemento humano passa a ser central nos debates e estudos, do campo das ciências exatas ao das humanas e sociais. Dessa forma, as universidades passaram a priorizar pesquisas com temáticas que envolviam a humanidade, carregando em sua base, em geral, uma leitura fragmentada e reducionista da natureza. De modo contraditório, Irias (2005) nota que a própria denominação atribuída a

essas instituições - universidades - sugere um caráter universal nas abordagens por elas adotadas.

Cabe mencionar também que, a partir desse período se disseminou a utilização da noção de natureza que, passou a aparecer, recorrentemente, na literatura. Isto porque, o vocabulário, uma vez considerado um acordo de compreensões entre indivíduos, tende a traduzir e materializar a dimensão simbólica de dicotomia entre sociedade e natureza que estava sendo, progressivamente, construída. Assim, só foi possível admitir o termo natureza, quando a sociedade se percebeu como dela diferente (IRIAS, *op. cit.*).

Nesse contexto histórico, os estudos científicos passaram a se voltar à busca da transformação da natureza, caracterizando uma ciência da manipulação, beneficiada pela emergência da tecnologia. Sendo assim, o racionalismo, o antropocentrismo, o cientificismo e, posteriormente, os modelos desenvolvimentista e tecnológico, passaram a constituir as principais ideias da modernidade (MOSCOVICI, 2007; BATISTELA & BONETI, 2008).

Todavia, a consolidação da perspectiva de cisão entre sociedade e natureza decorreu, de forma ainda mais marcante, nos séculos XVIII e XIX, durante a Revolução Industrial. Esse período de transformações aceleradas na economia e no modo de organização social se expressou primeiro na Inglaterra, em seguida em outros países da Europa e, posteriormente, repercutiu mundialmente. Os processos produtivos mecanizados, em substituição ao trabalho artesanal preponderante até então, possibilitaram produzir mais recursos materiais em menos tempo (MORIN & KERN, 1995).

Com isso, estimulou-se a criação de novas necessidades humanas, em forma de padrões de consumo. Nesse contexto, o sistema capitalista industrial emerge e, então, encontra o alicerce necessário para a sua expansão com a valorização dos conceitos de renda e lucro, diretamente associados ao aumento da exploração dos recursos naturais, como base de sustento desse ciclo econômico (LEFF, 2006).

Uma transformação, nesse sentido, foi o aumento da demanda pelos recursos energéticos não renováveis, como base de viabilidade do capitalismo industrial, enquanto que anteriormente à instauração desse modelo, a sociedade utilizava, em maior escala, os recursos renováveis (BOEIRA, 1998). Nesse cenário, em que a natureza passou a representar reserva de matéria-prima e depósito de resíduos, tornou-se um desafio suprir as inúmeras demandas da sociedade.

Assim, ao mesmo tempo em que a exploração ilimitada dos recursos naturais se afirmava como prioridade social, emergia a crise ambiental e o questionamento sobre os prazeres superficiais da humanidade e seus desperdícios, apontando para uma possível

escassez dos próprios recursos básicos à manutenção da vida, em um futuro próximo (MOSCOVICI, 1972). E, também, sinalizando para a disfunção e para a insustentabilidade do sistema produtivo operante, de modo que a humanidade foi se tornando "cada vez mais condicionada pela lógica da escassez, da incerteza e da instabilidade" (IRVING, 2010, p.125).

É importante também reconhecer que o capitalismo instaurou a cultura do consumo na sociedade, com o auxílio dos instrumentos estratégicos de *marketing* e de publicidade. O consumo de artigos materiais se tornou o propósito prioritário da humanidade, estimulando a competitividade e o individualismo entre as pessoas que passaram a estabelecer relações frágeis, não só com a natureza, mas em *lato sensu*, com todos ao seu redor. Por esse ponto de vista, embora se tenha estruturado uma sociedade que vive para consumir, os desejos de consumo individuais e coletivos se tornaram insaciáveis (BAUMAN, 2008).

Assim, parece possível afirmar que o capitalismo instaurou “novos dispositivos de controle e participação social, principalmente através da ‘máquina de consumo’, que não para de criar e produzir desejos” (TAVARES & IRVING, 2013, p.6). Dito isto, a natureza é incorporada ao circuito produtivo e, portanto, a sua relação com a sociedade passa a ser mediada pelo capital. Desse modo, o sistema capitalista de produção “na medida em que transforma o meio natural em recurso e não privilegia a indissociabilidade entre natureza e cultura” (IRVING, 2010, p.124) fortalece o mito de que os elementos naturais estão sob o domínio humano.

Pela ótica de Reis (2006), a sociedade adota um posicionamento contrário à natureza, o que representa um contrassenso para a autora, haja vista a interdependência de todas as formas de vida do planeta. Sendo assim, esse contexto parece sinalizar para uma tensão entre forças culturais/sociais e naturais, uma vez levado em conta que, para se alcançar a ordem social no padrão econômico capitalista, seria preciso por pressuposto, suscitar uma desordem natural.

Nessa perspectiva teórica, os aspectos simbólicos representativos de uma “luta” humana contra a natureza, exprimem também, uma “luta” do ser humano contra si mesmo. Isso porque, o desenvolvimento pactuado pela humanidade, pressupõe a inversão de valores éticos que tendem a restringir as percepções humanas, somente, ao que se pode conhecer racionalmente e comprovar cientificamente. Há de se reconhecer que essa circunstância leva ao desencantamento do homem pelo mundo, por meio da perda dos elementos subjetivos, imaginários, mágicos e sacros que residiam, outrora, nas relações sociais com a natureza (MOSCOVICI, 2007). E, assim, ao desligamento do homem do sentido de pertencimento ao meio natural.

Em sintonia com essa abordagem, a crise socioambiental pode ser entendida, principalmente, por meio de duas direções interpretativas: uma possível compreensão social equivocada da realidade, influenciada pela ciência e filosofia modernas e, pelos aspectos éticos dos quais derivam. Mas, também, pela intervenção ilimitada do ser humano na natureza, fundamentada na busca do desenvolvimento a qualquer custo e no avanço tecnológico (BATISTELA & BONETI, 2008).

Ainda que não haja consenso sobre a origem da cisão entre sociedade e natureza, outras possibilidades para tal, além das discutidas até aqui, abordam inúmeras respostas. No sentido de legitimar esse distanciamento são sinalizadas a expressão do individualismo na sociedade, a perspectiva do ser humano como espécie privilegiada, devido à capacidade de criar técnicas e instrumentos e, mesmo, ao corpo e à fisionomia humana que se diferem dos demais seres vivos. A sua extensão cerebral e a sua postura vertical e ereta podem ser mencionadas no sentido de fortalecer o mito do homem como um ser superior (MOSCOVICI, 1972).

Somam-se a esse debate filosófico, outras perspectivas analíticas que apontam para as consequências da crise ambiental planetária. Para autores como Boff (1995) e Morin e Kern (1995), alguns aspectos como a deflorestação, a desertificação de terras férteis, a perda de biodiversidade genética, os descontroles climáticos e o derretimento de geleiras são os reflexos mais evidentes. Nesse sentido, parece possível afirmar que o lugar do homem na natureza está, também, em crise (IRVING, 2018a, *no prelo*).

Para avançar no debate, mas sem pretensões de esgotar a temática, algumas questões emergem para apoiar a reflexão proposta: se sociedade e natureza são interdependentes, tem a humanidade capacidade de se subtrair da circunscrição da natureza? Poderia a sociedade se reaproximar da natureza ou só precisa redescobrir que é parte dela? Quais são as perspectivas possíveis de interface entre sociedade e natureza, que não, pelo objetivo de obtenção de matéria-prima para atender ao sistema de acúmulo de capital financeiro?

Para facilitar o entendimento dos questionamentos expostos, não se pode negligenciar que, um dos desdobramentos do processo de isolamento anteriormente descrito, refere-se ao posicionamento da sociedade frente aos indivíduos considerados inferiores dentro da própria espécie humana. Tal reflexão emerge de problemáticas como das desigualdades sociais, consideradas como algumas das consequências contemporâneas do *desligare* com a natureza (BOEIRA, 1998).

Que outras questões tendem a contribuir para ampliar a compreensão sobre a complexidade que envolve essa temática? Na perspectiva de aprofundar o debate, no tópico a seguir, outros aspectos serão abordados.

2.2 CRISE PLANETÁRIA: OS REFLEXOS DO *DESLIGARE* COM A NATUREZA NA PRÓPRIA HUMANIDADE

Conforme anteriormente discutido, a modernidade se caracterizou como um período “divisor de águas”, no tocante à leitura de natureza realizada pela sociedade. Essa nova concepção rompeu com todos os padrões relacionais estabelecidos em outros registros temporais. Simultaneamente, é interessante notar que a sociedade em um processo de autoconhecimento, também modificou a sua perspectiva acerca da própria natureza humana.

Desse modo, na medida em que a humanidade passou a desenvolver novas percepções de mundo e a estabelecer uma nova relação com a natureza, passou também a empreender uma releitura de sua própria existência. Nesse sentido, parece que o processo de *desligare* com a natureza que legitima a exploração ilimitada de recursos naturais, tende a refletir também na dinâmica das relações humanas (MOSCOVICI, 1972).

Isto implica em compreender que, uma vez sendo o ser humano parte da natureza, esse não poderia dominá-la, sem que tal conduta desencadeasse consequências em sua própria existência. Com base nos argumentos teóricos que sustentam essa discussão, percebe-se que a interdependência entre as dimensões social e natural não permite que a sociedade exerça comportamentos sobre a natureza, sem reproduzi-los em si mesma.

Para avançar neste debate, é necessário reconhecer que nenhum outro ser vivo seria capaz de dominar o homem, senão, um de sua própria espécie. Posto que, dentro desse raciocínio, assim como a humanidade estabelece sua prevalência em relação à natureza, determina, também, escalas sociais de superioridade/ inferioridade, como forma de validar a submissão do outro às suas demandas (PORTO-GONÇALVES, 1998). Tal separação simbólica tem como fundamento a lógica das raças, das classes, dos gêneros e das nacionalidades, por exemplo. Por esse aspecto, compreende-se que:

o gênero humano (...) permite-se erguer acima das outras espécies e ainda de outras frações da humanidade: primitivos, mulheres, crianças, etc. **consideradas mais próximas da animalidade**. Ruptura da sociedade e da natureza, a **relação de exclusão**. Linha divisória entre **superior e inferior** (MOSCOVICI, 1972, p.7, *grifo nosso*).

Um olhar sobre a história humana pode evidenciar que esse contexto advém de um pacto que, baseado principalmente no sistema de produção em vigor, estabelece as prioridades sociais como aquelas relacionadas ao desenvolvimento econômico, considerado expressão máxima do progresso humano (MOSCOVICI, 2007).

Assim, uma das razões para tal conjuntura pode estar vinculada à emergência de uma nova configuração social, a partir da modernidade, quando se inverteu a lógica das condutas humanas. Essas passaram a ter como fundamentos os princípios subjetivos (como projetos e vontades pessoais), em contraponto aos princípios objetivos mais prezados anteriormente. Dentre os quais, o bem da coletividade (BATISTELA & BONETI, 2008). Isto pode estar relacionado à cultura capitalista do consumo que influenciou a disseminação de uma postura individualista em sociedade.

Sendo assim, para privilegiar interesses de grupos particulares foi atribuído mais valor à vida de uns, em detrimento da de outros. Os atores sociais mais impactados nesse processo foram os provenientes de grupos considerados mais vulneráveis e mais propensos à expressão de seus instintos humanos, por sua vez, repreendidos pelas instituições detentoras do controle da sociedade. Nesse contexto se incluem as crianças, os idosos, as populações tradicionais, o gênero feminino, a raça negra, as populações de países em desenvolvimento, entre outros segmentos sociais (MOSCOVICI, 1972).

A criação de um conjunto de características para definir os seres humanos, tornou-se, assim, uma estratégia para dividi-los e hierarquizá-los, legitimando a intolerância nas relações humanas. Na perspectiva de alguns autores foram estabelecidas “divisórias confrontais” (BOEIRA, 1998, p.94) entre os grupos sociais na humanidade. Isso significa dizer que a sociedade tende a privilegiar as diferenças (sejam mentais, comportamentais ou mesmo na fisionomia) como fronteiras que representariam o afastamento entre os seres humanos e, ainda, os colocariam diante de um contexto de conflitos. Um olhar retrospectivo voltado à história da humanidade pode ilustrar que as consequências dessa concepção conduziram à segregação, às condutas violentas e às guerras.

Sendo assim, a relação hierárquica de superioridade/inferioridade entre os seres humanos representou e vem representando fonte de conflitos armados e, conduziu mesmo, às duas grandes guerras mundiais, finalizadas com destruições em diferentes territórios do globo e inúmeras mortes (MORIN & KERN, 1995). Além disso, não se pode deixar de mencionar os genocídios, como os holocaustos. Os casos que ilustram esse contexto decorreram da influência de líderes que conseguiram, pela estratégia da utilização de símbolos, com ênfase no patriotismo e em determinadas características relacionadas à fisionomia humana, mobilizar

sociedades inteiras a acreditar em sua superioridade e a apoiarem tais ideais (KESSELRING, 2000; MORIN, 2002).

A partir do exposto, deve-se reconhecer que uma crise civilizatória se expressa na contemporaneidade (MORIN & KERN, 1995) e provoca questionamentos sobre as bases de organização social vigente. Nesse contexto, parece evidente que a corrupção, o desemprego, a pobreza, a fome e a exploração do trabalho infantil se manifestem como sintomas das “doenças da civilização” (BOEIRA, 1998, p.81). Tais dinâmicas contribuem para um sentido de mal-estar e para a perda da qualidade de vida no planeta. Esta afirmação encontra ressonância em Irving (2010, p.125), cuja leitura sobre a atualidade se fundamenta na compreensão de “um difuso mal-estar expresso no isolamento social, moral e político que resulta em alienação, perda da solidariedade e individualismo”.

Nesse contexto, o protagonismo do ser humano, inspirado pelo movimento humanista, expresso em diferentes momentos da história, pode ser considerado como uma das ideias-chave para a supervalorização do homem, ao afirmá-lo como livre e soberano. Embora essa corrente de pensamento tenha como fundamento a importância de se atribuir dignidade a todo ser humano, pela valorização da diversidade e pelo incentivo à não discriminação social, tais ideias foram negligenciadas pela humanidade (KESSELRING, 2000).

Principalmente, porque os valores éticos e morais humanos, uma vez invertidos, possivelmente conduziram a sociedade a uma interpretação equivocada, colocando em prática somente a primeira ideia concebida pelo Humanismo. Essa, por sua vez, deveria ser desaprendida, segundo a ótica de Morin (2002). Para o pensador francês não cabe perpetuar a visão do homem como detentor de todas as dinâmicas do mundo, mas, sim, aprender que os seres no mundo dependem uns dos outros, como garantia de sobrevivência mútua.

Nesse encaminhamento teórico, vale questionar os mecanismos científicos de investigação que, embora tecnologicamente avançados, não parecem suficientes para gerar uma *global mind* (consciência mundial) na humanidade (MORIN & KERN, 1995). Problematicar a evolução desses instrumentos tem como pretensão refletir em que medida esses possibilitam o desenvolvimento social, conforme amplamente difundido em discursos políticos.

É certo que, o investimento em tais mecanismos possibilitou novas experiências à humanidade. Dentre essas, o ato de chegar à Lua e observar o *Planeta Terra* por um ângulo externo ao ser humano. Sobre esse momento, Boff (1995, p.10) descreve o relato do astronauta Russell Schweickart:

(...) vista de fora, a Terra é tão pequena e frágil, uma preciosa mancha pequena que você pode cobrir com seu polegar. Tudo o que significa algo para você, toda a história, arte, o nascer, a morte, o amor, a alegria e as lágrimas, tudo isso está naquele pequeno ponto azul e branco que você pode cobrir com seu polegar. A partir daquela perspectiva se compreende que **tudo havia se modificado, que começa a existir algo novo, que a relação já não seja a mesma que a de antes** (...) (BOFF, 1995, p.10, *tradução nossa, grifo nosso*).

Ainda assim, uma nova visão da Terra não pareceu o suficiente para fazer emergir uma outra perspectiva de mundo que levasse a humanidade à consciência do planeta como morada comum. Pelo contrário, para muitos autores, a situação se agravou a partir de então e, na década de 1980, a desorganização social se tornou ainda mais evidente. Isso ocorreu, devido às dificuldades relativas à falta de assistência e de garantia de direitos pelo Estado. Esse, por sua vez, passou a se basear em uma política neoliberal de abertura da economia, de plena liberdade de comércio e de diminuição da intervenção no mercado de trabalho. Diante dessa conjuntura, indiretamente foram estimuladas as atividades empregatícias informais (MORIN & KERN, 1995; BOEIRA, 1998).

Nesse contexto, as desigualdades sociais passaram a ser intensificadas, mas ao mesmo tempo, justificadas como um mal necessário, de modo temporário, para se alcançar o progresso. Assim, Moscovici (2007) recorda que o ano 2000 foi estabelecido como prazo final para a obtenção do progresso coletivo que seria possibilitado pelo desenvolvimento econômico. Entretanto, a “virada do milênio” não concretizou o futuro promissor esperado.

Nesse aspecto, a leitura de Nicolescu (1999, p.1-2) não parece otimista: “a felicidade individual e social, que o cientificismo prometia, afasta-se indefinidamente como uma miragem”. Enquanto que a segregação social, suscitada pela busca incontestável pelo progresso, emerge fortemente, entre outras razões, por uma nova classificação discriminatória relacionada ao mercado do consumo: o *status*.

Por essa via, as pessoas passaram a representar, sob o olhar da sociedade, aquilo que elas adquirem em termos de bens materiais. Sendo assim, a fim de serem reconhecidas e se sentirem pertencentes a determinados grupos, passaram a consumir mais. No entanto, essa lógica não poderia contemplar a todos, pois os fundamentos do capitalismo tendem a caracterizar a supressão dos desejos de uns (considerados invisíveis sociais), para que o sistema se mantenha em plena produção para outros (BAUMAN, 2008; TAVARES & IRVING, 2013).

Nesse aspecto, ter se tornou mais importante do que o próprio ser, tendo em vista que as relações podem ser mediadas por aquilo que as pessoas possuem e não pelo o que elas verdadeiramente representam (BAUMAN, 2008). Isto porque o capitalismo “opera na transformação do não-capitalizável em valor de mercado” (TAVARES & IRVING, 2013, p.7) e, nesse sentido, cria uma natureza-mercadoria, mas também formas de ser e de agir da humanidade em sintonia com uma única cultura vinculada ao acúmulo de capital.

Sobre esse aspecto é interessante notar que, de modo geral, as sociedades consideradas mais industrializadas, desenvolvidas e economicamente estáveis são, também, as maiores responsáveis pela degradação antrópica do seu entorno (RATTNER, 1994). Assim, para onde as consequências do padrão de desenvolvimento adotado irão conduzir a humanidade? Poderia o ser humano compreender que as diferentes partes do planeta estão interconectadas e, por isso, todos pertencem à mesma humanidade? Seria possível substituir a conduta individualista pela solidária? Por que via seria possível reestruturar as relações humanas?

Essa complexa reflexão parece desvendar dois caminhos possíveis para a humanidade. Um seria manter a dinâmica civilizatória, tal como ocorre na contemporaneidade, fortemente caracterizada pelo perfil individualista, competitivo e de exclusão que baliza as relações sociais. Outra opção seria construir uma nova organização, capaz de gerar empatia entre os seres humanos, entre esses e os demais seres vivos e, ainda, com a morada comum, o *Planeta Terra* (MORIN & KERN, 1995).

2.3 *RELIGARE* ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA: QUAIS AS VIAS POSSÍVEIS PARA O REENCONTRO?

No percurso de reflexão crítica proposta nesse capítulo, foi discutido que o modelo de organização social vigente tende a conduzir o ser humano a comportamentos que favorecem, por vezes, unicamente, os interesses individuais. Assim, com base em uma percepção de mundo centrada no “eu” (egocêntrica), o “nascimento do individualismo, com a individualização dos atos, dos interesses e das relações humanas, deu vigoroso impulso à oposição entre sociedade e natureza” (MOSCOVICI, 1972, p.9).

Partindo do pressuposto de que o ser humano é, ao mesmo tempo, produto e produtor do seu meio, a cisão histórica das sociedades humanas com a natureza representou, como debatido anteriormente, a ruptura de vínculos com os outros seres de sua própria espécie. Nesse contexto, outros fatores impostos como necessários ao progresso, passaram a compor a

dinâmica de organização civilizatória. Dentre os quais, a razão, a ciência, o avanço tecnológico e a aquisição de recursos materiais (MOSCOVICI, 2007).

Tendo em vista que, tais pensamentos e práticas incentivaram a humanidade a priorizar os interesses pessoais, em detrimento dos interpessoais, parece claro que o ser humano passou a entender que as crises contemporâneas e seus impactos na sociedade, não eram de sua responsabilidade. Como resultado, a humanidade se caracteriza pelo descompromisso com os efeitos de suas próprias ações, capaz de negligenciar macro questões globais, por considerar que essas não contemplam, diretamente, seus projetos pessoais (MORIN & KERN, 1995).

E, no direcionamento moderno das condutas humanas, as relações sociais tendem a se tornar efêmeras e distantes. Esse panorama envolve menos demonstrações de sensibilidade às preocupações, às angústias e aos sofrimentos alheios. Tal fenômeno, por sua vez, reflete a dificuldade de reconhecimento de semelhanças entre os seres humanos. Desse modo, o ato de solidariedade de se colocar no lugar do outro se torna, cada vez, menos frequente (MORIN, *op. cit.*).

Considerando que o exercício da empatia com outro indivíduo se articula intrinsecamente à sensibilização com a natureza, como advogam alguns autores, emerge como reflexão desse debate a necessidade humana de reaprendizado sobre a vida em sociedade e, paralelamente, sobre o valor de pertencimento à natureza, dinâmica que retroalimentaria fortemente os vínculos que historicamente foram rompidos (BOEIRA, 1998). Assim, “ao se mudar a forma de olhar para o mundo, a realidade, o planeta em que vive o homem, a natureza e as questões sociais nela imbricadas, muda-se o próprio olhar sobre o homem, nessas inter-relações” (NOGUEIRA & CARNEIRO, 2009, p.33).

Com esse direcionamento é necessário fazer emergir perspectivas que possam fundamentar novas práticas em sociedade, visto que “seria um equívoco se continuar a considerar o homem como uma espécie privilegiada e exógena ao mundo natural ou se insistir na separação entre a história das sociedades humanas e a história das naturezas” (IRVING, 2018a, *no prelo*).

Todavia, como despertar a afetividade da humanidade que, diante da racionalidade fortalecida, parece ter perdido a sensibilidade para as questões que tencionam a vida no planeta? À frente dessa reflexão, um dos caminhos possíveis, refere-se ao reencantamento pela natureza. Isso porque,

o que é precioso nessa tradição e reside no fundo de nós, é o sentido de natureza, a paixão de guardar um laço vivo com ela, de servi-la e respeitá-la.

Nós devemos atizar essa paixão, sem ela nós seríamos mais mortos do que os mortos. É preciso que ela exista, pois sem ela, por que é que os homens e as mulheres, os mais jovens e os menos jovens se interessariam pela natureza? **Que outro ardor os impulsionaria a desejar salvar as espécies vivas dentre elas a nossa?** (MOSCOVICI, 2007, p.110-111, *grifo nosso*).

Com intuito de avançar na reflexão proposta sobre essa temática complexa, caberia destacar que a sociedade foi controlada por concepções hegemônicas de instituições de poder de tal modo que, de forma gradativa, o mundo foi perdendo o encanto para a humanidade, em contraste com a liberdade para o estabelecimento de relações espontâneas com a natureza que prevalecia no passado (NICOLESCU, 1999; MOSCOVICI, 2007).

Nesse aspecto, reconhece-se que o meio natural, destituído de seu valor mágico, perdeu o seu animismo. Essa perspectiva encontra ressonância em Monod (*apud* Diegues & Moreira, 2001, p.58), para o qual: “a ciência, enfim, destruiu todas as ontogêneses míticas e filosóficas, rompendo a antiga aliança que unia o homem à natureza viva e carregada de significados”.

Ao se considerar que as ideias que transcendem as fronteiras da racionalidade científica foram designadas como superstição (NICOLESCU, 1999, p.4), parece ser possível afirmar que a natureza está, gradativamente, sendo dessacralizada. Dentre as razões possíveis para a perda dos seus significados sacros, Moscovici (2007, p.121-122) expõe que: “a proibição da sensibilidade, a negação radical de nossa relação corporal, sensorial com o mundo visível e vivo fez com que ela fosse abandonada ou relegada”.

Contudo, mesmo diante do esforço de monitoramento das dimensões instintivas humanas é possível que nesse processo, elementos tenham escapado à vigilância das instituições de controle e permaneçam adormecidos, como remanescentes, no interior das percepções humanas, fazendo-se necessários impulsos, capazes de despertá-los. Sendo assim, uma leitura que emerge dessa reflexão é que: “a dessacralização incessante do homem moderno alterou o conteúdo da sua vida espiritual; ela não rompeu, no entanto, com as matrizes de sua imaginação: todo um resto de mitologia sobrevive em zonas humanas mal controladas” (ELIADE, 1991, p.9 *apud* DIEGUES & MOREIRA, 2001, p.60).

Isso significa dizer que, muito embora sejam impostos à sociedade padrões de ser e agir, ainda reside na humanidade, aspectos simbólicos que escaparam ao controle e à disciplina. Caso esses sejam impulsionados, podem recuperar antigas ou desenvolver novas sacralidades, crenças e, também, novos ritos e mitos. Esse percurso pode expressar a libertação do homem da obsessão do progresso que o leva a se desencantar e ao isolar-se da

natureza. Por essa via de análise, pode-se entender que se o desencantamento da humanidade pelos elementos naturais do planeta foi capaz de desligar a espécie humana de todas as outras e, inclusive, de si mesma; a direção do reencantamento pode expressar um caminho para minimizar as crises manifestadas na contemporaneidade (MOSCOVICI, 2007).

O reencantamento humano pela natureza seria possível, pois, embora se reconheça que há uma cultura hegemônica que a rejeita, há por outro lado, um processo de regeneração natural, pelo qual tudo pode ser resgatado. Nesse sentido, a natureza deve fazer parte de toda cultura. Para fortalecer esse sentido de reconexão, não se pode deixar de considerar a necessidade de estímulo aos encontros que possibilitem a redescoberta da sua essência, em um esforço “de reintegração entre sociedade e natureza” (IRVING, 2010, p.127) que, em paralelo, possa resgatar também o ser humano “integral, com o corpo, sentidos, sentimentos em equilíbrio com o plano mental” (MENDONÇA, 2017, p.23).

Esse movimento de redescoberta do valor da natureza tende a ser possível por meio de múltiplas interpretações, pela pluralização de olhares e produção de subjetividades não pré-determinadas por instituições presentes na sociedade (DIEGUES & MOREIRA 2001; PERONDI, 2004). Por esse ângulo, a natureza poderia ser emancipada da sua noção utilitarista, o que significaria, igualmente, emancipar o homem (MOSCOVICI, 2007).

Isso porque, uma vez indissociáveis, “a sociedade reage às mudanças da natureza, da qual ela é um dos polos, assim como a natureza, englobando-a, responde ao que acontece nas sociedades” (PERONDI, 2004, p.5). Tal característica sinérgica aponta para a necessidade de estabelecimento de novas relações que levem em consideração a dependência entre a diversidade biológica e a diversidade cultural (REIS, 2006).

Ainda sobre a interdependência socioambiental, é interessante notar que uma pesquisa disponibilizada pela UNEP/UNESCO (2002) indica que os locais com maior diversidade biológica são justamente aqueles associados a maior variabilidade linguística. Parece claro, neste caso, que para alguns grupos sociais, dentre os quais, as populações tradicionais, a relação com a natureza é essencial à organização e à reprodução cultural e religiosa. Essa discussão ilustra a possibilidade de uma conexão visceral entre as pessoas e o meio no qual se inserem, em busca de estabelecer modos de vida duráveis (REIS, *op. cit.*).

A partir dessa inspiração, a mudança da dimensão relacional entre sociedade e natureza parece constituir um fundamento essencial ao fortalecimento do movimento de *reiligare*. Entretanto, essa abordagem requer um longo caminho de aprendizagem de outras formas de pensar que possam direcionar novas práticas humanas, em sintonia com a durabilidade dos ecossistemas.

Assim, com base nos argumentos discutidos, “no contexto atual marcado pela crise civilizatória, a religação da sociedade com a natureza e com a própria humanidade constitui um dos maiores desafios contemporâneos” (IRVING, 2018a, *no prelo*). Dentre outras razões, porque “ao nos afastarmos da natureza para construir um mundo que fosse mais controlado e confortável, nos afastamos também do nosso corpo, que é a natureza que somos, dando mais importância ao pensamento, às descobertas científicas e ao conhecimento consolidado” (MENDONÇA, 2017, p.25).

O percurso de religação com a natureza tem como pressuposto, portanto, estabelecer uma “coalizão de saberes” (MOSCOVICI, 2007. p.120), ou seja, a aceitação de diversos métodos de se obter o conhecimento e não pelo privilégio de um único: o científico. Nessa lógica, Morin (2002) vislumbra como alternativa às crises contemporâneas, não somente a religação do homem com a natureza e com ele mesmo, mas também a religação entre saberes.

Somente mediante ao reconhecimento de que o contexto planetário se caracteriza em um conjunto complexo, será possível transformar a concepção do homem como sujeito que manipula a natureza, esta por sua vez, considerada objeto. Assim, para o pensador francês citado, por meio de um olhar mais abrangente, pode-se compreender o homem como parte intrínseca do mundo natural. Nessa perspectiva, deve-se reconhecer a inter-relação entre as questões da sociedade e do ambiente, de tal maneira que seja possível construir uma epistemologia socioambiental (MORIN & KERN, 1995).

Todavia, o processo de inserção de novos saberes na construção de outra epistemologia, deve permitir, dessa vez, o encantamento, pois este “é fundamental para formar os alicerces de qualquer conhecimento. Sem encantamento o conhecimento não nos afeta de verdade” (MENDONÇA, 2017, p.23).

Tendo em vista que o encantamento está vinculado às sensações humanas, para trilhar essa nova trajetória planetária seria importante, evidenciar, portanto, uma inteligência capaz de religar a razão à emoção, posto que “somente assim a sociedade do século XXI poderá conciliar efetividade e afetividade” (NICOLESCU, 1999, p.138). Para isso, “a aliança de paz e de confraternização entre humanos/natureza (...) constitui horizonte de esperança imprescindível a qualquer comprometimento ecológico eficaz” (BOFF, 1995, p.121).

Nesse aspecto, o encantamento pode direcionar às ressignificações do meio natural. De acordo com Irving (2018a, *no prelo*) este seria um passo fundamental, uma vez que a “reconexão com a natureza pressupõe uma nova compreensão de seu significado, que transcende a mera leitura de recurso natural”. Com esse escopo, o esforço em resgatar o valor

intrínseco à natureza deve compor o centro do debate sobre as vias possíveis de estabelecer transformações.

Nessa perspectiva, a busca pelo *religare* se vincula à expressão de um movimento não forjado ou disciplinado, mas disperso e espontâneo que se fundamenta na própria necessidade do ser humano em reestabelecer uma nova dimensão relacional com a natureza. Com tal propósito, essa iniciativa está balizada em um entendimento não linear de natureza, visto que cada ser humano faz uma representação singular do seu entorno. Por esse olhar, busca-se compatibilizar e perpetuar a existência das diversidades cultural e natural, reconhecendo, sobretudo, que não há uma cultura superior (MORIN & KERN, 1995).

Com esse direcionamento, o movimento de *religare* com o ambiente natural implica no “exercício de desconstrução de mitos históricos, consolidados na sociedade contemporânea, a partir de um olhar fragmentado e distorcido sobre a relação sociedade e natureza” (IRVING, GIULIANI & LOUREIRO, 2008, p.12). Mas como desconstruir essa racionalidade predominante na humanidade?

Inspirado por esse debate teórico, no próximo capítulo, busca-se apresentar uma via possível para a reconexão entre sociedade e natureza. Sendo uma das hipóteses que orientam esta pesquisa, a perspectiva de que a política pública de delimitação de territórios para a conservação da natureza pode representar um caminho nesse sentido.

Isso porque, considerada a principal estratégia mundial de proteção da diversidade biológica e, também, dos modos de vida dos povos e das populações tradicionais (DIEGUES & MOREIRA, 2001), as áreas protegidas tendem a possibilitar o contato da sociedade com a natureza, por meio das iniciativas de uso público. Assim, abrindo horizontes no campo desta discussão, a seguir, são abordadas as dinâmicas que tencionam o contexto de apropriação social desses territórios.

3 BUSCANDO UMA RELEITURA DE USO PÚBLICO EM PARQUES

"Todos precisam da beleza na mesma medida em que precisam de pão, locais de lazer e de prece, onde a natureza possa curar, alegrar e fortalecer corpo e mente" (JOHN MURIR)¹.

O cerne deste capítulo se dirige ao debate sobre o uso público em áreas protegidas, particularmente, da categoria de manejo parque. O uso público, que tende a revelar controvérsias e pode também representar fonte de conflitos na gestão de uma unidade de conservação (UC), pode ser estratégico na reflexão sobre a relação entre sociedade e natureza. Embora, não seja ainda abordado de modo direto e objetivo nas políticas públicas de proteção da natureza, adotadas no caso brasileiro.

Para que se possa melhor compreender a dinâmica de uso público em áreas protegidas, busca-se realizar aqui um resgate histórico do processo que originou este dispositivo. E, também, à elaboração do *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* (SNUC) (BRASIL, 2000), política pública que regulamenta a criação e o manejo desses territórios, no Brasil. Nesse contexto foi concedido enfoque à discussão da perspectiva de blindagem da natureza e às suas implicações na apropriação social dos parques na contemporaneidade.

Tendo em vista o recorte do tema desta dissertação e os referenciais teóricos selecionados, os principais eixos de problematização deste capítulo são: o que é uso público? Por que abordá-lo na categoria de manejo parque? A quem está direcionado? E, quais são os seus limites e as suas possibilidades de desenvolvimento? Nesse percurso teórico, a temática é tratada à luz da revisão documental das diretrizes que orientam o uso público nos parques estaduais, especificamente, no Estado do Rio de Janeiro.

Com base nas propostas expostas para esse capítulo, o objetivo é buscar uma releitura de uso público em parques, como uma nova possibilidade de interpretação fundamentada pela perspectiva do *religare* entre sociedade e natureza, adotada aqui como lente de inspiração. Para tal, a ênfase foi concedida na dinâmica de apropriação desses espaços, de conservação da biodiversidade, pela visitação.

¹ Nascido na Escócia (1838-1914), John Murir foi escritor. O autor, considerado o precursor da perspectiva conservacionista, durante a sua vida esteve engajado em debates sobre a proteção do patrimônio natural dos Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.nps.gov>> Acesso em: 04 de dezembro de 2017.

3.1 A CRIAÇÃO DE PARQUES NO BRASIL: O PARADIGMA DE BLINDAGEM DA NATUREZA NA ORIGEM DO DEBATE

A apropriação social de áreas protegidas pelo uso público constitui um tema complexo, controverso e, por vezes, conflitivo. Por isso, abordar a sua dinâmica implica em contextualizar, historicamente, a criação dos parques, visando facilitar a compreensão da perspectiva de *wilderness* (lugar deserto ou desabitado) que fundamentou a origem do debate.

Ocorre que, durante um longo período, o modelo de “parques fortaleza” foi adotado como forma de preservar a natureza em seu estado virgem das ações antrópicas do entorno, rejeitando a presença humana em seu interior, bem como a participação social nos processos de gestão dessas áreas (GODOY, 2006; BROCKINGTON, 2006; BENSUSAN, 2006; VALLEJO, 2015; IRVING, 2018a). Nesse sentido, busca-se realizar aqui um resgate dos princípios que orientaram a delimitação de territórios para a proteção da natureza, tendo como foco prioritário compreender os seus desdobramentos na contemporaneidade.

Como introdução à abordagem teórica proposta, pode-se apontar que a prática de delimitar áreas para um uso específico é antiga. Há registros de civilizações que, ainda Antes de Cristo, reservavam espaços especiais para a caça e a pesca, estes considerados como elementos de garantia à sobrevivência humana. Outra motivação, também presente nos documentos históricos a respeito, refere-se aos territórios restritos às práticas religiosas e aos cultos sagrados, nos quais frequentemente, era proibido desenvolver demais atividades (CRONON, 1995).

Posteriormente, no período dos desbravamentos, com as novas descobertas, foram designadas áreas especiais com a função de estocar recursos naturais, visando fornecer matéria-prima para abastecer o sistema produtivo em desenvolvimento. As reservas de madeira, outrora destinadas à construção de navios, são exemplos nesse sentido (BENSUSAN, 2006).

Entretanto, os primeiros registros de conservação de paisagens naturais consideradas como cênicas, datam de meados do século XIX baseadas, em especial, na percepção do potencial humano de transformar o seu entorno, principalmente, por meio das mudanças decorrentes da expansão urbana e do desenvolvimento industrial. Desse modo, com a exploração acelerada dos recursos naturais para abastecer o sistema de produção que se fortalecia, emergiu uma preocupação relacionada ao sentido de escassez e, ainda, à quase inexistência de áreas que se mantinham intocadas. Em outras palavras, áreas consideradas desabitadas, com natureza em estado selvagem (TAKAHASHI, 2004; BENSUSAN, 2006).

É interessante notar que emergia, portanto, um “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 1996) que passou a balizar a delimitação de territórios, com o objetivo específico de proteção estética das paisagens. É importante mencionar que pesquisas posteriores identificaram, no entanto, que a ideia de natureza inabitada representa uma criação humana, pois não se pode deixar de considerar que a diversidade biológica e a manutenção paisagística de um território estão diretamente vinculadas às relações sociais nele estabelecidas. Sendo assim, a organização de um grupo social, bem como as suas respectivas práticas de manejo, são fundamentais para que se possa determinar o grau de integridade biológica e estética local (CRONON, 1995).

Assim, a noção de natureza selvagem e intocada negligenciava a existência de povos e populações que adotavam práticas distintas das sociedades industriais. Dessa forma, essa perspectiva historicamente conhecida como *wilderness* fez emergir um modelo de conservação, baseado na exclusão do ser humano de áreas naturais consideradas mais preservadas, com o objetivo de transformá-las em lugares desabitados (DIEGUES, 1996; BENSUSAN, 2006). Com esse direcionamento, somente as paisagens “paradisiacas” foram contempladas pela estratégia de proteção (BROCKINGTON, 2006).

Com ênfase inicial na leitura de que essas áreas se tratavam de “paraísos vazios” foi iniciada uma relação conflitiva que determinou a retirada forçada de populações que habitavam esses territórios e estabeleciam modos de vida tradicionais. Como consequência, a terra, elemento intrínseco às suas reproduções sociocultural e religiosa, passou a ser caracterizada como uma mercadoria negociável, inserida na própria lógica de produção e consumo vigente. Esse contexto de origem da criação de parques contribuiu para estabelecer um complexo paradoxo, mantido ainda na contemporaneidade, que privilegia o modo de organização das sociedades capitalistas, uma vez que "quem conserva é punido, enquanto quem usa o ambiente de forma predatória é recompensado" (BENSUSAN, 2006, p.119).

Esta constitui uma reflexão fundamental para compreender que a delimitação desses territórios, à época, ainda não visava a conservação da biodiversidade em longo prazo, mas o estabelecimento de uma área recreativa com um diferencial de beleza cênica e paisagística para ser comercializada aos interessados em visitá-las. O público-alvo desejado, constituído nesse caso de classe média alta, era proveniente dos conglomerados urbanos que, saturados pelo caos, pela poluição industrial e pelos apelos mercadológicos do capitalismo, tendia a procurar por paisagens naturais, inspirado pelo imaginário romantizado e nostálgico de natureza preservada. Muitas das vezes, esta associada também a um estilo de vida bucólico e

simples, em contraste com o cotidiano das metrópoles (DRUMMOND, FRANCO & OLIVEIRA, 2010; PIMENTEL, 2015).

Nesse sentido, a natureza representava no imaginário das sociedades industriais, paradoxalmente, um “paraíso idealizado” como refúgio das consequências da crise civilizatória, mas, também, uma área primitiva e marcada por “tragédias ambientais”, com a qual se temia o contato direto, fora de zonas controladas e com facilidades de acesso. Isso implica colocar em discussão a relação estabelecida com a natureza preservada dos parques que, em sua própria origem, esteve expressa pelo estabelecimento de limites entre a preservação do estado selvagem e a comercialização da paisagem para atividades de contemplação (GODOY 2006; IRVING, 2018b).

Com esse propósito inicial, foram definidas fronteiras entre o desenvolvimento das sociedades e o desenvolvimento da natureza. Dessa forma, uma vez fundamentada na perspectiva de isolamento do ser humano dos demais seres vivos, a prática de delimitar territórios com beleza cênica foi, gradativamente, legitimando as “vitrines da natureza” (BROCKINGTON, 2006).

Tendo como base o sentido figurado dessa expressão, o seu significado remete aos remanescentes naturais que foram “confinados” e blindados das transformações antrópicas, onde se permitia somente a atividade de observação que, por sua vez, foi precificada e, portanto, comercializada (GODOY, 2006; TAVARES & IRVING, 2013). Com este pressuposto, nos parques, a permissão para a utilização do território se tornou vinculada, estritamente, ao desenvolvimento de atividades temporárias de visitação.

Para que se possa avançar com a discussão, pode-se sinalizar para a resignificação dessas “fontes blindadas de recursos naturais” (IRVING, 2018a, *no prelo*) que, inicialmente, foram exploradas como reservas de matéria-prima, mas posteriormente, passaram a priorizar a proteção paisagística e, mais recentemente, a conservação da diversidade biológica.

Desse modo, com a percepção do agravamento das condições de degradação ambiental, principalmente, pela perda de solos férteis e de biodiversidade genética, emergiu a discussão sobre a possibilidade de consolidar uma política pública de proteção da natureza *in situ* (MMA, 2000). Isso significa dizer, em territórios demarcados com esse objetivo, nos mais diversos países do *Planeta Terra*. E, assim, passou a se expressar uma preocupação não mais estritamente estética, mas também, com a durabilidade dos seres vivos (IRVING *et al.*, 2013).

Tendo contextualizado a abordagem filosófica de origem do debate, pode-se apontar que no plano operacional, por sua vez, os reflexos das discussões sobre áreas protegidas

começaram a repercutir no Brasil em 1876. Isso ocorreu com o planejamento de criação do Parque Nacional de Sete Quedas, no Estado do Paraná e, do Parque Nacional do Bananal, em Goiás.

Entretanto, os autores Drummond, Franco e Oliveira (2010, p. 346) salientam que essas foram “iniciativas frustradas”, assim como a de 1891 quando “o Decreto Federal nº 8.843 criou uma enorme reserva florestal, no que é atualmente o Estado do Acre, com 2,8 milhões de hectares. No entanto, não se conhece qualquer iniciativa no sentido de sua implementação”. Outro exemplo nessa direção foi o Parque Nacional de Paulo Afonso, localizado no Estado da Bahia, revogado para a construção de uma usina hidrelétrica (DRUMMOND, FRANCO & OLIVEIRA, *op. cit.*).

Embora as primeiras tentativas de criação de áreas protegidas no Brasil não tenham sido sucedidas, essas iniciativas possibilitaram ampliar o engajamento da sociedade na discussão da temática. Assim, em 1937, foi criado o primeiro parque brasileiro, o Parque Nacional do Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro. Isto porque, a década de 1930 foi marcada por grandes transformações no contexto do país relacionadas ao crescimento urbano e industrial, principalmente, na região Sudeste. Tendo em vista que a natureza estava ligada às reservas de matéria-prima para manter as demandas do sistema produtivo, nessa época, foram elaborados dispositivos legais como o próprio Código Florestal de 1934 que, posteriormente, estruturaram a política nacional de proteção da natureza (IRVING *et al.*, 2013).

Apesar de ser considerada tardia, a criação efetiva do primeiro parque nacional, logo inspirou a criação de outras UCs de mesma categoria de manejo. Dentre a consagração dos três primeiros parques brasileiros, dois desses foram direcionados ao mesmo estado. Assim, em 1939 foi criado o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, também em território fluminense.

Parece claro que a paisagem diversificada do Estado do Rio de Janeiro, ao integrar as belezas cênicas de serra às de mar, constituiu aspecto determinante nesse sentido. Isso porque, esta se caracteriza como de relevante interesse para visitação e contemplação, sendo procurada, inclusive, por um público internacional (PIMENTEL, 2015).

Contudo, ainda que considerado um local ícone do imaginário de turistas de todo o mundo, no Estado do Rio de Janeiro, o primeiro parque administrado em esfera estadual, o Parque Estadual do Desengano, foi criado somente em 1970. Esse contexto decorreu dos desafios enfrentados no Brasil, à época, para a criação e o manejo das áreas protegidas. Há de se reconhecer que o país é o mais “megadiverso” do mundo, além de abrigar o maior número de espécies endêmicas globalmente e de possuir dimensões continentais, o que amplia ainda mais a sua importância, mas também a sua complexidade de gestão (IRVING *et al.*, 2013).

Tendo isso em vista, mesmo territórios afastados apresentam comunidades tradicionais como caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, entre tantas outras. No estado foco da pesquisa, por exemplo, no final da década de 90, cerca de 70% das áreas protegidas eram habitadas (ARRUDA, 1999).

Não se pode negligenciar também a dificuldade relacionada à inexistência, durante um longo período, de um dispositivo legal com padrões normativos de nomenclatura, categorias de uso e objetivos específicos para cada unidade de conservação. Com a inexistência de uma política pública para regulamentar a criação de tais áreas, essas eram criadas de forma desordenada, o que tendia a intensificar os conflitos de oposição da população local. Muitas das vezes, devido à insuficiência de informações que pudessem justificar a finalidade para a aplicação das restrições de uso do território.

Isso porque, embora o Código Florestal de 1934 tenha classificado essas áreas em quatro tipos de florestas nativas: “protetoras”, “remanescentes”, “modelo” e “produtivas”, essas nomenclaturas não permaneceram, sendo, portanto, sucessivamente modificadas. Desse modo, a primeira iniciativa para a redação de um documento base para a regulamentação de um sistema de áreas protegidas no país, data do final da década de 1970 e início dos anos 80, com a projeção do *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil*, previsto para elaboração em duas etapas. O órgão responsável por sua organização foi o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (RODRIGUES, 2009).

Após essa movimentação preliminar, um longo caminho foi percorrido até que pudesse ser promulgada uma Lei para ordenar a criação de UCs no Brasil. Por isso, o país “chegou à década de 1990 com uma pluralidade de categorias de áreas naturais protegidas” (DRUMMOND, FRANCO & OLIVEIRA, 2010, p. 347). Nesse percurso, cabe considerar que a divergência entre as perspectivas conservacionista², preservacionista³ e, ainda, as que delas decorrem, contribuiu para prolongar o processo de redação de um sistema oficial de áreas protegidas.

Assim, os debates entre representantes dessas duas visões e a dificuldade de encontrar um caminho que pudesse agradar a todos os grupos presentes constituiu uma das razões para que o processo de elaboração se tornasse lento. Contudo, o sistema instituído como resultado

² A perspectiva conservacionista, popularmente conhecida como “sócio sensível” e, representada, principalmente, por antropólogos e sociólogos, defende a indissociabilidade entre diversidade biológica e diversidade cultural (DIEGUES & MOREIRA, 2001).

³ A perspectiva preservacionista, representada, principalmente, por biólogos e ecologistas, considera que a proteção do ambiente natural implica no isolamento da natureza do ser humano. Isto porque, a humanidade é compreendida como necessariamente degradadora. Essa concepção inspirou a noção de natureza intocada ou também de natureza “entre muros” (DIEGUES & MOREIRA, 2001).

desse embate contemplou contribuições advindas de ambas as concepções. É evidente, portanto, que há categorias de manejo com regime mais restritivo de utilização dos recursos naturais do que outras (MELO, 2007; PRATES & IRVING, 2015).

Dessa forma, o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* (BRASIL, 2000), estabelecido em 18 de julho de 2000 e regulamentado em 22 de agosto de 2002 pode ser considerado, na atualidade, a principal política pública brasileira com foco na proteção da natureza. A sua elaboração representou um avanço, principalmente, no sentido de propor instrumentos de gestão dessas áreas. Além disso, esse dispositivo legal prevê a participação das populações envolvidas nos processos de decisão, por meio de espaços institucionais organizados com esse objetivo. Sobre esse aspecto, Irving (2010, p.127) compreende que: “os esforços foram dirigidos para a construção de um arcabouço jurídico e institucional consistente que transformou o país em ícone de inovação em políticas de proteção da natureza”.

Assim, a partir desse marco, uma UC passou a significar um:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art. 2º).

A elaboração de um dispositivo normativo de áreas destinadas à conservação da natureza recebeu, no Brasil, algumas propostas singulares. Dentre essas, a própria nomenclatura unidade de conservação constitui uma particularidade nacional, conforme sinalizado por Irving (2018a, *no prelo*), para quem, as “sutilezas conceituais no caso brasileiro, fazem a distinção entre a noção de áreas protegidas e unidades de conservação”.

Dito isto, a Lei mencionada divide as UCs brasileiras em dois grupos, de acordo com o grau de restrição de uso. Um desses é considerado como de Uso Sustentável e o outro como de Proteção Integral. O regime de Proteção Integral dos recursos naturais, com perfil de gestão mais restritivo, tem por objetivo preservar a natureza, admitindo somente atividades de uso indireto. Por outro lado, a tipologia de Uso Sustentável, mais permissível à presença humana, visa compatibilizar a conservação da natureza com a utilização sustentável de parcela dos seus recursos naturais (MELO, 2007; PRATES & IRVING, 2015).

Nesses dois regimes há, ainda, doze categorias de manejo, cujo direcionamento designa um objetivo específico de criação e proteção da biodiversidade, bem como da diversidade cultural. Sendo assim, cabe sinalizar que os parques, além de quatro outras categorias de manejo, são unidades de conservação de Proteção Integral. Desse modo, os

parques, foco da pesquisa, são de posse pública e “têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica” (BRASIL, 2000, Art. 11).

Tendo em vista o enfoque restritivo de utilização dos parques fundamentado no próprio histórico de criação dessas áreas, o modelo brasileiro de gestão admite a presença humana somente para atividades específicas de uso público. De modo algum para moradia, visando justamente, protegê-los da capacidade de degradação das ações humanas que podem, inclusive, comprometer suas belezas cênicas, cuja relevância constitui um dos pressupostos para a sua caracterização como uma unidade de conservação.

Entretanto, a gestão de parques foi por um longo período no Brasil baseada em uma perspectiva “intramuros” (IRVING, 2006), negligenciando, inclusive, a possibilidade de uso público. Isto porque durante a definição dos manejos permitidos para cada setor dos parques, na etapa considerada como de zoneamento das áreas inseridas em seus limites, grandes extensões do território tendiam a se tornar zona intangível. Isso significa dizer, locais "onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação" (BRASIL, 2000, Art. 7). Essa postura esteve inspirada, principalmente, em uma visão preservacionista que, por vezes, coibiu o acesso a essas áreas sem apresentar uma justificativa, contribuindo assim para a criação de parques com modelo de gestão “ultrarrestitivo” (COZZOLINO & IRVING, 2004; VALLEJO, 2015).

Desse modo, conforme anteriormente discutido, pode-se afirmar que, historicamente, essas áreas tiveram como “pressuposto a necessidade de se defender um determinado ecossistema natural (considerado ecologicamente relevante sob a ótica local e/ou global) da ação humana, potencialmente predatória” (IRVING, 2010, p.136).

Este argumento ganhou ainda maior consistência com a expressão "área de sacrifício" que, exprimindo sentido negativo, passou a designar zonas onde o uso público foi permitido e, portanto, a presença humana (VALLEJO, 2015). Esse percurso contribuiu para estabelecer a percepção dicotômica entre preservação e uso público, reflexo da própria lógica de cisão entre sociedade e natureza. Cabe notar que nesse contexto, as equipes gestoras dos parques tendiam a negligenciar uma de suas atribuições vinculada, justamente, à compatibilização do uso público com a conservação da biodiversidade, conforme previsto no SNUC (BRASIL, 2000).

Com base nos argumentos discutidos, há de se reconhecer que parte do debate polêmico sobre a abordagem de uso público em parques, reside no plano da sua operacionalização, dentre outras razões, devido ao histórico de sua criação que contribuiu para tornar conflitiva a relação entre os atores sociais envolvidos nesse contexto. Dentre esses,

a gestão dos parques, os moradores do seu entorno e, também, os turistas. É importante identificar que há, portanto, um passivo social decorrente de uma política de conservação que, em sua origem, foi pensada para exercer o papel de “muralha” (MEDEIROS, IRVING & GARAY, 2004; GODOY, 2006).

Contudo, atualmente, com a tendência crescente de procura por paisagens naturais, inspirada pelos imaginários de uma sociedade, cada vez mais, movida pelo desejo de religação com a natureza, tem sido inserida no debate a necessidade de transformar essa perspectiva em uma noção de “biodiversidade compartilhada” (IRVING *et al.*, 2013). Não somente por esse motivo, mas também, devido à dificuldade de manter a política pública de conservação da natureza em território brasileiro, principalmente, com a escassez de recursos financeiros e humanos para tal. Nesse sentido, pode-se interpretar que a “ideologia do *wilderness*, que esteve na origem das políticas globais de proteção da natureza vem sendo colocada em xeque” (IRVING, 2018a, *no prelo*).

Assim, os parques têm sido uma das modalidades mais discutidas, não somente devido ao histórico de sua concepção marcada por conflitos, mas pelo reconhecimento de seu potencial como *locus* de reflexão das práticas humanas em sociedade. Nesse aspecto, “as áreas protegidas vêm sendo interpretadas, progressivamente (...) não mais como espaços blindados de natureza preservada, mas como *locus* privilegiados para a transformação social” (IRVING, *op. cit.*, *no prelo*).

Contudo, para que os parques possam representar esse espaço de questionamento sobre os modos de vida das sociedades contemporâneas é preciso, em primeiro lugar, compreender quais são as vias para avançar em estratégias de apropriação desse bem público pelos atores sociais envolvidos. Com esse propósito, a seguir, se discute o uso público como um conceito-chave nessa direção.

3.2 USO PÚBLICO EM PARQUES: ENTRE POSSIBILIDADES E LIMITES DE ENGAJAMENTO SOCIAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A categoria de manejo parque, considerada como uma das que geram mais embates e motivam mais controvérsias (BENSUSAN, 2006) dentre as unidades de conservação de Proteção Integral, constitui o Estudo de Caso desta dissertação. Dentre as controvérsias que estão no cerne das discussões sobre a temática na contemporaneidade, a utilização dos parques pelo público interessado é uma das questões em destaque.

Isso porque, na visão de alguns autores, o uso dessas áreas pela sociedade constitui objetivo fundamental, tal como a própria conservação da biodiversidade, finalidade para a qual são criadas (EAGLES *et al.*, 2001). No entanto, conforme anteriormente mencionado, a criação dessas áreas apresenta um histórico de blindagem da natureza à presença humana. Nesse contexto, as diferentes perspectivas sobre o tema estabeleceram alguns dos principais conflitos que envolvem esta categoria de manejo, atualmente.

Contudo, é importante compreender que uma das premissas para a criação de um parque é a identificação de belezas cênicas. Nesse sentido, o valor atribuído às paisagens naturais faz com que esta categoria de manejo esteja dentre as mais procuradas por grupos sociais que desejam estar em contato com tais ambientes (TAKAHASHI, 2004).

Esta pode constituir uma das razões para dados de meados do ano de 2006 já apontarem para o aumento anual de 10 a 30% na procura por parques, em diversos países do mundo (MMA, 2006). Com relação aos parques brasileiros, uma vez inseridos na dinâmica de um país que é considerado como o mais “biodiverso” do planeta, esses também vêm, progressivamente, se tornando mais notados pelo público interessado em estabelecer relações com a natureza.

A procura pelos parques brasileiros vem ocorrendo com maior intensidade após política de ampliação da extensão dos territórios destinados à proteção, cuja ação situou o Brasil na posição de país com mais áreas protegidas do mundo, passando a abranger a proporção de 17,9% de suas áreas. Tendência que refletiu, também, no Estado do Rio de Janeiro que possui cerca de 4,8% de suas áreas em UCs (MMA, 2016). Dessa forma, as opções de encontro com a natureza preservada puderam ser ampliadas e diversificadas.

A partir da observação dessa tendência e, também, do potencial do uso público em termos de geração de recursos, o poder público passou a buscar meios para investir em instrumentos para atrair a sociedade para essas áreas (MMA, 2006). Nessa direção, o uso público vem adquirindo, gradativamente, um importante papel como dispositivo estratégico para manter, financeiramente funcionando, as próprias dinâmicas de conservação dessas unidades. Mas, afinal, o que é o uso público? A categoria de manejo parque admite quais usos pelo público? Para que público está dirigido o seu uso? E, qual é a sua importância, para além dos aspectos econômicos?

Inicialmente, esses questionamentos são fundamentais para que se possa compreender a complexidade envolvida no tema, uma vez que o conceito de uso público permite variadas possibilidades de interpretação. Isso porque, a sociedade apresenta interesses de uso múltiplo dessas áreas e, cada objetivo de manejo sobre o território, tende a revelar uma leitura

diferenciada sobre um mesmo espaço. Sendo assim, é necessário reconhecer que os objetivos de uso podem estar em conflito ou, ainda, se sobreporem, dado por vezes, a dificuldade em compatibilizá-los (CHAGAS, 2005).

Assim, é importante contextualizar que, de modo geral, espaços públicos são aqueles que estão disponíveis para a sociedade vivenciá-los e que permitem a convivência, bem como a troca social. Nesse sentido, esses ambientes tendem a contribuir para as experiências coletivas e para o diálogo entre indivíduos que pode ser estabelecido de modo cordial ou tensionado pela existência de conflitos (TSCHOKE, MARANHO & RECHIA, 2010).

Tal definição se aplica ao contexto dos parques, pois estes são espaços considerados públicos, embora com restrições de uso estabelecidas pelo SNUC, sistema que regulamenta as unidades de conservação no Brasil (BRASIL, 2000). Com base na determinação desse documento legal, os parques, administrados em esfera federal, estadual ou municipal, admitem o uso público para fins de "realização de pesquisas científicas e para o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico" (BRASIL, 2000, Art. 11).

Desse modo, parece possível afirmar que o uso público constitui um dos objetivos da categoria de manejo parque, conforme expõe o sistema que regulamenta essas áreas. Entretanto, cabe sinalizar para o perfil da equipe gestora à frente das dinâmicas de conservação dos parques que tende a determinar se o uso público será, de fato, considerado como um dos focos prioritários de planejamento. Vale pontuar que, assim, o papel exercido pelo gestor de uma unidade de conservação é determinante para compreender se o uso do território pelo público será caracterizado como mais permissivo ou mais restritivo, embora todos os parques pertençam ao regime de conservação de Proteção Integral (MAGRO, 1999).

Nesse sentido, a dinâmica de uso público exige esforços da gestão em termos de planejamento, principalmente, para que seja possível compatibilizá-la com as ações de proteção local. Por isso, embora o parque seja um bem de uso comum, o seu uso público deve estar em sintonia com a proteção do patrimônio natural. De tal modo que, as gerações futuras possam também ter acesso e desfrutar desses ambientes (RODRIGUES, 2009).

Tendo em vista a importância de compatibilizar os objetivos de criação dos parques, em casos de inexistência de um documento para nortear as ações de planejamento local (o *Plano de Manejo*), como estratégia temporária deve "ser elaborado um plano provisório de uso público, visando ao ordenamento e à mitigação dos impactos que podem ser causados" (BRASIL, 2000, Art. 4). Isso porque, toda atividade causa impactos (MMA, 2005a). Por isso,

é fundamental aprofundar a discussão na dinâmica de desenvolvimento do uso público que, nesta pesquisa, terá como ênfase as atividades ligadas à visitação.

Sendo assim, para que a dinâmica de uso público possa ser desenvolvida, especificamente, com o objetivo de visitação, são identificados três atores sociais principais: a equipe gestora, representante do órgão público responsável por administrar a área; os visitantes, que possuem direito de acesso e uso; e, possíveis prestadores de serviços, que são contratados para a oferta de infraestrutura mínima ou de algumas facilidades, como atividades de entretenimento. Cabe considerar que este último grupo de atores podem envolver representantes da esfera privada (RODRIGUES, 2009). Nesse contexto, quem são os visitantes nos parques?

Nesta dissertação, particularmente, os visitantes são compreendidos como moradores do entorno que utilizam as áreas de inserção de um parque em seu cotidiano, para atividades físicas, de lazer, religiosas, dentre outras possibilidades (GUIMARÃES, 1995; VALLEJO, 2015); mas, também, turistas que se dirigem à "localidade fora de seu entorno habitual, por período superior a 24 horas e inferior a um ano" (OMT, 2001, p.38).

A motivação para a visitação, de modo geral, está relacionada à contemplação das paisagens naturais, à recreação ou ao lazer, à prática de esporte, à observação de flora e fauna silvestre, ao turismo referente ao segmento de aventura ou, também, ao ecoturismo (MMA, 2006). Há visitantes, ainda, que buscam os parques com o objetivo de contato com a natureza, sem definir uma atividade específica para empreender durante a visitação (GUIMARÃES, 1995; MAGRO, 1999).

Mediante ao reconhecimento da legitimidade das diferentes pretensões de uso dos parques, desde que em concordância com os objetivos de conservação estabelecidos, deve-se considerar que o imaginário da natureza preservada contribui para a criação de expectativas nos visitantes (VALLEJO, 2015; PIMENTEL, 2015).

Isso significa dizer que, antes de visitar os parques, a imagem que deles se constrói, tende a se tornar uma motivação para buscá-los. Assim, no **Quadro 1**, estão sistematizadas as motivações recorrentes, segundo uma pesquisa de Vallejo (2015), sobre o uso público em parques brasileiros. No entanto, cabe reconhecer que o quadro não esgota suas possibilidades que são variadas.

Quadro 1: Matriz-síntese sobre as principais motivações para o uso público em parques.

MOTIVAÇÃO	DESENVOLVIMENTO
Recreativa	Pela prática da recreação por esportes, diversão e cultura durante o tempo livre destinado ao lazer.
Comercial	Pela comercialização de meios de hospedagem, alimentação e venda de produtos por empresas e guias de turismo.
Científica	Pela investigação científica em diversos campos do conhecimento (ciências da natureza, geociências e ciências sociais) por pesquisadores.
Educacional	Pelas atividades de educação e interpretação ambiental, viagens acadêmicas, treinamentos e instruções (sobrevivência, montanhismo, etc.).
Desenvolvimento pessoal	Por programas que utilizam a natureza e a aventura no desenvolvimento de valores de autoconfiança, trabalho em grupo, comunicação e liderança. Nesta classe estão incluídas as atividades de desenvolvimento espiritual e religioso.

Fonte: Adaptado de Vallejo (2015, p.11).

Nesse cenário, em que existem diferentes perspectivas de uso de um mesmo território, cabe considerar que, as experiências que fruem interessantes e conduzem a resultados satisfatórios com determinados visitantes, com outros, podem ter efeitos negativos e, mesmo, despertar para condutas contrárias à política de conservação da natureza (VALLEJO, 2013; PIMENTEL, 2015).

Por essa razão, cabe propor para cada caso, métodos de avaliação contínua (como a aplicação de pesquisas de satisfação), visando analisar em que medida o uso público está cumprindo com o propósito de apropriação social do patrimônio comum (OLIVEIRA, *et al.*, 2015). Nesse sentido, é importante identificar o perfil dos visitantes. Uma possibilidade, nessa direção, é realizar uma leitura do grau de contato com a natureza que o visitante pretende estabelecer, considerando as categorias de análise sistematizadas no **Quadro 2**, a seguir.

Quadro 2: Matriz-síntese sobre a classificação dos visitantes de acordo com o contato estabelecido com a natureza.

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Visitante Lazer	Visitante que não possui experiência prévia em ambientes naturais, nem educação ambiental e procura um nível baixo ou quase nulo de desafio e aventura. Pode passar mais de um dia na unidade, mas, em geral, sua visita é restrita a poucas horas ou um dia. Esse visitante se restringe aos ambientes que sofreram grandes intervenções humanas e contam com estruturas de apoio à visitação: ruas pavimentadas, centros de visitantes, hotéis, restaurantes, trilhas e atrativos localizados nas áreas urbanizadas da UC ou muito próximos (pouco mais de 10 minutos de caminhada).

Visitante Aventureiro	Visitante que deseja um contato muito próximo à natureza, mas tem pouca ou nenhuma experiência prévia em atividades ao ar livre, possui um grau variado de educação ambiental e de conhecimento sobre as condutas de mínimo impacto em ambientes naturais. Suas visitas podem durar desde poucas horas até vários dias. Buscam um nível baixo ou moderado de desafio e aventura. Em geral, as áreas frequentadas por esses visitantes demandam uma presença da gestão marcante e um manejo frequente e perceptível, como trilhas sinalizadas e/ou interpretativas, caminhos bem definidos, áreas de acampamentos delimitadas ou abrigos de montanha, etc. Costumam visitar a área acompanhados de alguém mais experiente, podendo ser um guia ou condutor profissional, embora ocasionalmente se aventurem por conta própria.
Visitante Especializado	Visitante que possui ampla experiência em ambientes naturais e/ou em alguma atividade esportiva específica (escalada em rocha, mergulho, canionismo, etc.), o que, geralmente, atribui um alto grau de educação ambiental e de conhecimento das condutas de mínimo impacto em ambientes naturais. Suas visitas podem durar desde poucas horas até vários dias. Buscam um alto grau de desafio, aventura e esperam encontrar momentos de solidão na natureza. Necessitam de poucas intervenções de manejo, nenhuma comodidade e alguma sinalização rústica no local ou até mesmo nenhuma. É um visitante que busca liberdade e autonomia na sua visita e está qualificado para assumir os riscos e a responsabilidade por sua própria segurança e a do ambiente visitado.

Fonte: Adaptado de Rio de Janeiro (2013, p.13).

A partir da leitura do quadro é possível observar que há diferentes graus de intensidade de visita que variam de acordo com a imersão que se deseja realizar nos parques. Essa abordagem facilita compreender os anseios dos visitantes, com o objetivo de aprimorar as experiências (RIO DE JANEIRO, 2013).

Nessa direção, o contentamento dos visitantes é um aspecto importante a ser analisado, principalmente, devido à perspectiva de que a visita pode inspirar reflexões sobre os modos de vida das sociedades contemporâneas, por meio da sensibilização e sintonização dos visitantes com os valores de pertencimento à natureza. Nessa perspectiva, a visita pode se caracterizar como uma "oportunidade de conhecer, entender e valorizar os bens naturais e culturais existentes" (MMA, 2005a, p.6).

Com esse direcionamento, a visita pode representar uma oportunidade para incentivar, também, a empatia pela política de conservação ambiental. Por esse ponto de vista,

a visitação em territórios protegidos, se conduzida pelas ferramentas estratégicas de educação e interpretação ambiental, gradativamente, pode congrega adeptos ao círculo de defensores dos parques. Nesse contexto, o engajamento social é fundamental para que as iniciativas de proteção se fortaleçam, uma vez que a sociedade engajada tende a fragilizar discursos e ações políticas que não estão em sintonia com o objetivo de conservação da biodiversidade ou que atendem às demandas, somente, de grupos particulares (MAGRO, 1999; PIMENTEL, 2015).

Por essa via, reconhece-se o potencial da sociedade como uma aliada das estratégias de conservação, podendo somar forças para impedir a implantação de propostas legislativas que visem à redução da extensão territorial (desafetação de áreas de inserção dos parques), da extinção dos mesmos ou da flexibilização do seu dispositivo normativo para atender aos interesses econômicos de grupos específicos. No entanto, para que esse nível de engajamento seja alcançado, um longo caminho de reflexão e aprendizagem de novas práticas deve ainda ser percorrido (VALLEJO, 2015).

Uma mudança necessária nesse sentido se refere à sutileza com que os visitantes devem ser abordados pelos funcionários da equipe gestora dos parques. Dessa forma, as condutas caracterizadas como instrutivas e pedagógicas devem ser priorizadas, quando são identificadas práticas dos visitantes que não estão em sintonia com as regras de uso do território, estabelecidas no SNUC. Entretanto, em muitos casos, nos parques brasileiros são impostas condutas marcadas pelo autoritarismo e pela repreensão, levando à obrigatoriedade da mudança comportamental e, não, à sua reflexão e à sua possível adequação gradativa (CHAGAS, 2005; PIMENTEL, 2015).

Outra questão se trata do modo como a educação e a interpretação ambiental são conduzidas nessas áreas que, por vezes, tendem a gerar resultados incipientes. Nesse aspecto, as atividades práticas e lúdicas parecem mais eficazes no sentido de atraírem a atenção do público, se comparadas, por exemplo, à obrigatoriedade de assistir recursos audiovisuais longos ou de receber materiais gráficos, antes da entrada nos parques, sinalizando para as condutas que não são permitidas, sem demais explicações que possam justificar o estabelecimento das normas de restrição (CHAGAS, 2005).

Dessa forma, uma leitura possível é que o uso público verdadeiramente gerido para a apropriação do espaço por todos os interessados pode apresentar efeitos multiplicadores, incentivando práticas sociais ainda pouco discutidas em âmbito nacional. Essas podem ser exemplificadas pela conexão afetiva da sociedade com esses espaços naturais, inspirando ações de engajamento social e conduzindo às iniciativas de participação efetiva em ações de manutenção dessas áreas, podendo aprimorar, inclusive, a conservação e a gestão local.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que conhecendo e construindo relações com a natureza, a sociedade tende a conservá-la. Dessa perspectiva, decorreu o *slogan* “conhecer para conservar”, baseado na noção de que a conservação de um determinado espaço implica, em primeiro lugar, na necessidade de motivar os cidadãos a protegê-lo, principalmente, pela construção de vivências e memórias afetivas com o lugar (IRVING, 2018a).

Sendo assim, uma situação emblemática e ilustrativa desta afirmação é o caso do uso voluntariado pelos *amigos do parque*, os mutirões de limpeza e a adoção de trilhas para realização de manutenção periódica. A iniciativa conhecida como *amigos do parque*, especificamente, designa o envolvimento da sociedade em atividades pedagógicas, de interpretação ambiental, monitoramento, salvamento, pesquisa, entre outras, que objetivam auxiliar nos serviços prestados pelo parque. Tais ações de engajamento são fundamentais no contexto brasileiro, dado a escassez de recursos humanos e financeiros que são investidos pelo Estado no funcionamento dos parques. Cabe apontar que essas iniciativas podem ser desempenhadas, também, por Organizações Não Governamentais (ONGs) ou por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) (VALLEJO, 2013).

No Brasil, um dos desafios a serem superados nessa direção está relacionado ao incremento das atividades de uso público. Isso porque, pesquisas apontam para o baixo índice de visitação dos parques, se comparado aos países onde as áreas protegidas se tornaram, de fato, símbolos nacionais. Assim, em 2015 foi registrada uma média de 6 milhões de visitantes em parques brasileiros, enquanto em países que a dinâmica de uso público está mais organizada, como nos Estados Unidos, a mesma categoria de manejo é conhecida, anualmente, por 280 milhões de pessoas (SANTOS & CARVALHO, 2015). O índice brasileiro de visitação, por vezes, é justificado pela falta de infraestrutura adequada para receber e proporcionar suporte mínimo aos visitantes, em razão da escassez de investimento disponível para tal.

Em busca de medidas para equacionar os desafios enfrentados para desenvolver o uso público, tem-se discutido no Brasil a possibilidade de realizar contratos de concessão, permissão, autorização e, mais recentemente, de parcerias público-privadas (PPPs) que possam captar prestadores de serviços para as funções de incremento à infraestrutura de acolhimento ao visitante (RODRIGUES, 2009). Cada contrato mencionado designa um modelo de acordo, mas de modo geral, esses representam pactos que viabilizam o arrecadamento de recursos que, a princípio, podem ser revertidos, em parte, na própria manutenção da infraestrutura do parque. No entanto, no plano operacional, a ação de investir

em melhorias para desenvolver o uso público, recorrentemente, não transcende os atos de formalidade contratual.

Nesse contexto, há questões que enfraquecem a participação da sociedade nas tomadas de decisões e o envolvimento nas ações de manejo. Dentre essas, a própria inserção da esfera privada pode conduzir à implantação de cobrança de taxa de ingresso nos parques. Em um país marcado pelas desigualdades sociais, como o Brasil, não são todas as parcelas da sociedade que podem custear atividades de entretenimento. Outro ponto que não pode ser negligenciado se refere ao planejamento do uso público que, muitas das vezes, é considerado uma ação secundária de gestão nos parques (VALLEJO, *op. cit.*; RODRIGUES, 2009). Essas questões, além das anteriormente discutidas, podem ser consideradas limitações, atualmente, para o engajamento social na conservação da biodiversidade. Essas serão apresentadas mais detalhadamente, a seguir.

Assim, no contexto dinâmico e complexo do uso dos parques pelo público, além do SNUC, o qual não aprofunda na temática em foco, quais são os documentos disponíveis que apresentam diretrizes para o desenvolvimento da visitação? Tais diretrizes orientam na direção de se incentivar uma visitação que aproxime sociedade e natureza, favorecendo sua reconexão?

3.3 DIRETRIZES PARA A VISITAÇÃO EM PARQUES: UM OLHAR VOLTADO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Estudo de Caso desta pesquisa é considerado um dos parques estaduais mais visitados do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2011), principalmente, em razão dos seus atrativos ligados ao segmento turístico de *Sol e Praia*, conhecidos, historicamente, por atraírem uma grande quantidade de visitantes.

Contudo, o Parque investigado não dispõe, ainda, de um *Plano de Manejo*. Mediante a identificação de que não há previsão para a sua divulgação, ou mesmo, para a elaboração de um plano estratégico temporário que esteja direcionado à temática investigada, foram selecionados documentos que sinalizam pistas para o planejamento, a gestão e o manejo do uso público, com enfoque nas atividades de visitação, em unidades de conservação.

Cabe considerar que esses documentos foram elaborados em esfera federal e estadual e, por isso, tendem a expressar uma leitura sobre visitação em parques, especificamente, do poder público. É importante considerar também que as diretrizes propostas por esses

dispositivos possibilitam interpretar como vêm sendo conduzidos o desenvolvimento e o ordenamento do uso público no contexto brasileiro de UCs.

Assim, sendo o Estudo de Caso gerido pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), adotou-se como referência para a análise documental crítica, duas publicações disponibilizadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mas também, outras de autoria federal que, por sua vez, subsidiaram as suas elaborações.

Com esse direcionamento, foram escolhidos para análise os documentos de *Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais* (MMA, 2005b), *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação Brasileiras* (MMA, 2006), *Uso Público em Parques Estaduais do Rio de Janeiro* (RIO DE JANEIRO, 2010a), *Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação* (BRASIL, 2011) e *Manejo da visitação em áreas naturais* (RIO DE JANEIRO, 2013).

Vale contextualizar, conforme anteriormente mencionado, que a partir do reconhecimento do potencial de geração de renda do uso público em UCs e, também, da identificação do próprio interesse crescente da sociedade pelos atrativos naturais, o governo brasileiro realizou um diagnóstico da dinâmica de visitação nos parques (MMA, 2005b) e estabeleceu, à época, diretrizes para incrementar as atividades já em curso, além de desenvolver outras opções de entretenimento nessas áreas (MMA, 2006).

Tendo como inspiração as diretrizes de ambos os documentos mencionados, em 2010, o Instituto Estadual do Ambiente publicou o documento de *Diretrizes para o Uso Público dos Parques Estaduais* (RIO DE JANEIRO, 2010a), como um mecanismo de operacionalização de um projeto em curso de *Fortalecimento e Implantação da Gestão do Uso Público para o Incremento da Visitação nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro*.

O escopo do projeto mencionado envolveu doze unidades de conservação de Proteção Integral no Estado do Rio de Janeiro, dentre essas, o Estudo de Caso desta dissertação. A proposta prioritária constituiu promover tais áreas como destinos turísticos indutores do desenvolvimento local. Para isso, dentre as etapas previstas, esteve o reordenamento operacional do atendimento ao público, por meio da contratação e da capacitação de recursos humanos.

Com essa ênfase inicial, foram mapeados os pontos fracos do sistema de visitação dos parques, objetivando o ordenamento das suas atividades em um prazo anterior a realização dos megaeventos esportivos de 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Jogos Olímpicos), sediados na cidade do Rio de Janeiro. A viabilização financeira desse projeto foi obtida pela submissão da

proposta à ampla concorrência pública de um edital do Fundo Mata Atlântica (FMA), gerido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FunBio).

O critério de seleção de tais documentos levou em consideração as mudanças ocorridas a partir de suas publicações, tendo como exemplo, a implantação de programas integrados de uso público nos doze parques estaduais do Estado do Rio de Janeiro, propostos pelo INEA (RIO DE JANEIRO, 2010a). Com esse direcionamento, também foram selecionados para a análise dois documentos mais recentes. O primeiro aborda um roteiro metodológico para o ordenamento do uso público em parques (BRASIL, 2011) e, o segundo, discute o desenvolvimento de estratégias de manejo da visitação em áreas naturais (RIO DE JANEIRO, 2013). Desse modo, ambos são considerados referências no planejamento das atividades abertas ao público em UCs.

Tendo contextualizado os elementos de análise documental desta dissertação, o **Quadro 3**, a seguir, traz a sistematização das principais diretrizes que foram destacadas das leituras, para facilitar, na sequência, a discussão de tais conteúdos.

Quadro 3: Matriz-Síntese sobre as diretrizes para desenvolvimento e ordenamento do uso público em parques.

TÍTULO DO DOCUMENTO	INSTITUIÇÃO E ANO	PRINCIPAIS DIRETRIZES
<i>Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais.</i>	Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2005.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudo de capacidade de carga nos atrativos dos parques. • Utilizar recursos de comunicação audiovisual para informar aos visitantes sobre os locais abertos ao público. • Realizar pesquisas regulares sobre o grau de satisfação dos usuários. • Realizar manutenção e monitoramento frequentes da infraestrutura das áreas de visitação. • Elaborar e divulgar uma agenda de uso público dos parques. • Criar sistema de agendamento para realização das atividades de uso público.
<i>Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação</i>	Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2006.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar plano provisório de uso público, na ausência do <i>Plano de Manejo</i>. • Disponibilizar infraestrutura mínima de acolhimento ao visitante. • Realizar adequações na infraestrutura dos parques para atender aos

		<p>portadores de deficiências físicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar se há a necessidade de conferir os serviços de apoio aos visitantes às empresas privadas ou organizações civis. • Acompanhar se a empresa privada, cujo fornecimento de um serviço foi concedido, está incorporando em sua conduta os critérios ambientais e sociais presentes nos termos de negociação. • Manter a conservação das infraestruturas locais, o monitoramento dos atrativos e a recepção dos visitantes são de responsabilidade da equipe gestora da UC.
<i>Diretrizes para o Uso Público dos Parques Estaduais</i>	Instituto Estadual do Ambiente (INEA), 2010.	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar programas integrados e padronizados de uso público nos doze parques estaduais do Estado do Rio de Janeiro. • Ofertar curso de formação de condutores ambientais aos moradores das áreas do entorno dos parques. • Implantar placas e distribuir material gráfico informativo nos parques, apresentando a relevância ambiental e os principais atrativos naturais e culturais da UC. • Quando necessário, estabelecer horário padrão de funcionamento dos parques, de 8 horas às 17 horas. • Solicitar preenchimento de Termo de Reconhecimento de Risco (TRR) aos visitantes que praticam esportes radicais ou turismo de aventura.
<i>Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação, com enfoque na experiência de visitante e na proteção de recurso naturais e culturais.</i>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), 2011.	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar o manejo das áreas abertas à visitação, durante as reuniões de Conselho Consultivo dos parques. • Promover a participação de especialistas, pesquisadores, praticantes de esportes de aventura, lideranças comunitárias e demais interessados no planejamento da visitação. • Considerar a educação e a interpretação ambiental, de forma interativa e envolvente, como elementos fundamentais para o

		desenvolvimento do uso público. <ul style="list-style-type: none"> • Atender às demandas das lideranças locais visando mitigar os impactos negativos do uso público no entorno dos parques.
<i>Manejo da visitação em áreas naturais.</i>	Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), 2013.	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o uso público também nas baixas temporadas. • Determinar limite de visitantes por grupo nos parques. • Fundamentar em dados de pesquisas científicas ou estudos de impactos, restrições de atividades de uso público em uma determinada área do parque. • Implantar programas voluntários, para incentivar o engajamento da sociedade civil interessada nas atividades de conservação da natureza. • Estimular a sociedade a reportar à gestão do parque práticas que possam constituir danos ao patrimônio natural, identificadas durante a visitação. • Divulgar informações sobre condutas de mínimo impacto.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das informações contidas em MMA (2005b), MMA (2006), Rio de Janeiro (2010a), Brasil (2011) e Rio de Janeiro (2013).

Como introdução às leituras dos documentos elaborados em esfera federal, o enfoque concedido à visitação, no âmbito da temática de uso público em parques, está ligado ao reconhecimento dessa atividade como um “instrumento essencial para **aproximar a sociedade da natureza** e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais” (MMA, 2006, p.13, *grifo nosso*). Desse modo, a visitação é considerada como uma dinâmica pedagógica de reflexão e questionamento das próprias ações das sociedades contemporâneas.

Como definição, a visitação é compreendida como oportunidade de “aproveitamento e utilização da unidade de conservação com fins recreativos, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos **recursos naturais e culturais**” (MMA, *op. cit.*, p.9, *grifo nosso*). Nesse sentido, embora haja uma percepção avançada quanto ao potencial do uso público em estimular o estabelecimento de novas relações com a natureza, parece possível afirmar que esta ainda está fundamentada em uma lógica economicista, expressa pela palavra recurso.

A partir dessa contextualização conceitual, adotando como inspiração as diretrizes normativas sistematizadas no SNUC, os documentos apresentam o *Plano de Manejo* como uma ferramenta estratégica no planejamento do uso público (MMA, 2005b; MMA, 2006,

BRASIL, 2011). Entretanto, a elaboração deste dispositivo se caracteriza como uma deficiência da gestão dos parques, dado a sua inexistência em muitas UCs brasileiras que, recorrentemente, excedem o prazo de cinco anos determinado para a sua divulgação.

Outra controvérsia que pode ser identificada se trata da afirmação do direito de uso do território por todos os segmentos da sociedade, não devendo a equipe gestora ser conivente com quaisquer ações que possam levar à segregação. Há de se apontar para o paradoxo que reside, justamente, na possibilidade de implantação de um sistema de cobrança de taxa de entrada ou de ingressos específicos para determinados atrativos, nos parques.

Isso porque, conforme anteriormente discutido, os serviços de apoio aos visitantes não são, necessariamente, oferecidos pela esfera pública (MMA, 2006), podem ser desenvolvidos, portanto, por empresas privadas ou organizações civis, por meio das diversas formas contratuais. A discussão em torno desta questão se refere ao fato desses espaços, embora públicos, permitirem a política de cobrança que tende a discriminar o acesso.

Tendo em vista que a desigualdade socioeconômica representa um desafio no Brasil, não são todas as parcelas da sociedade que podem custear o lazer ou o entretenimento. Por isso, ainda que essa iniciativa possa ser justificada pela necessidade de se manter a infraestrutura dos parques, por meio dos recursos financeiros arrecadados, esta não deixa de ser uma proposta que implica na exclusão de potenciais visitantes que não terão o mesmo direito de uso.

Todavia, nos casos em que for adotada a prestação de serviços pelas empresas privadas, enfatiza-se a importância de avaliar, continuamente, se os critérios ambientais e sociais dos termos de negociação estão sendo incorporados como responsabilidades empresariais (MMA, 2006). Além disso, deve-se conceder preferência à contratação de serviços ou produtos prestados pela população do entorno da UC, atendendo ao compromisso social com o meio inserido (MMA, 2005b).

No entanto, no plano operacional, o movimento de contratação dos serviços prestados pela população local tende a não ocorrer, uma vez que as empresas dispõem de suas próprias equipes, geralmente, compostas por especialistas no assunto que possuem experiências na área em que vão atuar. Nesse sentido, em geral, os moradores do entorno não conseguem concorrer pela vaga de emprego, devido às condições diversas. Dentre essas, a própria falta de escolaridade e de capacitação para a função requerida.

No tocante ao desenvolvimento do uso público nos parques, um aspecto importante se refere ao estabelecimento de uma infraestrutura de acolhimento ao visitante, com uma central de informações, para que se possa instruir sobre os usos recomendáveis dos atrativos e

oferecer demais suportes que sejam demandados pelo público (MMA, 2006). Nesse contexto, os recursos financeiros representam uma limitação para avançar com tal proposta e, por isso, no Brasil, muitos parques ainda não possuem condições mínimas para promover a visitação.

Ainda sobre a infraestrutura dos parques, são previstas adequações às necessidades dos portadores de deficiências físicas (MMA, 2006). Este constitui um tema pouco abordado em políticas públicas e em pesquisas acadêmicas sobre UCs, mas esta proposta tem como objetivo preparar os parques para receber visitantes com múltiplas demandas, justamente, para que a falta de equipamentos apropriados não seja um impedimento para a visitação.

É importante considerar que, em espaços onde o uso público é permitido, a equipe gestora da UC é responsável pela manutenção da infraestrutura (MMA, 2005b), bem como pela conservação das trilhas, pelo monitoramento dos atrativos e pela recepção dos visitantes. A dificuldade de cumprir com esse objetivo, relaciona-se, recorrentemente, ao reduzido corpo de funcionários disponível para funções abrangentes. Nesse sentido, a participação social é central, posto que, uma vez engajada, a sociedade possa contribuir com trabalhos voluntários.

Com relação ao planejamento do manejo das áreas abertas à visitação, uma questão fundamental é a tomada de decisões em coletivo (BRASIL, 2011), mediante ao incentivo à participação de especialistas, pesquisadores, praticantes de esportes de aventura, lideranças comunitárias e demais grupos que conheçam as áreas de inserção dos parques e que estejam interessados em contribuir para a temática. Esse pode ser um passo importante para a apropriação desses espaços pela sociedade e para o engajamento nas ações de conservação da biodiversidade.

Outra ação que pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de visitação se refere à elaboração de uma agenda de uso público dos parques que possa ser divulgada por meio dos recursos de comunicação de fácil acesso, como pelas próprias redes sociais virtuais (MMA, 2005b; BRASIL, 2011). Assim, pode ser evitada a frustração dos visitantes, devido aos atrativos fechados ou às demais eventualidades que possam ocorrer. Além disso, a operacionalização dessa proposta pode ampliar o alcance do convite para eventos promovidos pela equipe gestora dos parques, bem como o conhecimento do público sobre as ações locais de conservação da natureza, em curso.

No âmbito dos documentos elaborados em esfera estadual, o uso público é compreendido como um “conjunto de práticas formais e não formais, **vivenciadas em interação com a natureza**, a partir de sensações e de emoções” (RIO DE JANEIRO, 2010a, p.2, *grifo nosso*). De modo específico, a visitação é relacionada às dimensões “recreativa, esportiva, turística, histórico-cultural, pedagógica, artística e de interpretação e

conscientização ambiental, que se utiliza dos atrativos dos parques estaduais e da infraestrutura e equipamentos eventualmente disponibilizados para tal" (RIO DE JANEIRO, *op. cit*, p.1).

A partir dessa abordagem introdutória foram estabelecidas algumas diretrizes, para serem aplicadas no contexto dos doze parques contemplados pelo projeto de incremento à visitação no Estado do Rio de Janeiro. No decorrer dessa iniciativa foi planejada a realização de um curso de formação de condutores ambientais com os moradores das áreas do entorno das UCs, como alternativa de geração de renda local, mas também, para garantir a segurança dos visitantes em áreas em que o acompanhamento de um profissional, por meio de um serviço de guiamento, é fundamental. Tais profissionais são cadastrados no órgão ambiental estadual e podem auxiliar, também, com a prestação de orientação informativa aos usuários de trilhas sobre os níveis de dificuldade e os riscos associados, antes mesmo da realização dos percursos.

Outra resolução, trata-se da definição de um horário de funcionamento para os parques estaduais, de 8 às 17 horas (RIO DE JANEIRO, 2010a). Essa proposta implica colocar em discussão a relação da população do entorno que, em alguns casos, estabelece práticas culturais, religiosas ou de subsistência com tais áreas, mas que devem ser readequadas, a partir da criação da UC, devido ao estabelecimento de um horário padrão que pode não corresponder às necessidades da realidade local de uso do território.

Com relação à etapa de zoneamento das áreas de inserção dos parques, a proibição do uso público deve estar fundamentada em dados provenientes de estudos de impactos ou de pesquisas científicas (RIO DE JANEIRO, 2013). Sendo assim, a determinação de certa área como zona intangível, implica em justificativa para tal, visando inibir ações que possam estar articuladas à perspectiva de restrição da presença humana em UCs.

Além disso, para que se possa estabelecer um fluxo de visitação que não seja marcado pela sazonalidade é importante fomentar atividades de uso público, também, nas baixas temporadas (RIO DE JANEIRO, 2013). Assim, a partir da geração de propostas regulares e atrativas, o morador do entorno pode se apropriar dos espaços dos parques de modo mais frequente, inserindo a UC no seu próprio cotidiano.

No sentido de incentivar a visitação nas diferentes épocas do ano, por meio de uma política integrada entre os parques estaduais são previstos programas de usos dirigidos aos diferentes interesses do público (RIO DE JANEIRO, 2010a). Um exemplo que ilustra esse contexto se trata da proposta de organização de seminários de pesquisas em curso em cada UC, a comemoração anual da data de criação dos parques e as atividades itinerantes com

passes para a observação de aves, em que cada visita oferece um registro com o símbolo do parque (**APÊNDICE 1**).

Nessa perspectiva, propõe-se também investir em placas e em material gráfico informativo (RIO DE JANEIRO, 2010a) que possa contextualizar a relevância ambiental dos parques, durante a visita; sinalizar para os seus principais atrativos naturais e culturais; e, reforçar as formas de uso adequadas, com a finalidade de mitigar os impactos e alertar para os riscos da permanência em determinados ambientes. Nesse sentido, parece claro a necessidade de disponibilizar tais informações em lugares de concentração de turistas, como um centro de visitantes, mas também em outros locais considerados estratégicos em termos de visibilidade, para que essa iniciativa possa contribuir para a divulgação do parque para a própria população do entorno que, em muitos casos, desconhece a UC.

Para engajar a sociedade civil nas atividades de conservação da natureza foi projetada a implantação do *Programa Voluntário Ambiental* (RIO DE JANEIRO, 2013). Um de seus objetivos principais constitui aproximar a população do entorno da equipe gestora dos parques, promovendo trocas de experiências e conhecimentos, além de integrar a sociedade no manejo da biodiversidade. Sendo assim, os voluntários podem participar e contribuir com as atividades de:

I. Educação Ambiental; II. Prestação de informações aos visitantes; III. Manutenção de trilhas e instalações; IV. Apoio a serviços administrativos; e V. Identificação de focos de incêndio e outros incidentes, sendo vedado ao voluntário ambiental o combate ao fogo (RIO DE JANEIRO, 2017)⁴.

Para a participação nas ações desenvolvidas pela UC estão previstos três estágios de engajamento: o *Voluntário Regular* que atua no período de três meses a um ano; o *Voluntário Visitante* que contribui nas épocas de alta temporada de visita, quando são demandados mais esforços da equipe; e o *Voluntário Eventual* que disponibiliza um dia de trabalho e se envolve em mutirões de limpeza ou em atividades programadas e divulgadas previamente. Além dessas categorias, outra que foi recentemente criada, o *Voluntário Juvenil*, constitui-se por jovens entre doze e dezoito anos incompletos que participam das ações ambientais, na presença de um responsável legal ou mediante a uma autorização formal.

É importante considerar que os visitantes que não são voluntários na UC podem colaborar com o monitoramento das áreas reportando à gestão irregularidades identificadas nos atrativos (RIO DE JANEIRO, 2013). Além disso, podem auxiliar seguindo as regras

⁴ Informações detalhadas estão disponíveis em: <<http://www.dapweb.org/inea/pva.php>> Acesso em: 09 de jan. de 2018.

estabelecidas, evitando, por exemplo, possíveis conflitos de uso. Assim, os visitantes têm direito de uso dessas áreas, mas também assumem responsabilidades frente à sua proteção.

Um princípio de responsabilidade, nesse sentido, pode ser ilustrado pelo Termo de Reconhecimento de Risco (TRR) que deve ser assinado pelos praticantes de esportes radicais ou de turismo de aventura (RIO DE JANEIRO, 2010a), antes da realização de suas atividades nos parques. Por esse termo, os visitantes consentem os riscos associados ao ambiente e, em caso de acidentes, garantem o custeio das despesas médicas. Sendo assim, o Estado não se compromete em casos de lesões ou quaisquer outros acidentes físicos que possam ocorrer com os visitantes, no interior das UCs.

Com tais direcionamentos, a interpretação dos documentos selecionados parece sinalizar para uma leitura, ainda, instrumentalizada de uso público que não está em sintonia com o sentido filosófico do debate sobre a possibilidade de encontro entre sociedade e natureza nos parques. O conteúdo analisado se direciona, em grande parte, à minimização dos impactos negativos relacionados à visitação, por meio do estabelecimento das regras de uso e da fiscalização das mesmas nas unidades de conservação. E, apenas uma pequena parte do conteúdo disponível envolve a reflexão acerca das vias possíveis de incentivar o engajamento social e a apropriação pública desses espaços.

Embora a definição de visitação expressa nas publicações federais e estaduais apresentadas mencione a oportunidade do ser humano de estabelecer outra relação com a natureza nos parques, esta é uma percepção que não reflete, diretamente, nas diretrizes que, por sua vez, reproduzem uma preocupação histórica de degradação desses espaços, sendo necessárias, portanto, ações voltadas ao estabelecimento de limites de atuação da sociedade, em contrapartida a ampliação das possibilidades de engajamento social nas ações de conservação da natureza. Contudo, não se pode negligenciar que as atividades voluntárias representam avanços para a participação das sociedades nos parques. Entretanto, essa iniciativa parece estar fundamentada como alternativa viável e imediata à escassez de recursos para manutenção das UCs.

Nesse sentido, as propostas publicadas em esfera pública e sistematizadas aqui podem contribuir para justificar a necessidade de uma releitura do uso público em parques, inspirada por uma lente teórica-conceitual que permita inserir a perspectiva de reconexão entre sociedade e natureza no debate. Dessa forma, a seguir, busca-se outro caminho para interpretar a temática em foco.

3.4 RUMO A RELEITURA DE USO PÚBLICO: REENCONTRAR A NATUREZA E SE REENCANTAR?

A interpretação dos documentos elaborados no âmbito das políticas públicas tende a contribuir para a compreensão do que tem sido discutido sobre o uso público em parques, no Brasil. No entanto, pensar a visitação como uma oportunidade de apropriação dos espaços da UC pelo público interessado, implica em uma leitura mais ampla, capaz de absorver a complexidade que envolve a produção de subjetividades sobre a natureza, nesse contexto. Desse modo, embora os parques façam parte de uma política de conservação da natureza, as relações que podem ser estabelecidas em suas áreas de inserção transcendem diretrizes normativas relacionadas às possibilidades e restrições de uso do território.

Isso porque, na perspectiva defendida por Irving (2018a, *no prelo*), as ações de “comando e controle serão incapazes de assegurar a integridade das unidades de conservação em território nacional”. Isso significa dizer que a fiscalização e a aplicação de penalidades por utilização inadequada do território, não serão capazes de transformar as práticas humanas e assegurar a conservação da diversidade biológica, em longo prazo. Nesse sentido, cabe considerar que a delimitação de áreas para a conservação da natureza, compreendida como uma política isolada, não poderá garantir a durabilidade das formas de vida no planeta. Sendo assim, parece possível afirmar a necessidade de estabelecer, em paralelo, estratégias de reflexão sobre as práticas das sociedades contemporâneas.

Dessa forma, deve-se reconhecer a importância de proteger áreas relevantes do ponto de vista da existência de biodiversidade e, também, da diversidade cultural que, por alguma razão, estão em estado de vulnerabilidade. No entanto, um aspecto que tende, gradativamente, a conduzir às transformações dos modos de vida, na atualidade, se refere à sensibilização das sociedades, visando, justamente, resgatar o sentido de pertencimento à natureza. Por isso, para Vallejo (2013), esta constitui uma estratégia de fortalecimento da própria política de proteção da natureza. E, para Irving (2018a), este é um caminho para a reconexão dos vínculos com a natureza, da qual o ser humano é indissociável.

Contudo, buscar a transformação das práticas em sociedade pela via do uso público em parques, implica em realizar uma releitura da sua dinâmica que permita motivar o encantamento do visitante pela natureza. Há de se reconhecer, no entanto, que a forma como historicamente a gestão dos parques foi conduzida, não tem contribuído para avançar nessa direção. Para inspirar um outro percurso, nesse longo caminho de aprendizagem de novas

práticas, o movimento de *religere* entre sociedade e natureza, aqui adotado como lente teórica, propõe outra interpretação para a criação das unidades de conservação.

A abordagem que se busca delinear nesta dissertação tem como princípio norteador, portanto, estabelecer a visitação como um processo de vivência. Desse modo, visitas padronizadas que controlam e fiscalizam o limite de atuação do visitante, não tendem a motivar o encantamento pela natureza. Por outro lado, “as vivências que consideram o visitante por inteiro, acolhem suas percepções e sentimentos e buscam orientá-lo de forma a perceber aspectos muito sutis” do seu entorno, tendem a ter efeitos multiplicadores no sentido da religação das sociedades com o meio vivido (MENDONÇA, 2017, p.15).

Sendo assim, não se pode negligenciar a importância de proporcionar liberdade para o desenvolvimento de relações espontâneas com a natureza, posto que as atividades replicadas de outras UCs consideradas como de sucesso, possam não ser adequadas e possam não satisfazer os imaginários dos visitantes. Contudo, por que propor os parques como *locus* privilegiados de reflexão para mudanças comportamentais do ser humano?

Ocorre que, as experiências *in loco* possibilitam desenvolver os sentidos e produzir subjetividades sobre a natureza. Dessa forma, os cheiros e o contato tátil com a natureza preservada podem despertar o sentido de bem-estar e contribuir para a geração de memórias afetivas que tendem a ser, de modo geral, mais duradouras. Com essa perspectiva, Mendonça compreende que:

podemos apreciar e nos encantar com incríveis fotos e filmes de natureza. A diferença entre esse encantamento e aquele despertado pela experiência direta é muito sutil e delicada. Pois podemos, em uma visita a uma área natural, nos relacionarmos com as coisas vivas como se elas fossem formas estáticas e, ainda assim, belas. Mas **há algo a mais nelas que só percebemos quando nos abrimos a uma disposição especial para essa conexão** (MENDONÇA, 2017, p.24).

Por essa razão, os recursos audiovisuais, por exemplo, podem auxiliar em processos de educação e interpretação ambiental. Entretanto, as experiências individuais e as impressões singulares motivadas pelo contato direto com a natureza, parecem ampliar as possibilidades de reflexão e repercutir assim na transformação mais eficaz das ações humanas.

Sobre esse aspecto, podem ser mencionados alguns elementos que contribuem para despertar o interesse da sociedade pela natureza preservada. Dentre esses, o divertimento do visitante, a criação de um ambiente de entusiasmo e de novidades, o envolvimento em dinâmicas de grupo e em atividades lúdicas (PIMENTEL, 2015; MENDONÇA, 2017).

Tais iniciativas tendem a avançar no sentido de encantamento pela natureza, conforme afirma Moscovici (2007, p.111) que: “o que se encontra de precioso é, portanto, o entusiasmo

que nos tira da apatia e estimula encontros, descobertas e ações”. Nesse sentido, o encantamento está ligado, também, à criação de estímulos e de motivações pessoais que possam conduzir a inovação de práticas, em sintonia com a durabilidade das vidas no planeta.

Com base na abordagem teórica apresentada, para que se possa propor uma releitura de uso público, foram sistematizadas iniciativas que facilitam compreender os fundamentos da nova perspectiva que se busca aqui delinear. Assim, a seguir, discute-se o **Quadro 4**.

Quadro 4: Matriz-síntese sobre as iniciativas que podem contribuir para uma releitura do uso público em parques.

TEMAS	INICIATIVAS
<p>Aprimoramento dos instrumentos de planejamento e manejo do uso público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar o uso público no planejamento das ações nos parques. • Discutir as ações de uso público de forma coletiva, em espaços institucionais de participação social. • Promover o desenvolvimento local, por meio da inserção da população do entorno na prestação de serviços nos parques. • Aprimorar os estudos de zoneamento, para que menos áreas sejam definidas como Zona Intangível. • Priorizar estudos de redirecionamento do fluxo de visitantes para outros atrativos, em complemento aos estudos de capacidade de carga. • Em caso de demanda por uma atividade de uso público que não seja admitida em parques, oferecer outras possibilidades. • Implantar programas e projetos pedagógicos de interpretação e educação ambiental. • Planejar visitas sensíveis e reflexivas.
<p>Diversificação das oportunidades de visitação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir o desenvolvimento dos diferentes níveis de contato com os ambientes dos parques. • Propor diferentes experiências, de acordo com os interesses identificados pelos visitantes. • Possibilitar o contato com a natureza para fins religiosos, de culto ao místico e, também, para o estabelecimento de vínculos simbólicos. • Incentivar o contato com a história e

	a cultura do entorno dos parques.
Engajamento da sociedade na conservação da natureza.	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar o fortalecimento da participação social nos espaços de discussão sobre o uso público. • Permitir a tomada de decisão coletiva sobre o uso público local. • Incentivar a população do entorno a visitar os parques. • Possibilitar que a sociedade desenvolva suas atividades cotidianas nas áreas dos parques. • Incentivar o engajamento da sociedade em mutirões de limpeza e na adoção de trilhas. • Buscar a criação de grupos de trabalho (GTs), visando discutir os usos que serão desenvolvidos para cada área. • Buscar a formação e o fortalecimento de redes de interessados em discutir a dinâmica dos parques, como os coletivos de <i>amigos do parque</i>. • Inserir os conhecimentos da população do entorno nos processos de manejo da UC (como por exemplo, para a abertura de trilhas). • Valorizar os serviços prestados pela população do entorno.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das informações contidas em Pimentel e Magro (2012), Vallejo (2015), Mendonça (2017) e Irving (2018a).

O **Quadro 4** apresentado permitiu organizar a releitura de uso público, proposta nesta dissertação, em iniciativas concretas que objetivam transformar o planejamento e o desenvolvimento das atividades em UCs. Tendo esse direcionamento, buscou-se sistematizá-las em três temáticas principais de análise, discutidas mais detalhadamente, a seguir.

No tocante ao primeiro tema explorado, sobre o aprimoramento dos instrumentos de planejamento e manejo da visitação, não se pode deixar de reconhecer a necessidade de considerar o uso público, também, como uma prioridade no âmbito da gestão de uma UC, além da própria conservação da biodiversidade. Contudo, para que esse percurso possa ser delineado, não convém caracterizar extensas áreas dos parques como Zona Intangível.

Além disso, é interessante que as estratégias de desenvolvimento do uso público sejam discutidas em conjunto com a população envolvida, em espaços institucionais de participação social, visando atenuar possíveis conflitos que possam decorrer da sua dinâmica. Outra

questão central se refere à proposta de estudos de redirecionamento do fluxo de visitantes para atrativos menos procurados pelo público, principalmente, como uma alternativa para turistas que, por razões de alcance do limite da capacidade de carga em altas temporadas, não conseguem conhecer o atrativo desejado.

Um tema que também vem sendo debatido se trata da diversificação das oportunidades de visitação. Assim, é importante permitir o desenvolvimento dos diferentes níveis de contato do visitante com a área protegida, levando em conta as diferentes intenções de conexão com a natureza. Nesse sentido, é interessante propor diferentes experiências, de acordo com os interesses identificados e não limitá-las às visitas técnicas ou guiadas. Dessa forma, no planejamento do uso público em parques devem ser previstas as motivações religiosas, de culto ao místico e, também, de estabelecimento de vínculos simbólicos. Além disso, para que a UC não se torne uma realidade isolada do contexto do seu entorno é fundamental incentivar o contato com a história e com a cultura da região de inserção dos parques.

Em continuação, a última proposta, relacionada ao engajamento da sociedade na conservação da natureza, por sua vez, demanda esforços da gestão no sentido de fomentar a participação social nos parques. Embora em alguns casos esse movimento já esteja sendo delineado, esse não pode ser interpretado somente como alternativa imediata à lacuna de escassez de recursos financeiros e humanos para manter as infraestruturas dos parques funcionando. É preciso incentivar o engajamento efetivo, principalmente, visando à valorização dos conhecimentos da população local sobre o território, por exemplo, durante os processos de manejo de trilhas e de criação de novos atrativos, mas também, na própria prestação de serviços nas áreas de inserção dos parques.

Dessa forma, essas propostas visam avançar na perspectiva de que “estas áreas só serão, de fato protegidas, se forem conhecidas pela sociedade e, se sua importância for reconhecida no cotidiano de cada cidadão. Não se protege o que não se conhece ou o que não tem valor atribuído, em sentido literal ou figurado” (IRVING, 2018a, *no prelo*). Sendo assim, objetivou-se aqui projetar um cenário possível de apropriação desses espaços pela população local, mas também, pelos turistas que, ao retornarem aos seus cotidianos, podem estabelecer novas práticas sociais.

Com base na releitura de uso público delineada neste capítulo, a seguir, se discute o Estudo de Caso da pesquisa, visando analisar *in loco* as estratégias de planejamento e os desafios encontrados para o desenvolvimento da visitação em parques. Nesse sentido, como a relação entre sociedade e natureza está sendo pensada nesse contexto? O manejo da visitação nessas áreas está dirigido à sua apropriação pela sociedade?

4 ESTUDO DE CASO: O PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (PECS)

“Região mais bonita sim, paraíso encantado sim, Parque Estadual uma beleza sem fim. As dunas brancas, as salinas cor de prata. As restingas e nossas matas, com todo esplendor. Que maravilha, que beleza, a natureza exalando amor. Que maravilha, que beleza, Costa do Sol a nossa natureza” (Hino do Parque Estadual da Costa do Sol)⁵.

Este capítulo tem como principal enfoque o Parque Estadual da Costa do Sol (PECS) e se caracteriza pela abordagem desde os aspectos que fundamentaram o seu processo de criação (relacionados à relevância ecológica e sociocultural da sua região de inserção) até os avanços e desafios para o desenvolvimento do seu uso público.

A escolha do Estudo de Caso se baseou, entre outras razões, na observação preliminar de questões locais que poderiam estar em desacordo com os objetivos de conservação da natureza, e que tendem a dificultar o processo de gestão e manejo do uso público. Dentre as quais, o crescimento demográfico acelerado, o fluxo turístico intenso e sazonal, além da especulação imobiliária.

Dessa forma, o objetivo aqui é contextualizar a dinâmica de uso público no PECS, a partir da identificação das estratégias de planejamento da visitação aos seus atrativos. Para agregar elementos à discussão, foram levantados os projetos propostos pelo órgão gestor da UC, com enfoque na temática pesquisada e tendo como recorte temporal o período de elaboração desta dissertação (2016-2017).

Vale mencionar que, a descrição apresentada neste Estudo de Caso teve como principal fonte de inspiração e embasamento a etapa metodológica de observação direta nos espaços formais de debate sobre o PECS, a saber, esses são o Conselho Consultivo e as Câmaras Temáticas. O caminho escolhido representou uma alternativa à insuficiência de referências disponíveis sobre esta unidade de conservação e, particularmente, à inexistência de *Plano de Manejo* local.

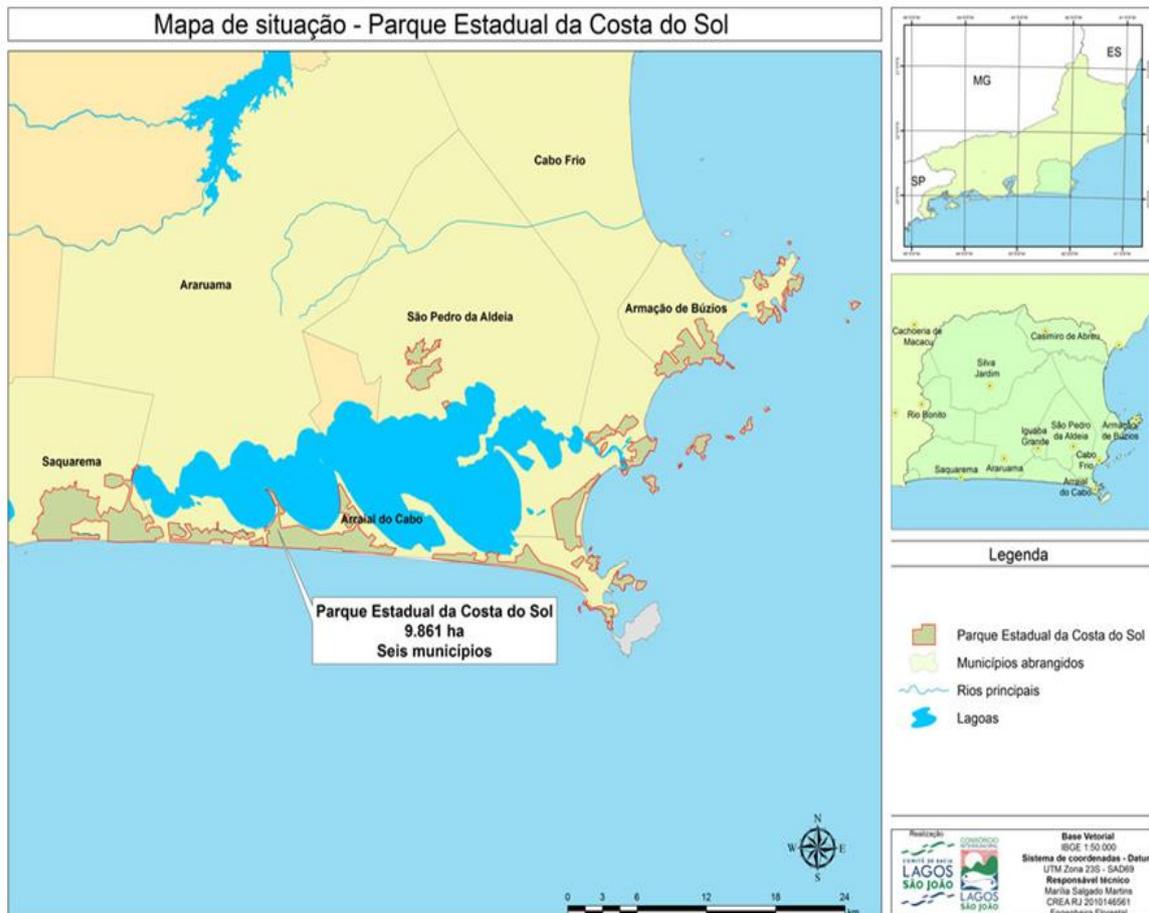
4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O Parque Estadual da Costa do Sol foi criado em 18 de abril de 2011 pelo Decreto N° 42.929 (**ANEXO 1**), sob responsabilidade administrativa do Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA). A sua área de inserção compreende partes do território dos seguintes municípios: Araruama, Saquarema, São Pedro d’Aldeia, Cabo Frio, Armação

⁵ Hino disponibilizado pela gestão do PECS, de autoria da Dr.^a Ana Paula da Silva e do Maestro Budega.

dos Búzios e Arraial do Cabo. Todos estão localizados na Mesorregião das Baixadas Litorâneas, especificamente, na Microrregião dos Lagos⁶. Para facilitar o entendimento, a extensão territorial do PECS está representada na **Figura 1**, destacada pela cor verde para melhor visualização.

Figura 1: Figura esquemática do Parque Estadual da Costa do Sol.



Fonte: Voz das Águas (2011)⁷.

A região litorânea na qual o PECS se insere é integrante da Bacia Hidrográfica Lagos São João. Historicamente, é possível afirmar que o processo de ocupação urbana local seguiu a tendência das demais áreas da Zona Costeira brasileira. Desse modo, esses territórios foram

⁶ A Microrregião dos Lagos é uma região do Estado do Rio de Janeiro formada por sete municípios que compreendem mais de 100 quilômetros de litoral. Dentre esses, Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 20 de nov. de 2017.

⁷ **Voz das Águas - Jornal do Comitê da Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ)**. Disponível em: <<http://www.vozdasaguas.com/2011/05/parque-estadual-da-costa-do-sol-torna-se-finalmente-uma-realidade/>> Acesso em: 26 de dez. de 2017.

povoados rapidamente, devido à disponibilidade de recursos naturais. Entretanto, o processo de urbanização ocorreu de forma desordenada (DIEGUES & MOREIRA, 2001).

Um caso ilustrativo desta afirmação se refere à Cabo Frio, um dos primeiros territórios brasileiros a ser povoado, sendo considerado o sétimo município mais antigo do Brasil. No entanto, a população local está concentrada em núcleos específicos, principalmente, nos que possibilitam vista para o mar, estabelecendo, assim, um avanço urbano no ecossistema costeiro (CORRÊA & FONTENELLE, 2010).

De forma geral, o processo de ocupação e de urbanização ocorreu de modo similar, nos demais municípios que integram o PECS, uma vez que todos foram administrados pela prefeitura de Cabo Frio, antes de passarem por seus respectivos processos de emancipação. Uma análise comparativa dos dados estimados de população residente nesses municípios, entre os anos de 2010 e 2017⁸, possibilita observar o crescimento demográfico acelerado, conforme sistematizado no **Quadro 5**, a seguir.

Quadro 5: Matriz-síntese sobre o crescimento demográfico dos municípios de inserção do Parque Estadual da Costa do Sol entre 2010 e 2017.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO EM 2010	POPULAÇÃO EM 2017
Araruama	112.008	126.742
Arraial do Cabo	27.715	29.304
Armação dos Búzios	27.560	32.260
Cabo Frio	186.227	216.030
São Pedro d'Aldeia	87.875	99.906
Saquarema	74.234	85.175

Fonte: IBGE (2017)⁹

Com base nos dados sistematizados, os municípios com crescimento populacional mais expressivo foram Cabo Frio, Araruama e São Pedro d'Aldeia, com 29.803, 14.734 e 12.031 habitantes a mais, respectivamente, em 2017 em relação a 2010.

Esse contexto se torna ainda mais complexo durante a estação de verão, quando os números apresentados tendem a triplicar, devido à dinâmica das segundas residências (residências de veraneio) e também, do fluxo turístico da região, considerado um dos mais intensos do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2010b). Diante desse contexto, é

⁸ O recorte temporal de 2010 a 2017 foi escolhido para a análise comparativa, pois esses são os dados disponibilizados pelo *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Ferramenta Cidades** para obtenção de informações sobre todos os municípios do Brasil. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>> Acesso em: 26 de dez. de 2017.

importante enfatizar que nas áreas de inserção do PECS, bem como no seu entorno “o aumento sazonal da população causa reflexos em importantes setores, como saneamento, infraestrutura viária, transportes, segurança, saúde e no ambiente” (RIO DE JANEIRO, 2015, p.33).

Historicamente, o desenvolvimento dos setores imobiliário e turístico pode ter contribuído para o contexto descrito, uma vez que esses passaram a investir nas áreas mencionadas. Por conseguinte, cabe considerar que o crescimento urbano se tornou central para à expansão das suas práticas. Diante dessa realidade, a dinâmica de sustento desses municípios foi, progressivamente, modificando-se. Nesse sentido, enquanto entre os séculos XVI e XVIII as atividades econômicas envolviam a extração, particularmente do pau-brasil e de sal, além da pesca, na atualidade, os serviços associados ao turismo e à construção civil constituem as principais fontes de renda local (RIO DE JANEIRO, 2011).

É importante ressaltar, portanto, que a localidade passou a ser alvo de investimentos em empreendimentos turísticos e imobiliários que, por sua vez, encontraram oportunidades mercadológicas nas belezas cênicas de suas fisionomias paisagísticas. Esse contexto introdutório tende a ser fundamental para ilustrar que o PECS foi criado no bojo de conflitos de interesses (CÔRREA & FONTENELLE, 2010). De um lado, a defesa da conservação da natureza, representada principalmente, pelos movimentos sociais e pelos pesquisadores das universidades públicas do entorno. Do outro, a exploração comercial do território pelos empresários que vinham investindo no local.

Nesse sentido, quando o PECS foi criado em 2011, o critério utilizado para a seleção das áreas que seriam protegidas pela UC, baseou-se na identificação de remanescentes de ecossistemas típicos das Baixadas Litorâneas, pressionados, principalmente, pelo processo de desenvolvimento urbano e pela especulação imobiliária. Nesse contexto se inseriu também a preocupação com os impactos do turismo, tendo em vista os atrativos locais do segmento de *Sol e Praia*, marcado pelos movimentos sazonal (intensificado na temporada de verão) e de massa (RIO DE JANEIRO, 2010b).

Sobre esse aspecto, não se pode deixar de mencionar que, embora o PECS represente uma estratégia de controle do avanço e da pressão sobre a diversidade biológica local, áreas relevantes para a conservação não foram contempladas na etapa de demarcação dos limites do Parque. Em razão, possivelmente, de interesses específicos (CORRÊA & FONTENELLE, 2010).

Uma situação emblemática e ilustrativa desta afirmação se refere ao caso das *Dunas do Peró*, localizadas no município de Cabo Frio. As áreas de dunas e restingas são

consideradas as mais vulneráveis da região, devido aos impactos dos empreendimentos. Entretanto, um projeto de construção de *resort*, cujo escopo apresenta o funcionamento de um complexo turístico-residencial no local, pode ter inviabilizado a proteção de tais áreas. Dentre as propostas de investimentos nesse contexto, se insere, a instalação de seis hotéis pertencentes a grandes redes internacionais desse segmento de mercado, dentre as quais, o *Club Med*¹⁰ (CORRÊA & FONTENELLE, 2012).

Com base nos antecedentes da criação do Parque descritos, e na complexidade do contexto no qual essa UC se insere, torna-se necessário, ainda, considerar as sobreposições normativas de gestão do seu território para que se possa compreender a dinâmica do PECS.

Nesse contexto, por um lado, o PECS deve ser gerido em conformidade com o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* (SNUC) (BRASIL, 2000), por se tratar de uma UC de Proteção Integral. Todavia, como se insere, também na Zona Costeira fluminense, as normas do compromisso federal do *Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro* (PNGC) (Lei 7.661/88) são outras diretrizes a ser seguidas. Isto porque, a Zona Costeira é considerada um patrimônio nacional, cuja gestão deve compatibilizar a utilização sustentável dos recursos costeiros com o uso múltiplo do território (BRASIL, 1988a).

A partir destas considerações gerais sobre a região, relevantes para a análise da dinâmica do Estudo de Caso, cabe então caracterizar, especificamente, a própria UC. Desse modo, destaca-se que o principal objetivo do PECS é a preservação dos remanescentes florestais de Mata Atlântica, reconhecidos, também, como patrimônio nacional, pela Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988b). Paralelamente, é importante mencionar que, o incentivo à recuperação de áreas degradadas, se insere como outra prioridade da gestão desta UC. Além disso, está prevista a proteção dos seus ecossistemas associados: os costões rochosos, os cordões arenosos, as restingas, os mangues, as praias, as lagoas, os brejos e as lagoas.

A UC tem o papel também de fornecer refúgio às espécies de flora e fauna raras, vulneráveis, endêmicas e ameaçadas de extinção. Entretanto, a diversidade local não se restringe à biológica, tendo em vista que essas áreas são relevantes do ponto de vista da conservação histórica, arqueológica, cultural e paisagística. Com relação à diversidade cultural das áreas do PECS e do seu entorno, há a presença de populações tradicionais quilombolas, além de pescadores artesanais e ex-salineiros (RIO DE JANEIRO, 2011). Esse

¹⁰ *Club Méditerranée*, também conhecida como *Club Med*, é uma empresa francesa que trabalha com turismo, prestando serviços relacionados à hotelaria e ao lazer. Disponível em: <<https://www.clubmed.com.br/>> Acesso em: 12 de jan. de 2018.

contexto tende a ilustrar que, por um lado a UC se torna mais rica em termos de diversidade natural e cultural, e, por outro, mais complexa no que se refere ao processo de gestão, perpassado por distintos interesses e demandas relacionadas ao uso público.

É importante sinalizar ainda que o modelo de gestão adotado para o PECS, inexistente até então no Brasil, foi inspirado no sistema canadense de áreas protegidas. Sua grande inovação consiste em uma configuração multissetorial, que divide os 9.861 hectares desta UC em quarenta e três fragmentos territoriais, nos seis municípios mencionados anteriormente (RIO DE JANEIRO, 2011).

Para facilitar a sua gestão, foram criados quatro núcleos que, por sua vez, buscam integrar os fragmentos com características naturais semelhantes, muito embora não haja, necessariamente, uma conexão do ponto de vista territorial. Esses núcleos foram denominados de Atalaia-Dama Branca, Pau Brasil, Massambaba e Sapiatiba.

Em contrapartida, não se pode perder de vista que a gestão do PECS ainda é perpassada pela sobreposição de UCs de categorias de manejo diversas, uma questão recorrente no contexto nacional. Nessa complexa configuração local, algumas UCs de Uso Sustentável, administradas em esferas municipal e estadual, estão sobrepostas ao Parque. As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Pau Brasil, da Serra de Sapiatiba e da Massambaba se destacam nesse contexto e são reconhecidas pelos altos índices de diversidade biológica e de incidência de espécies endêmicas. A seguir, estão dispostas no **Quadro 6**, informações sobre os seus decretos de criação e suas localizações.

Quadro 6: Matriz-síntese sobre as três principais APAs sobrepostas ao PECS.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	DECRETO DE CRIAÇÃO/ANO	LOCALIZAÇÃO
APA do Pau Brasil	Decreto Estadual nº 31.346/ 6 de julho de 2002	Cabo Frio e Armação dos Búzios
APA da Serra de Sapiatiba	Decreto Estadual nº 15.136/ 20 de julho de 1990	Araruama
APA da Massambaba	Decreto Estadual nº 9.529/ 15 de dezembro de 1986	Araruama, Arraial do Cabo e Saquarema

Fonte: a autora (2017).

Do ponto de vista de infraestrutura física, o PECS conta com uma sede principal, a Superintendência Regional Lagos de São João (**APÊNDICE 2**), localizada em Cabo Frio. Além desta, há a subsede Anita Mureb (**APÊNDICE 3**), cuja construção antecedeu à sua

criação, pois pertencia à administração da APA da Massambaba, em Praia Seca, 4º distrito do município de Araruama.

Com relação à gestão e os instrumentos normativos com este objetivo, um problema é a inexistência do *Plano de Manejo*. Embora no SNUC (BRASIL, 2000) esteja prevista a elaboração e a divulgação desse documento no prazo máximo de cinco anos, a partir da data de criação da UC, esse limite foi excedido. Todavia, é importante reconhecer que este vem sendo elaborado e há um Grupo de Trabalho que acompanha o seu andamento e que discute o seu conteúdo com interlocutores da gestão do PECS.

Outra questão considerada problemática também é a ausência de medidas alternativas, como os planos de ação temporários, para tratar dos temas centrais da gestão local, como é o caso do manejo do uso público. Nesse sentido, foi organizada uma Câmara Temática (CT) para discutir especificamente este assunto e que, em 2016, buscou elaborar um plano temporário com estratégias de ordenamento da visitação nos atrativos do Parque. Contudo, esse processo não recebeu continuidade. Além desse espaço institucional de debate sobre o PECS, há outras três CTs que tratam sobre temas diversos, como por exemplo, a cogestão com as prefeituras da região. O Conselho Consultivo, espaço de participação social obrigatório em parques, também funciona com determinada frequência.

Assim, com base na contextualização de criação do PECS e a partir do reconhecimento da relevância da proteção da natureza para a região foco da pesquisa, a seguir se discute a dinâmica de uso público local. Busca-se descrever, também, como estão sendo pensadas as estratégias de planejamento da visitação nos atrativos ali presentes e reconhecidos.

4.2 O PROCESSO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO LOCAL

Para conduzir a reflexão sobre o uso público do PECS é importante considerar que, este se configura em fragmentos territoriais em seis municípios, sendo os seus principais atrativos localizados, majoritariamente, distantes entre si. Nesse contexto, estes estão sujeitos a estratégias de manejo diferentes, embora, estejam sob a mesma instância de gestão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão responsável pelas unidades de conservação estaduais.

Dito isto, em levantamento dos principais atrativos do PECS, em termos de relevância para a conservação da biodiversidade e de demanda por visitação, podem ser destacados os seguintes pontos turísticos sistematizados no **Quadro 7**, a seguir.

Quadro 7: Matriz-síntese sobre os atrativos naturais do PECS.

ATRATIVO	ATIVIDADES	LOCALIZAÇÃO
Morro da Piaçava	Religiosas e de contemplação (mirante).	Cabo Frio
Morro do Mico	Contemplação (mirante).	Cabo Frio
Morro do Telégrafo	Religiosas e de observação de aves.	Cabo Frio
Ilha do Japonês	Banho de mar.	Cabo Frio
Praia das Conchas	Banho de mar, mergulho, <i>stand up</i> , <i>paddle surf</i> e <i>banana boat</i> .	Cabo Frio
Praia do Foguete	Banho de mar, pesca tradicional e turismo náutico.	Arraial do Cabo
Lagoa da Barra Nova	<i>Kite surf</i> .	Arraial do Cabo
Morro do Miranda/ Morro das Antenas	Contemplação das formações rochosas e pesca tradicional.	Arraial do Cabo
Praia Grande	Banho de mar, pesca tradicional, surfe e turismo náutico.	Arraial do Cabo
Mirante do Vigia	Contemplação e turismo de aventura.	Arraial do Cabo
Ponta para Ilha dos Franceses no Pontal do Atalaia	Religiosas.	Arraial do Cabo
Pontal do Atalaia	Banho de mar e contemplação.	Arraial do Cabo
Furna das Mulheres	Contemplação (mirante).	Arraial do Cabo
Prainhas do Pontal	Banho de mar, mergulho e turismo náutico.	Arraial do Cabo
Boqueirão	Contemplação e locação para fins comerciais (filmagens, fotografia e editoriais).	Arraial do Cabo
Praia de Massambaba (Figueira)	Banho de mar, esporte náutico e pesca tradicional.	Arraial do Cabo
	Banho de mar	Armação dos Búzios

Praia do Canto		
Praia da Tartaruga	Banho de mar, caiaque, <i>banana boat</i> , mergulho, <i>windsurf</i> e <i>kite surf</i> .	Armação dos Búzios
Praias Azeda e Azedinha	Banho de mar e contemplação do pôr-do-sol.	Armação dos Búzios
Praia de Tucuns	Caminhada, banho de mar, surfe e voo-livre.	Armação dos Búzios
Praia de José Gonçalves	Banho de mar,	Armação dos Búzios
Praia de Massambaba (Monte Alto)	Banho de mar, esporte náutico e pesca tradicional.	Armação dos Búzios
Serra de Sapiatiba	Caminhada, ciclismo e observação de aves.	São Pedro da Aldeia
Ponta do Alcaíra	Banho de mar, esporte náutico e pesca tradicional.	Araruama
Morro do Caixão	Contemplação e observação de aves.	Araruama
Praia da Pernambuco	Banho de mar, esporte náutico e pesca tradicional.	Distrito de Praia Seca (Araruama)
Vargas	Banho de mar e turismo náutico.	Distrito de Praia Seca (Araruama)
Praia do Pneu	Banho de mar, <i>camping</i> , esporte náutico e pesca tradicional.	Distrito de Praia Seca (Araruama)
Praia do Dentinho	Banho de mar, pesca tradicional e esporte náutico.	Distrito de Praia Seca (Araruama)
Lagoa Vermelha	Banhos medicinais e educação ambiental.	Squarema
Lagoa de Jacarepiá	Educação ambiental.	Squarema
Praia Vilatur	Banho de mar, esporte náutico e pesca tradicional.	Squarema

Fonte: Sistematizado pela autora, a partir das informações contidas em Rio de Janeiro (2017)¹¹.

Com base nas informações sistematizadas, sobre os principais atrativos do PECS, é possível concluir que, o principal segmento turístico desenvolvido na área desta UC é o de *Sol e Praia*. De acordo com o Ministério do Turismo (MTUR, 2010), nos destinos que ofertam esse tipo de atrativo, os turistas buscam a recreação, o entretenimento e a distração na

¹¹ **Site dos Parques Estaduais do Rio de Janeiro/** INEA. Disponível em: <<http://www.dapweb.org/inea/pecs.php>> Acesso em: 26 de dez. de 2017.

balneabilidade. Isto significa dizer que o turismo ocorre, nas beiras de praias, lagoas, lagunas e dos demais corpos hídricos, onde os visitantes podem desfrutar das altas temperaturas.

No entanto, além do lazer, o PECS abrange outros múltiplos interesses de usos do território, dentre os quais, aqueles com finalidade religiosa; medicinal; de educação e interpretação ambiental; de prática de esportes náuticos e de aventura. Outras formas de uso envolvem caminhadas; contemplação da paisagem e da biodiversidade local; pesquisa e catalogação de espécies com criação de bancos de dados; além de atividades tradicionais, baseadas em conhecimentos ligados à pesca, transmitidos de geração a geração (RIO DE JANEIRO, 2015).

É importante reforçar ainda que, a ampla gama de possibilidades de utilização dos bens naturais disponíveis na região, intensificou o fluxo de visitação e, paralelamente, motivou o desenvolvimento de atividades comerciais no entorno, para atendimento às demandas turísticas. Nesse sentido, foram construídos lojas de *souvenir* e quiosques com oferta de alimentos e bebidas. Além disso, a quantidade de vendedores ambulantes é expressiva, principalmente, nos pontos de maior concentração de visitantes.

Isso implica abordar, por um lado, a necessidade de ordenamento do uso público local e, por outro, os inúmeros desafios que a gestão do Parque enfrenta nessa direção. Sobretudo, em razão de a UC abranger áreas que já representavam foco de interesse de visitação antes da sua criação e que apresentam histórico de desenvolvimento de diferentes manejos pela população local, mas também pelos turistas. Parece evidente, no entanto, que alguns desses usos não dialogam e, por vezes, entram em desacordo com os objetivos de delimitação do território para a conservação da natureza.

Tendo em vista essa complexidade, compete à gestão do Parque buscar compatibilizar os usos previstos pelo SNUC com os do PNGC, ambos mencionados anteriormente. Igualmente, deve buscar adequar as formas de uso assimiladas antes da criação da UC com os que vêm se desenvolvendo por incentivo das suas ações, como as atividades relacionadas à educação e à sensibilização ambiental.

Sendo assim, algumas estratégias foram elaboradas, com enfoque na realidade observada em cada atrativo e no seu entorno, respectivamente. Isto porque, embora os municípios abrangidos pelo PECS apresentem dinâmicas similares, essas não são idênticas. Especificamente sobre a temática do uso público é possível afirmar que Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios são os destinos que mais recebem turistas (RIO DE JANEIRO, 2015). Por isso, são os que mais carecem de iniciativas, visando à mitigação de impactos negativos que podem decorrer de um turismo massivo.

Nesse contexto, a gestão do PECS vem propondo programas em parceria com as prefeituras de cada município, para o desenvolvimento de atividades de cogestão que possam contribuir para a operacionalização das ações. Em outras palavras, significa dizer que o planejamento e a responsabilidade de implantação dessas atividades se tornam compartilhadas, com o intuito de evitar interrupções, principalmente, devido à falta de recursos financeiros e humanos, uma problemática historicamente acompanhada no contexto da gestão pública no Brasil. Entretanto, não são todas as administrações municipais envolvidas que aceitam participar dos projetos de conservação da natureza apresentados pelo Parque.

Desse modo, embora seja considerado desafiador, o planejamento do uso público no PECS está voltado para o manejo da visitação e para a adequação dos usos às demandas de proteção da biodiversidade local, principalmente, nas altas temporadas de férias, nos feriados nacionais e na estação de verão, reconhecidas como épocas mais críticas devido ao aumento do fluxo de turistas nesta região fluminense.

Nessa perspectiva, com base no *Projeto de Fortalecimento e Implantação da Gestão do Uso Público* do Instituto Estadual do Ambiente (RIO DE JANEIRO, 2010a) e nas discussões realizadas no âmbito do Conselho Consultivo e da Câmara Temática de Uso Público no Parque, algumas iniciativas vêm sendo adotadas com este objetivo. Nesse contexto, foram realizados estudos de capacidade de carga de veículos motorizados, em atrativos onde foi observada a tendência do turismo de massa e também a ocorrência de danos provocados pelo estacionamento em locais que não foram previamente demarcados para essa finalidade, como áreas de restinga e mesmo nas areias das praias.

Como solução para os problemas mencionados foram pensadas em estruturas de cancelas permanentes, destinadas à limitação de acesso de quinhentos veículos na Praia das Conchas e de trezentos veículos na Ilha do Japonês, atrativos identificados com necessidade de intervenções mais urgentes. Em parceria com a prefeitura de Cabo Frio que gerencia esses espaços, são arrecadados três reais por automóvel de proprietário residente no entorno e dez reais por automóvel pertencente a turistas (**APÊNDICE 4**). Parte do valor é atribuída à manutenção do corpo de funcionários do PECS, especificamente, dos monitores ambientais. Essa medida se tornou uma contrapartida estabelecida pelo Parque, para a prefeitura do município que, por sua vez, utiliza o espaço da UC para desenvolver atividade econômica.

Quanto ao monitoramento da entrada e saída dos visitantes, de forma a controlar a intensidade do fluxo turístico, foi estabelecido horário de funcionamento dos atrativos, de 8 horas às 17 horas, seguindo padronização adotada para os parques estaduais (RIO DE

JANEIRO, 2010a). Entretanto, os moradores do entorno que antes da criação do Parque já praticavam a pesca ou outra atividade tradicional, têm acesso livre mesmo em período noturno, desde que cadastrados no banco de dados do PECS.

Com relação aos usos, nas áreas de inserção do Parque, foram restringidos o carvão e as churrasqueiras; a entrada de animais domésticos; a utilização de garrafas de vidro, para garantir a segurança dos próprios visitantes; além da construção de quiosques, possuindo licença apenas aqueles cujo funcionamento antecedeu à criação da UC.

Entretanto, os proprietários desses quiosques devem seguir regras de corresponsabilidade de conservação da natureza, dentre as quais não possuir banheiros fixos, e sim, contratar uma empresa que ofereça o serviço de banheiros químicos; e limitar o número de jogos de cadeiras e mesas, além de não montá-los próximos demais do mar. Os empreendedores devem, ainda, padronizar a cor de guarda-sóis para o ordenamento visual; providenciar acondicionamento de resíduos sólidos em cada mesa, com tamanho padrão de 15 litros, bem como descartar adequadamente a sua própria produção de resíduos; e controlar outras possíveis fontes de poluição ou contaminação advindas da comercialização dos seus produtos.

De modo similar, os vendedores ambulantes que utilizavam os atrativos como locais de trabalho, antes da criação do Parque, também foram identificados. Assim, esses foram registrados e autorizados a continuar exercendo suas atividades, com a condição de que, durante a comercialização dos seus produtos, disponham de dispositivos de descarte de micro resíduos.

No tocante às empresas que desejam utilizar áreas do Parque para a organização de eventos, essas devem atender ao termo de condutas específicas, adequadas aos objetivos de conservação local. Caso contrário, tendem a receber como penalidade a restrição de uso do PECS, com a mesma finalidade, em outras ocasiões.

Outro foco de ordenamento do uso público se referiu aos serviços de passeio turístico de barco e de esportes náuticos. Isto porque, esses eram oferecidos em grande quantidade e sem um critério de regimento formal. Para reverter esse cenário, foram cadastrados na UC os profissionais autônomos e as empresas que apresentaram estrutura de equipamentos adequados e seguros para as atividades às quais se propõem a realizar. Contudo, esses devem contribuir com uma taxa de manutenção para a limpeza dos atrativos onde trabalham.

Outro ponto importante nesse processo de ordenamento, também, se trata da sinalização turística. Como o Parque é fragmentado territorialmente, realizar a delimitação das suas áreas de modo visualmente interpretativo representa um desafio. Sobre esse aspecto,

foram implantadas placas nas principais áreas de interesse de visitação do Parque (APÊNDICE 5). Nesse contexto, algumas contêm o nome do atrativo, além de uma breve introdução sobre a relevância da conservação local e a especificação de restrição de usos.

Com base na investigação das ações de planejamento do uso público no PECS, se percebe que o contexto de criação do Parque em uma região com histórico de visitação consolidado, parece ter exercido influência no modelo de gestão da UC. Esse processo tende a priorizar, portanto, as estratégias de ordenamento da prestação dos serviços e da utilização turística dos atrativos.

Esta interpretação tende a ganhar ainda maior consistência quando observado que os programas institucionais de uso público envolvem o incentivo ao monitoramento e à diversificação das suas atividades, buscando, dessa forma, redirecionar o fluxo de visitação para outros atrativos que não aqueles relacionados à balneabilidade, conforme discutido no tópico a seguir.

4.2.1 Os programas de uso público no PECS

Conforme mencionado anteriormente, o PECS constitui uma das doze UCs contempladas pelo programa de *Fortalecimento e Implantação da Gestão do Uso Público para o Incremento da Visitação nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro*. Desse modo, foram desenvolvidos projetos locais para atender ao objetivo geral de fomentar a visitação, de forma ordenada.

Contudo, uma característica desse processo se refere ao enfoque concedido aos instrumentos de monitoramento do uso público, buscando especificamente, ordenar as práticas de visitação já consolidadas na região. Parece claro também, o incentivo à diversificação das atividades e do público de visitantes. Essas iniciativas tendem a refletir o desconforto com o turismo de massa nas áreas de inserção do Parque e a preocupação em oferecer alternativas à procura pelo lazer nas praias.

É importante considerar, nesse sentido, a possibilidade de frustração dos visitantes ao buscarem conhecer as paisagens cênicas do Parque e ao encontrarem dificuldades, principalmente, em razão da superlotação e da capacidade de carga dos atrativos mais divulgados e, portanto, mais procurados. Além disso, o engarrafamento e os altos índices de acidentes nas rodovias de acesso ao PECS são questões que podem interferir negativamente na experiência de uso público.

Esta constitui uma reflexão fundamental para se compreender, inclusive, a relação entre morador e turista nessas áreas. Isto porque os municípios inseridos nesse contexto, não possuem infraestrutura para receber o correspondente ao triplo da quantidade da sua população local nas altas temporadas. Parece haver certo desconforto com a chegada de quem “vem de fora”, tendo em vista que, geralmente, a prestação de serviços locais se torna sobrecarregada. Dentre esses, o abastecimento de água e o fornecimento de luz tendem a ser precários nesses períodos. Os moradores assistem ainda, ao aumento dos preços nos produtos locais. Em razão dessa dinâmica, muitos preferem deixar os seus municípios, durante as férias e os feriados prolongados (RIO DE JANEIRO, 2015).

Em sintonia com as observações apresentadas, foram identificadas as atividades de uso público, propostas pela gestão do PECS, no recorte temporal (2016-2017) da pesquisa. O objetivo aqui é possibilitar a reflexão sobre os aspectos descritos, referentes ao direcionamento das ações locais. Assim, é interessante identificar no **Quadro 8**, a seguir, os projetos que, em seu escopo, parecem buscar alternativas à visitação tradicional estabelecida no PECS.

Quadro 8: Matriz-síntese sobre os programas e atividades de uso público desenvolvidos no PECS.

PROGRAMA/ ATIVIDADES DE USO PÚBLICO	DESCRIÇÃO	AÇÃO
<i>Programa Estadual de Guias e Condutores de Visitantes</i>	Curso gratuito para moradores da região do PECS, maiores de 18 anos e com ensino fundamental completo.	Formação de condutores de visitantes da região.
<i>Programa de Formação de Monitores Ambientais</i>	Curso com ênfase na formação para atendimento aos visitantes e para realização de educação ambiental.	Formação de monitores ambientais para trabalhar no PECS.
Implantação de Sistemas de Contagem Automática de Visitantes	Instalação de um sistema, chamado eco contador, para monitorar o fluxo de visitantes em trilhas e registrar dados precisos sobre as áreas mais utilizadas no PECS.	Instalação de um sistema de registro de visitantes no PECS.

<i>Programa de Promoção de Atividades Recreativas com Visitantes</i>	Promoção de atividades de lazer e de recreação em lugares de natureza preservada no PECS.	Incentivo à visitação e à realização de atividades em contato com a natureza.
<i>Projeto Vem Passarinhar</i>	Promoção do <i>birdwatching</i> (observação de aves), em trilhas, como atividade de sensibilização ambiental.	Divulgação das trilhas do PECS. Catalogação das espécies de aves encontradas.
Data de Aniversário do PECS	Evento em comemoração à criação do Parque, realizado anualmente.	Realização de atividades de educação e sensibilização ambiental para a sociedade. Inauguração de novas condições de infraestrutura de apoio aos visitantes.
<i>Encontro Científico do Parque Estadual da Costa do Sol</i>	Evento que permite a divulgação de trabalhos científicos e a troca de conhecimentos sobre o PECS.	Promoção de um espaço de troca de informação e reflexão conjunta acerca das questões relacionadas à conservação da natureza local. Divulgação de resultados de pesquisas.
<i>Semana do Meio Ambiente</i>	Evento que ocorre durante a Semana Nacional do Meio Ambiente.	Promoção de ações educativas e oficinas de esportes ao ar livre.
<i>Projeto Olho na Mata</i>	Curso gratuito de educação ambiental para os educadores da rede pública de ensino dos seis municípios de inserção do PECS.	Promoção da educação ambiental.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

É oportuno mencionar ainda que o veículo virtual de divulgação das atividades de uso público no PECS é uma página da rede social *Facebook*, chamada *Amigos do Parque Estadual da Costa do Sol*¹². Essa tem a função de manter a sociedade civil informada dos acontecimentos que envolvem a UC e, de modo geral, convidar para a participação em eventos.

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/amigosdopecs/?ref=br_rs> Acesso em: 20 de jan. de 2018.

Assim, um dos programas de uso público no Parque, o *Guias e Condutores de Visitantes (ANEXO 2)*, representa uma iniciativa recente e, por isso, possui somente uma turma formada. A sua proposta visa à regulamentação e ao reconhecimento da profissão de condutor nas delimitações do PECS. A oferta do curso, em modalidade gratuita, foi um passo importante, principalmente, para o incremento da experiência dos visitantes. Isto porque, em seu conteúdo programático, foram incluídos temas sobre a história, a geografia e a diversidade biológica da região, qualificando o conhecimento dos condutores.

Outro aspecto relevante no que tange o programa mencionado está relacionado à segurança dos visitantes, pois a partir dessa iniciativa, somente os profissionais formados e cadastrados pelo órgão gestor local (INEA) passaram a obter autorização para realizar a atividade, de modo remunerado, no Parque. O público atingido por esse programa foi a população local, pois um dos pré-requisitos para a inscrição no curso era a comprovação de residência na região. Isso se deu, tendo em vista a perspectiva de cumprimento de um dos objetivos relacionados ao fomento da economia local, por meio da criação de mecanismos de geração de renda no entorno.

O segundo programa envolve a formação de monitores ambientais. Esse curso, também gratuito, tem como propósito monitorar os atrativos mais visitados do PECS. Dessa forma, o trabalho é realizado em duplas, por regime de escala. Esses profissionais são remunerados pelas prefeituras dos municípios onde os atrativos estão localizados, como contrapartida ao desenvolvimento de atividade econômica dentro do Parque. Esse caso específico, refere-se à cobrança de estacionamento para veículos motorizados. Dessa forma, quando são observadas práticas que não estão em conformidade com as normas de uso dessas áreas, os monitores buscam proporcionar informações, de modo pedagógico.

A implantação dos Sistemas de Contagem Automática de Visitantes, o eco contador¹³, pode ser considerada outra ação de uso público no PECS. Essa estratégia é complementar ao estudo de capacidade de carga para veículos motorizados, pois objetiva o controle do fluxo, por meio do registro de entrada de visitantes em determinados pontos da UC. Assim, esse instrumento tende a contribuir para auxiliar a gestão no conhecimento do fluxo turístico do Parque, indicando os atrativos que são mais visitados diariamente. A partir da obtenção dessa informação, podem ser pensadas formas de remanejamento dos visitantes, evitando concentração em algumas áreas. Desse modo, o registro de dados precisos pode fundamentar atividades de planejamento e manejo local.

¹³ Contadores que funcionam sem energia. Eles podem subsidiar o planejamento e o manejo dos atrativos nas UCs.

Em seguida, o *Programa de Promoção de Atividades Recreativas com Visitantes* busca incentivar a população do entorno, de diferentes faixas etárias, a vivenciar experiências em contato com a natureza. As caminhadas em trilhas interpretativas e as corridas ecológicas são atividades realizadas nesse contexto. O enfoque está direcionado à divulgação dos atrativos menos conhecidos e ao trabalho de sensibilização ambiental, visando à ampliação do engajamento da sociedade nas ações de conservação do Parque.

O *Projeto Vem Passarilhar (ANEXO 3)*, por sua vez, foi implantado de forma integrada, em todos os parques estaduais do Estado do Rio de Janeiro. A observação de aves em grupos se tornou um instrumento de sensibilização ambiental. Vale sinalizar que o *birdwatching*, além da contemplação, possibilita o registro fotográfico. Nesse aspecto, os praticantes tendem a contribuir com os gestores das UCs no levantamento e na catalogação das espécies existentes. Dessa forma, a atividade possibilita a elaboração de um banco de dados sobre a biodiversidade local.

Um projeto que também é realizado em outras UCs, além do PECS, se refere a um evento sobre a data de celebração da criação do Parque (**ANEXO 4**). Com frequência anual, o evento visa à promoção de práticas de esportes de aventura ao ar livre, atividades musicais, mutirões de limpeza e de plantio de mudas, além de oficinas de customização reutilizando materiais descartados, caminhadas ecológicas e inauguração de trilhas.

Com relação ao *Encontro Científico do Parque Estadual da Costa do Sol*, os principais objetivos envolvem a organização de reuniões de pesquisadores que estudam o PECS e o estímulo à ampliação de discussões entre professores, estudantes e interessados em questões relacionadas à conservação da natureza local. O evento ocorre, geralmente, em formato de palestras e de exposição de painéis.

Duas propostas adicionais de projetos foram também identificadas no contexto dessa pesquisa. Uma se refere à *Semana de Meio Ambiente (ANEXO 5)*, realizada em paralelo com a Semana Nacional do Meio Ambiente, quando são realizadas oficinas educativas com o público formado, principalmente, pelos estudantes do entorno. Já o *Projeto Olho na Mata (ANEXO 6)* envolve um curso gratuito de educação ambiental dirigido aos docentes da rede pública de ensino dos seis municípios abrangidos pelo PECS. A ideia é que esses profissionais abordem conteúdos sobre a conservação da natureza, em suas aulas. Nessa perspectiva, os docentes que exercem a função de multiplicadores dessas informações representam o principal público-alvo dessa iniciativa.

O levantamento dos programas de uso público apresentados possibilitou identificar o perfil dos visitantes que a gestão do Parque busca aproximar da UC. Como mencionado,

anteriormente, o *Projeto Vem Passarinhar* está direcionado aos interessados em observação de aves; o *Projeto Olho na Mata* envolve os educadores da rede pública; e a *Semana do Meio Ambiente* tem enfoque prioritário nos estudantes locais. Por outro lado, o *Encontro Científico do PECS* objetiva promover o engajamento da comunidade acadêmica; enquanto o *Programa Estadual de Guias e Condutores* e o *Programa de Formação de Monitores Ambientais* buscam mobilizar os moradores da região.

Cabe reconhecer que, nesse sentido, as atividades promovidas pelo PECS tendem a abranger todos os usos admitidos pelo SNUC (BRASIL, 2000), embora o lazer ainda pareça ser a principal motivação para a visitação em suas áreas. Sendo assim, as propostas de uso público apresentadas parecem ilustrar um esforço da equipe de gestão de avançar na diversificação das atividades realizadas no Parque e de buscar atender aos interesses de diferentes públicos.

Outra reflexão que emerge envolve, ainda, a percepção de que vêm sendo empreendidos esforços de monitoramento do fluxo turístico no âmbito das ações de planejamento local. Nesse contexto, os programas identificados parecem ter em comum, estratégias que objetivam atenuar a concentração do fluxo turístico e, ampliar as possibilidades de atividades existentes. Todavia, ordenar a visitação no Parque é um desafio local, dentre outros que são debatidos no tópico, a seguir.

4.2.2 Os desafios para o uso público no PECS

A trajetória metodológica adotada nesta dissertação favoreceu a identificação de questões que tendem a representar desafios para os processos de gestão e de manejo do uso público no PECS. Para iniciar o debate, é importante enfatizar a complexidade envolvida nesse contexto em virtude, principalmente, da demanda pelo equacionamento de tensões socioeconômicas do entorno de uma área protegida, localizada no destino que apresenta um dos maiores fluxos turísticos do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2010b).

Assim, para agregar elementos à discussão, os desafios locais e as suas implicações foram sistematizados no **Quadro 9** apresentado a seguir.

Quadro 9: Matriz-síntese sobre os desafios para o uso público no PECS.

DESAFIOS	IMPLICAÇÕES
Descontinuidade territorial.	Dificuldade de monitoramento devido à extensão e à distância dos territórios fragmentados. Desconhecimento dos limites do Parque por parte significativa da população do entorno.

Multissetorialidade do Parque.	Dificuldade de realizar planejamento integrado, por meio da cogestão. Dificuldade de dialogar com as seis prefeituras dos municípios inseridos no PECS e de mobilizar parcerias.
Sobreposição de áreas protegidas.	Dificuldade de articulação entre as diferentes esferas de gestão. Dificuldade de planejamento conjunto. Diferentes objetivos de criação das unidades de conservação envolvidas. Normas divergentes de uso público (categorias de unidades de conservação diversas).
Expansão do setor imobiliário.	Expansão desordenada pressionando ecossistemas vulneráveis (principalmente as restingas). Construções concentradas em locais de beleza cênica, com vista para o mar, estimulada pela tendência das casas de veraneio na região.
Empreendimentos turísticos nas áreas do Parque.	A instalação de redes hoteleiras e <i>resorts</i> próximos às praias.
Turismo de massa, sazonal e com atrativos de <i>Sol e Praia</i> .	O PECS é um dos parques estaduais que mais recebe turistas no Estado do Rio de Janeiro. Fluxo turístico intenso em altas temporadas (férias de verão e feriados) (APÊNDICE 14). Lacuna de desenvolvimento de atrativos que não sejam característicos do turismo de <i>Sol e Praia</i> , dificultando a possibilidade de acesso. O congestionamento nas vias de entrada para alguns atrativos é um exemplo nesse sentido (APÊNDICE 15).
Escassez de recursos humanos.	Parque com área extensa, porém com corpo de funcionários reduzido para realizar monitoramento e fiscalização do uso público.
Escassez de recursos financeiros.	Escassez de recursos financeiros para desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de acolhimento e apoio aos visitantes no Parque (APÊNDICE 16). Ação judicial, com duração de aproximadamente um ano, proibiu o repasse de verbas provenientes da compensação ambiental para o PECS.
Oferta de serviços irregulares.	Oferta informal e desordenada de serviços turísticos, principalmente, no segmento de <i>Sol e Praia</i> . Por exemplo, serviços de passeio de barco turístico e de mergulho (APÊNDICE 17). Dificuldade de obtenção de dados precisos sobre a demanda e a oferta de serviços turísticos na região.
Inexistência do <i>Plano de Manejo</i> .	Prazo de elaboração do <i>Plano de Manejo</i> excedido. Inexistência de um documento que possa fundamentar as ações de uso público local.
Desrespeito às normas do Parque.	Desconhecimento da existência do PECS por parte dos moradores, bem como dos turistas. Resistência em modificar os usos estabelecidos antes da criação do Parque. Por exemplo, entrada de animais domésticos (APÊNDICE 18) e a realização de rituais religiosos com garrafas

	de vidro (APÊNDICE 19). Ausência de sensibilização ambiental dos visitantes, são exemplos nesse sentido, as pichações nos atrativos naturais, os guarda-sóis e cadeiras montados dentro d'água, o despejo inadequado de resíduos (APÊNDICE 20) (APÊNDICE 21) e o estacionamento de veículos em locais proibidos (APÊNDICE 22).
Processos de ocupação e de urbanização crescentes e desordenados.	Ocupação territorial concentrada, típico de uma área de Zona Costeira. Uma das regiões com maior crescimento demográfico do Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2017) ¹⁴ . Construções ilegais (APÊNDICE 23). Aumento da criminalidade (APÊNDICE 24).
Localização do Parque na Zona Costeira fluminense.	Dificuldade de compatibilizar os objetivos do <i>Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza</i> (SNUC) (BRASIL, 2000) com o <i>Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro</i> (PNGC) (BRASIL, 1988a).
Populações tradicionais no entorno do Parque.	Populações quilombolas, pescadores artesanais e ex-salineiros se sustentam dos recursos naturais das áreas de inserção do Parque, mas há pouco ou nenhum diálogo entre eles e a equipe gestora. As populações tradicionais não participam dos ambientes institucionais de discussão (Conselho Consultivo e Câmaras Temáticas).
Propostas políticas que visam retroceder nos avanços realizados em prol da conservação da biodiversidade	Proposta de desafetação de áreas do Parque, excluindo assim, territórios que são de interesse econômico e de especulação imobiliária, sem apresentação de justificativa coerente com a realidade local.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

É importante ressaltar que o levantamento desses dados se fundamentou nas discussões das reuniões realizadas nos espaços formais de participação social do PECS (Conselho Consultivo e Câmaras Temáticas), durante o recorte temporal proposto para a investigação.

Desse modo, com base na sistematização do **Quadro 9**, pode-se compreender que a descontinuidade de áreas delimitadas para a conservação da natureza no PECS (divididas em seis municípios e agrupadas em quatro setores), embora represente um sistema de gestão inovador em território nacional, apresenta desafios no sentido de mobilizar a integração entre as diferentes prefeituras municipais envolvidas, além dos gestores das unidades de conservação sobrepostas pelo Parque e até mesmo a sua própria equipe de gestão.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 03 de setembro de 2017.

Cabe ressaltar, também, que por se tratar de um modelo multissetorial, a dinâmica do PECS implica em um processo de cogestão, pressupondo a articulação entre as diferentes esferas envolvidas na gestão do território. Todavia, a relação de proximidade com as prefeituras municipais, difere uma das outras, tornando inevitável privilegiar durante o planejamento do uso público, determinadas localidades em que os representantes da esfera pública se apresentam mais receptivos às propostas. Embora, a colaboração de todas as prefeituras seja imprescindível para o funcionamento adequado das atribuições demandadas do processo de administração do Parque. Isso ocorre, principalmente, devido ao contexto restrito do seu corpo de funcionários, responsável pelo monitoramento de aproximadamente 10.000 hectares de extensão territorial. Sobre esse aspecto, é importante sinalizar que no início desta dissertação havia vinte e oito guarda-parques trabalhando em diferentes pontos de visitação. Entretanto, no decorrer da pesquisa de campo, esse grupo foi reduzido, aproximadamente, pela metade, devido aos cortes financeiros realizados pelo governo estadual.

Nesse sentido, se observa que a integração das ações entre as esferas municipal e estadual deve ser aprimorada, a partir do reconhecimento de que a escassez de recursos financeiros e humanos representa uma realidade local que dificulta o manejo e a fiscalização dos diferentes ambientes do Parque. Tal cenário, por sua vez, prejudica, ainda, o processo de manutenção dos atrativos turísticos, de sinalização interpretativa e de melhoria das condições de infraestrutura de apoio ao uso público, como a criação de uma central de informações e de acolhimento aos visitantes.

Sendo assim, o aporte de recursos financeiros constitui uma demanda central, uma vez que o PECS foi o único parque do Estado do Rio de Janeiro a deixar de receber, por aproximadamente um ano, repasses provenientes da arrecadação de compensação ambiental. Isto decorreu de uma ação judicial que paralisou a transferência de verbas para a UC, enquanto esteve em andamento um processo de investigação sobre a utilização desse recurso, proveniente de uma denúncia de ilegalidade.

Outra questão desafiadora se refere à sobreposição do Parque a diversas categorias de UCs que precederam à sua criação. Isto significa dizer que há sobreposição, inclusive, em termos de objetivos de conservação, visto que há categorias de Proteção Integral e, também, de Uso Sustentável. Parece clara, portanto, a necessidade de planejamento integrado, embora prevaleçam as normas mais restritivas de proteção ambiental, que nesse caso, são as concernentes ao PECS. No entanto, cabe reiterar a dificuldade de interlocução entre os representantes administrativos para tratar de aspectos relacionados à gestão do território.

Paralelamente, deve ser pontuado o desafio de delimitação das áreas de inserção do PECS de modo interpretativo. Por essa razão, a população do entorno tende a desconhecer os limites do Parque e, conseqüentemente, as normas de uso do território. É possível considerar que se houvesse esse conhecimento, a ocorrência de infrações tenderia a ser atenuada. Dentre os impactos, as queimadas são exemplo de agressões recorrentes à biodiversidade na região.

Contudo, não se pode negligenciar o caso dos que conhecem o Parque e as suas respectivas restrições de usos, embora, resistam à adaptação às características de manejo implementadas pela UC. Ocorre ainda, o caso de visitantes que por ausência de sensibilização ambiental, depredam o patrimônio público natural com pichações e despejo de resíduos em lugares inapropriados.

Outro tema, pauta de discussão recorrente do uso público no PECS, é o turismo de massa, típico do segmento turístico de *Sol e Praia*. Isso porque, sazonalmente, o PECS atrai uma quantidade de visitantes maior do que a sua infraestrutura tem capacidade de receber, o que tende a favorecer o congestionamento na região, o aumento dos preços dos produtos, entre outros problemas que geram desconforto na população local.

Por outro lado, o fluxo crescente de visitação tende a incentivar a expansão da oferta de serviços econômicos relacionados aos setores turístico e imobiliário que utilizam as belezas cênicas e paisagísticas locais para valorizar os seus empreendimentos. Dessa forma, as construções nas áreas de restinga, de manguezal e de praia, por vezes, entram em conflito com os objetivos de criação do PECS.

Nesse percurso, deve ser sinalizada, ainda, para a necessidade de compatibilização dos interesses de uso múltiplo do território, com as estratégias nacionais de conservação da natureza especificadas no SNUC (BRASIL, 2000) e no PNGC (BRASIL, 1988a). Um fator agravante desse contexto se refere à ausência de instrumentos que possam balizar o planejamento local, principalmente, devido à inexistência do *Plano de Manejo* que, por sua vez, teve a elaboração interrompida em diversas ocasiões, durante o decorrer da pesquisa.

Dentre esses eventos, um ocorreu em razão do consórcio contratado para tal função, não ter realizado o trabalho conforme esperado pelo órgão gestor do Parque, além de ter excedido o prazo estabelecido para tal. Desse modo, o contrato foi finalizado e a elaboração do *Plano de Manejo* ficou a cargo dos próprios funcionários do PECS, com auxílio dos membros do Conselho Consultivo e, também do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do

Rio de Janeiro¹⁵, instituição que aceitou realizar as pesquisas necessárias para a obtenção de dados atualizados sobre a localidade.

Outra dificuldade para atender às normas de gestão do território está relacionada ao processo desordenado de ocupação e de urbanização na região. Os municípios inseridos no PECS apresentam um dos maiores índices de crescimento demográfico do Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2017), em razão dentre outros fatores, dos casos de violência na capital do Estado. Nesse sentido, têm-se presenciado também, invasões territoriais cada vez mais frequentes nas áreas de inserção do Parque, inclusive, de construções ilegais para atividades de aluguel em alta temporada. Outra questão também problemática se trata das vias de acesso à UC. Nesse contexto, cabe enfatizar que as áreas do Parque podem ser acessadas por diferentes rodovias e, assim, tendem a se tornar rotas de grupos ligados à criminalidade que buscam refúgio.

Além disso, não se pode deixar de mencionar as ações que objetivam retroceder em termos de conservação da biodiversidade na região, em contraposição aos avanços que vinham sendo alcançados. Nessa direção, em 2017, uma proposta política objetivou a desafetação de áreas do Parque, excluindo assim, territórios de interesse econômico específico do setor imobiliário, sem apresentação de justificativa coerente com a realidade local. Esse constitui um dos principais embates atuais no contexto do PECS, dado o forte acirramento gerado entre os movimentos sociais presentes no Conselho Consultivo e os representantes da esfera pública.

A presença de populações de quilombolas, pescadores tradicionais e ex-salineiros, também é uma questão a ser analisada, pois tende a gerar conflitos, uma vez que esses grupos utilizam as áreas do Parque para desenvolver as suas atividades usuais. Dentre essas, a pesca artesanal. Um direcionamento da gestão que poderia contribuir, nesse sentido, seria o diálogo com essas populações, incentivando a sua participação nos espaços institucionais de debate no PECS, nos quais ainda não possuem representantes.

Assim, a caracterização do uso público apresentada foi baseada no levantamento bibliográfico, mas também na observação direta em campo e possibilitou o entendimento dos principais avanços e desafios referentes a esta abordagem no PECS. Da mesma forma, facilitou o processo de análise das entrevistas realizadas com atores locais. Essa foi uma das etapas metodológicas da investigação, conforme descrito detalhadamente a seguir, no capítulo de Metodologia da Pesquisa.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br/>> Acesso em: 21 de jan. de 2018.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente investigação buscou interpretar a dinâmica de uso público no Parque Estadual da Costa do Sol, no Estado do Rio de Janeiro. Para cumprir com o objetivo proposto nesta dissertação, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, por meio do método de Estudo de Caso.

Em pesquisas sociais, essa abordagem metodológica tende a facilitar a compreensão de objetos complexos. Os valores, as simbologias e as crenças são exemplos nesse sentido. Sendo assim, a principal vantagem de escolha da pesquisa qualitativa está relacionada à impossibilidade de se quantificar ou mensurar uma realidade social, tendo em vista que “cada uma tem um sentido próprio, diferente das demais” (GOLDENBERG, 2004, p.18).

Desse modo, interpretar um contexto social implica compreender a dinâmica das relações entre os indivíduos de um determinado grupo. Para tal, na leitura de Minayo (2007), é interessante a inserção do pesquisador em cotidianos sociais. Assim, a vivência e a experimentação podem facilitar a interpretação dos significados, dos motivos, das atitudes e das práticas constitutivas dos diferentes contextos sociais.

A escolha pela abordagem qualitativa teve como ponto de partida, também, o contexto de inserção da pesquisa, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ). Esse se constitui em uma proposta interdisciplinar, com enfoque em temáticas que envolvem as subjetividades produzidas nas relações entre grupos sociais, bem como na relação entre sociedade e natureza, em articulação com a proteção de áreas de relevante interesse ecológico. Dessa forma, a perspectiva interdisciplinar defendida pelo Programa tende a possibilitar a “fuga de esquemas pré-estabelecidos, visões padronizadas, planificadas e burocratizadas”, conforme pressupõe Guattari (1990, p.25).

Em sua origem, a base de construção do campo da psicossociologia está fundamentada na contribuição de diferentes domínios do conhecimento, dentre os quais, destacam-se a psicologia e a sociologia. Nesse sentido, a psicossociologia busca contribuir para preencher a lacuna que “provêm da incapacidade de a sociologia, ou a psicologia, sozinhas, explicarem a integralidade das condutas humanas concretas” (NASCIUTTI, 1996, p.2).

Devido à articulação entre esses dois campos do conhecimento, a psicossociologia é considerada uma ciência charneira (NASCIUTTI, 1996) e, por isso, autores como Maisonneuve (1977), não a consideram autônoma. Entretanto, o autor reconhece ser essa uma

área do conhecimento científico abrangente que possibilita a exploração de outros horizontes investigativos.

De modo geral, nesse campo, os principais objetos de estudo são os “processos interacionais - entre fenômenos psicológicos e sociais, entre indivíduos e grupos, entre abordagens objetivas do indivíduo em situação social e o sentido vivido que a situação assume para o indivíduo” (SÁ, 1984, p.29).

Sendo assim, no âmbito do Programa EICOS, esta investigação está em sintonia com a Linha de Pesquisa 1: Comunidades, Desenvolvimento, Ambiente e Inclusão Social, na qual são utilizados referenciais teóricos da psicossociologia e da ecologia social. Essa linha de pesquisa tem como enfoque prioritário discutir as relações entre sociedade e natureza, na contemporaneidade. Com a finalidade de avançar com as reflexões nessa direção, são definidos também recortes de dinâmicas locais, a serem explorados por meio de Estudos de Caso.

A investigação desenvolvida está articulada, ainda, ao *Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade* (GAPIS/UFRJ/CNPq) e ao *Núcleo de Pesquisa Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura* (SINERGIA/UFRJ/CNPq)¹⁶, que têm entre os seus objetivos analisar a relação entre sociedade e políticas públicas de proteção da natureza.

Assim, o referencial teórico-metodológico e o Estudo de Caso, adotados nesta dissertação, se inseriram no conjunto de investigações realizadas no Programa EICOS, no *Grupo de Pesquisa GAPIS* e no *Núcleo SINERGIA*. Desse modo, a leitura crítica do balizamento teórico inspirou a elaboração de hipóteses que possibilitaram, na etapa metodológica de pesquisa de campo, realizar o cruzamento dos dados secundários levantados com a realidade observada (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2005).

Com esse direcionamento, a reflexão teórica da pesquisa se baseou na leitura crítica sobre o processo que pode ter conduzido à cisão entre sociedade e natureza, modelo consolidado a partir da modernidade e, também, a respeito da noção de que a humanidade enfrenta uma crise civilizatória. Visando minimizar as tensões do contexto contemporâneo, é necessário pensar em novas relações entre os ambientes social e natural (MOSCOVICI, 2007).

Nesse sentido, repensar a dimensão relacional entre sociedade e natureza conduziu à noção de *religare*, advogada por Edgar Morin (1995). Esta foi, portanto, elemento central para

¹⁶ Ambos os grupos estão sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Marta de Azevedo Irving, orientadora desta pesquisa.

a orientação da pesquisa, uma vez que implica na perspectiva de um outro olhar sobre a natureza. Com inspiração em tal referencial, inicialmente, foram propostas as seguintes hipóteses: 1) o uso público de áreas protegidas pode representar uma via possível de questionamento e reflexão acerca da relação entre sociedade e natureza; e 2) no plano operacional, os desafios relacionados ao planejamento e ao manejo do uso público, podem dificultar a apropriação social das áreas protegidas.

A partir das hipóteses elaboradas, o Estudo de Caso foi direcionado à compreensão de como a relação entre sociedade e natureza é expressa no uso público no PECS. Para isso, foi fundamental interpretar a leitura sobre uso público, a partir do olhar dos atores sociais inseridos nesse contexto.

Cabe mencionar que, de acordo com a literatura especializada, em um Estudo de Caso, a inserção do pesquisador no campo permite uma aproximação com o objeto de investigação que, por alguma motivação, suscitou-lhe curiosidade em conhecer. Assim, reconhece-se que a escolha do Estudo de Caso está articulada com uma identificação pessoal (NETO, 2007).

No caso da escolha do Parque Estadual da Costa do Sol para o presente estudo, é importante considerar que um elemento inspirador no processo foi a aproximação afetiva da pesquisadora com a dinâmica da própria região de inserção da área protegida. Tendo em vista que, como moradora do entorno do PECS há doze anos, teve a oportunidade de participar das discussões que o antecederam, bem como do seu processo de criação, em 2011. Dessa maneira, a implicação na pesquisa exigiu colocar em discussão, as limitações referentes ao fato do pesquisador, uma vez inserido no grupo estudado, desempenhar papéis e influenciar na dinâmica investigada, de acordo com Vasconcelos (2009).

Essa afirmação ganha ainda maior consistência quando o pesquisador possui experiências na localidade abrangente do caso estudado, prévias à sua inserção no próprio plano da pesquisa. Desse modo, entendeu-se que era necessário reforçar o compromisso do papel desempenhado como investigadora ao grupo social investigado. Isso ocorreu, principalmente, durante a etapa metodológica que demandou a realização de entrevistas.

Com base na abordagem metodológica descrita, a pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas: 1) Pesquisa bibliográfica e documental; 2) Planejamento do campo, elaboração dos instrumentos metodológicos e dos critérios de seleção dos interlocutores pesquisados; 3) Aspectos éticos da pesquisa 4) Realização da pesquisa de campo; e 5) Sistematização e análise dos dados obtidos.

5.1 ETAPAS METODOLÓGICAS

5.1.1 Pesquisa bibliográfica e documental

O levantamento bibliográfico compreendeu a busca de dados secundários publicizados em meios impressos e digitais, identificando conceitos que puderam balizar teoricamente a pesquisa.

Desse modo, como primeira etapa metodológica, foi feita a busca de artigos, livros, dissertações e teses, combinando as seguintes palavras-chave: “*religare*” e “sociedade-natureza”, por meio das bases de dados Minerva¹⁷ da UFRJ, Periódicos Científicos da CAPES¹⁸, *SciELO*¹⁹ e *Wiley*²⁰. Nessas duas últimas plataformas, a pesquisa foi realizada em inglês. A partir da leitura dos resultados obtidos, direcionou-se a busca para as palavras-chave: “uso público” e “visitação”, sendo selecionadas as referências que abordavam a temática, especificamente, em áreas protegidas.

Para compor o embasamento teórico-conceitual desta dissertação, utilizou-se a ferramenta de análise de dados qualitativos *ATLAS.ti*. Esse *software* possibilitou organizar o referencial bibliográfico em unidades hermenêuticas e também reunir, por eixos temáticos²¹, os principais autores e suas citações, facilitando interpretá-las e tecer relações entre os seus significados.

Ainda nesta etapa metodológica, a análise crítica documental envolveu a principal política pública brasileira de conservação da natureza, o SNUC, e os documentos que orientam as ações de planejamento, gestão e manejo do uso público em UCs. Isso porque, o PECS, Estudo de Caso desta pesquisa, não possui *Plano de Manejo*, por exemplo.

Nesse sentido, foram estudados os documentos de *Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais* (MMA, 2005b), *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação Brasileiras* (MMA, 2006), *Uso Público em Parques Estaduais do Rio de Janeiro* (RIO DE JANEIRO, 2010a), *Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação* (BRASIL, 2011) e *Manejo da visitação em áreas naturais* (RIO DE JANEIRO, 2013). Assim, foi possível construir uma interface entre os debates desenvolvidos na

¹⁷ Disponível em: <<https://minerva.ufrj.br/F?RN=635460127>> Acesso em: 03 de set. de 2017.

¹⁸ Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Fundação CAPES), Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 03 de set. de 2017.

¹⁹ Scientific Electronic Library Online (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>> Acesso em: 03 de set. de 2017.

²⁰ Disponível em: <<http://www.wiley.com/WileyCDA/>> Acesso em: 03 de set. de 2017.

²¹ Os eixos temáticos utilizados para analisar o referencial teórico no *software Atlas T.I.* foram: “cisão entre sociedade e natureza”, “*religare* entre sociedade e natureza”, “uso público de parques”, “por uma releitura de uso público” e “descrição do Parque Estadual da Costa do Sol”.

academia e nas políticas públicas de proteção da natureza selecionadas, apresentada nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

5.1.2 Planejamento de campo, elaboração dos instrumentos metodológicos e critérios de seleção dos interlocutores pesquisados

A etapa de planejamento da pesquisa de campo foi iniciada em julho de 2016 e decorreu até janeiro de 2017. Nesse processo, foram definidos os critérios para a seleção dos interlocutores da pesquisa e elaborados os roteiros para nortear as entrevistas. Nesse caso, optou-se pela entrevista semiestruturada, na qual o entrevistador elabora, previamente, hipóteses baseadas em levantamento bibliográfico. A partir da análise das respostas obtidas dos interlocutores, o entrevistador pode criar novas hipóteses. Desse modo, a pesquisa é movida por um ciclo de retroalimentação que objetiva “a descrição dos fenômenos sociais, a explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p.152).

Para compreender o olhar sobre o uso público dos atores sociais inseridos no PECS, a pesquisa teve como enfoque um grupo chave nesse contexto, formado por interlocutores institucionais, e complementado por entrevistas com visitantes que são moradores do entorno e visitantes que são turistas da região. A seleção dos interlocutores do primeiro grupo focal foi realizada pela técnica Bola de Neve (HANDCOCK & GILE, 2011). O primeiro entrevistado foi escolhido pela pesquisadora, pois representou um ator social central no contexto da gestão do Parque. Em seguida, esse interlocutor sugeriu entrevistar outro. O mesmo ocorreu com os demais entrevistados desse grupo, sendo todos indicados por um interlocutor anterior.

O segundo grupo focal teve como critério de seleção a participação em reuniões do Parque. Nesse sentido, optou-se por selecionar esses interlocutores somente na quarta etapa metodológica, de campo, quando foi possível identificar, por meio da observação direta, os mais assíduos nas reuniões do Conselho Consultivo e, engajados nos debates em curso, principalmente relacionados ao uso público, tema foco da pesquisa.

O critério de seleção do terceiro grupo privilegiou os visitantes turistas que contrataram serviços dos condutores ambientais formados pelo INEA, credenciados no PECS e atuantes em suas áreas de inserção. Para isso, entrou-se em contato com alguns desses condutores que se mostraram receptivos à pesquisa. Esses auxiliaram no encaminhamento de turistas para a participação nas entrevistas.

Com base em tais critérios, estabeleceu-se que seriam entrevistados cinco representantes de cada um dos três grupos, totalizando quinze entrevistas realizadas no âmbito

da pesquisa. Sendo assim, após o processo de Qualificação da Pesquisa, ocorrido em janeiro de 2017, foram enviados convites por *e-mail* aos possíveis participantes, esclarecendo os objetivos da pesquisa e explicitando a condição de liberdade no caso de resposta das informações solicitadas para tal. Com exceção do terceiro grupo pesquisado, no qual os interlocutores foram convidados a participar pessoalmente, após visitarem os atrativos do Parque. É interessante notar que não houve rejeição quanto à participação no processo, uma vez que todos aqueles que foram convidados, aceitaram participar das entrevistas.

Tendo em vista a abrangência da investigação, direcionada a grupos focais diferentes, foram elaborados, respectivamente, três roteiros de entrevistas (**APÊNDICE 6, 7 e 8**). Previamente à inserção da pesquisadora no campo, foi elaborado também o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE) (**APÊNDICE 9**) que, posteriormente, foi assinado por todos os participantes, como forma de garantir os princípios morais e éticos da pesquisa.

5.1.3 Aspectos éticos da pesquisa

Para viabilizar a investigação proposta, requereu-se uma Autorização para Pesquisa Científica em Unidade de Conservação ao Serviço de Planejamento e Pesquisa (SEPES) da Diretoria de Biodiversidade e Área Protegidas (DIBAP), do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) (Parecer nº 021/2017 de 12 de junho de 2017) (**ANEXO 12**). Esse procedimento constituiu um pré-requisito para a realização de pesquisas que, dentre as etapas metodológicas, prevejam a realização de entrevistas em áreas protegidas do Estado do Rio de Janeiro. Por se tratar também de uma pesquisa que envolve o contato com seres humanos, foi necessário submetê-la, assim, à avaliação do Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Parecer nº 2.148.228 de 29 de junho de 2017) (**ANEXO 13**).

Esse processo de avaliação e autorização formal da pesquisa implicou a afirmação do compromisso com o INEA e também com a equipe gestora do Parque Estadual da Costa do Sol de se realizar a devolutiva dos resultados alcançados na pesquisa, após a defesa da dissertação. Essa medida teve a finalidade de restituir dos dados não só aos interlocutores participantes das entrevistas realizadas, mas de modo geral, aos atores integrantes dos espaços institucionais de participação social do Parque, nos quais foi realizada, ao longo da pesquisa, a observação direta dos debates e da tomada de decisões sobre o uso público local.

Da mesma forma, foi assinado o compromisso de publicação, em conjunto com a orientadora e com a co-orientadora do mestrado de, no mínimo, um artigo em revista indexada como parte dos pré-requisitos para a obtenção do título de Mestre. Uma forma prevista de divulgação dos resultados obtidos será por meio da disponibilização da dissertação em meio digital, no *site* do Programa EICOS²² e do Grupo de Pesquisa GAPIS²³, ambos da UFRJ, e na plataforma Academia.edu.

5.1.4 Pesquisa de campo

A terceira etapa de investigação se caracterizou em um “momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias” (NETO, 2007, p.26). Desse modo, a inserção da pesquisadora no campo foi determinante para a obtenção de dados em apoio à interpretação do objeto investigado.

A inserção da pesquisadora no campo se configurou, primeiramente, por meio da observação direta dos debates sobre uso público nos espaços institucionais do PECS, em junho de 2016. Dentre tais espaços, o enfoque principal foi dirigido ao acompanhamento das reuniões do Conselho Consultivo (CC) e da Câmara Temática (CT) de Uso Público. A observação direta foi realizada com a finalidade de se buscar compreender as implicações relacionadas ao uso público no Parque, por meio das pautas de discussões estabelecidas, dos desafios identificados e das estratégias adotadas.

Para alcançar o objetivo proposto, foi necessária a sistematização da agenda de reuniões e eventos relacionados ao uso público que ocorreram ao longo do recorte temporal de 2016 a 2017. Esse cronograma foi traçado com base na programação disponibilizada pela gestão do PECS (**ANEXO 7**) e foi fundamental para a pesquisadora planejar as suas idas ao campo, tendo em vista que essa etapa demandou vários deslocamentos, devido à abrangência territorial do Parque em seis municípios. Desse modo, todos os espaços e períodos em que foram realizadas as observações diretas estão sistematizados, conforme apresentado no **Quadro 10**, a seguir.

²² Site do Programa EICOS/ UFRJ. Disponível em: < <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/>> Acesso em: 17 de set. de 2017.

²³ Site do Grupo de Pesquisa GAPIS/ UFRJ. Disponível em: < <http://www.gapis.psicologia.ufrj.br/>> Acesso em: 17 de set. de 2017.

Quadro 10: Matriz-síntese sobre os eventos e reuniões do PECS onde foi realizada a observação direta.

REUNIÃO/ EVENTO	DATA	LOCAL
<i>Projeto Vem Passarinhar</i>	18 de junho de 2016	São Pedro da Aldeia/RJ
II Encontro Científico do PECS	19, 20 e 21 de outubro de 2016	Cabo Frio/RJ
Câmara Temática de Uso Público	09 de novembro de 2016	Cabo Frio/RJ
Câmara Temática de Uso Público	15 de fevereiro de 2017	Cabo Frio/RJ
Conselho Consultivo	15 de março de 2017	Araruama/RJ
Conselho Consultivo	05 de abril de 2017	Arraial do Cabo/RJ
6º Aniversário do PECS	29 de abril de 2017	Praia Seca, Araruama/RJ
Grupo de Trabalho <i>Plano de Manejo</i>	03 de maio de 2017	Cabo Frio/RJ
Formatura do Curso de Capacitação de Agentes de Prevenção e Defesa Florestal do PECS	01 de setembro de 2017	Praia Seca, Araruama/RJ

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Durante esse processo, o caderno de campo foi utilizado como instrumento complementar para registro das informações obtidas. O uso do caderno contribuiu para registrar os elementos mais importantes da observação, para não se perder dados fundamentais para o entendimento do objeto de estudo. Essa técnica é pessoal, uma vez que nela o pesquisador relata as suas percepções, os seus sentimentos e os seus pensamentos. Nesse sentido, quanto mais detalhadas forem as anotações, maior é o auxílio que o conteúdo do caderno proporciona na hora de redigir a dissertação (NETO, 2007). A vantagem de utilização dessa técnica se relaciona à possibilidade de se reanalisar, quantas vezes forem necessárias, a cronologia dos eventos observados e, assim, construir *links* possíveis entre os momentos presenciados (BEAUD & WEBER, 2003).

Vale mencionar que a observação direta possibilitou a iniciação de um exercício de diálogo com os atores sociais locais e o fortalecimento de uma rede de articulação com os mesmos. A partir da confiança e do compromisso estabelecidos entre a pesquisadora e os pesquisados, foi possível então executar a atividade seguinte, a realização de entrevistas, no 2º semestre de 2017, de modo a obter dados pormenorizados para a pesquisa.

A entrevista representa um dos procedimentos metodológicos mais utilizados em pesquisas que envolvem Estudos de Caso, pois possibilita a coleta de depoimentos sobre uma determinada realidade, foco de análise. O pesquisador pode optar por realizar as entrevistas

individualmente com cada interlocutor ou em grupos (NETO, 2007). No caso da presente dissertação, foram realizadas entrevistas individuais, visando preservar a identidade dos interlocutores, os quais, em sua maioria, pediram sigilo de suas informações pessoais.

Sendo assim, cada interlocutor da pesquisa foi caracterizado pelo sexo, faixa etária e sua relação com o PECS. Além disso, foi identificada a data de realização da entrevista. No **Quadro 11**, a seguir, é apresentada a matriz-síntese do primeiro grupo focal, composto por atores institucionais.

Quadro 11: Matriz-síntese sobre o perfil dos interlocutores do 1º grupo pesquisado.

INTERLOCUTOR	SEXO	FAIXA ETÁRIA ²⁴	RELAÇÃO COM O PECS	DATA
Interlocutor 1	Masculino	20 - 30	Ex-guarda-parque do PECS.	04 de setembro de 2017
Interlocutor 2	Masculino	30 - 40	Gestor do PECS.	05 de setembro de 2017
Interlocutor 3	Feminino	20 - 30	Ex-coordenadora de campo do uso público no PECS, participou da elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica nos municípios abrangidos pelo PECS.	11 de setembro de 2017
Interlocutor 4	Masculino	30 - 40	Professor e pesquisador da UFRJ, participou da elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica nos municípios abrangidos pelo PECS.	15 de setembro de 2017
Interlocutor 5	Masculino	30 - 40	Ex-guarda-parque do PECS.	19 de setembro de 2017

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Esse grupo constituiu os atores sociais que, de alguma forma, apresentaram ligação com o processo de gestão dos territórios do PECS, diretamente como funcionários do Parque, ou indiretamente pela prestação de serviços em sua região de inserção. Nesse último caso, financiados por uma instituição privada ou por um órgão público.

Proporcionando prosseguimento aos quadros de entrevistados, o **Quadro 12** constituiu o segundo grupo focal, referente aos visitantes moradores dos municípios de inserção do PECS, todos participantes das reuniões do Conselho Consultivo da UC.

²⁴ Tendo em vista que certos interlocutores demonstraram resistência em revelar a idade, a pesquisadora decidiu trabalhar com faixa etária aproximada.

Quadro 12: Matriz-síntese sobre o perfil dos interlocutores do 2º grupo pesquisado.

INTERLOCUTOR	SEXO	FAIXA ETÁRIA	RELAÇÃO COM O PECS	DATA
Interlocutor 6	Masculino	30 – 40	Morador de Cabo Frio, prestador de serviços turísticos relacionados à esporte de aventura.	26 de setembro de 2017
Interlocutor 7	Feminino	30 – 40	Moradora de Cabo Frio, condutora de visitantes no PECS.	29 de setembro de 2017
Interlocutor 8	Masculino	20 – 30	Morador de Cabo Frio e estudante.	02 de outubro de 2017
Interlocutor 9	Masculino	40 – 50	Morador de Arraial do cabo, professor e pesquisador do IFRJ ²⁵ .	04 de outubro de 2017
Interlocutor 10	Masculino	20 – 30	Morador do distrito de Praia Seca (Araruama) e estudante.	05 de outubro de 2017

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O terceiro grupo, apresentado no **Quadro 13**, foi formado por turistas da região, entrevistados após suas experiências de visitação aos atrativos de uso público no PECS.

Quadro 13: Matriz-síntese sobre o perfil dos interlocutores do 3º grupo pesquisado.

INTERLOCUTOR	SEXO	FAIXA ETÁRIA	RELAÇÃO COM O PECS	DATA
Interlocutor 11	Feminino	60 – 70	Visitante turista, veranista no entorno do PECS.	16 de setembro de 2017
Interlocutor 12	Feminino	30 – 40	Visitante turista, veranista no entorno do PECS.	16 de setembro de 2017
Interlocutor 13	Feminino	60 - 70	Visitante turista com família residente no entorno do PECS.	17 de setembro de 2017
Interlocutor 14	Masculino	30 - 40	Visitante turista com família residente no entorno do PECS.	17 de setembro de 2017
Interlocutor 15	Masculino	50 - 60	Visitante turista com família residente no entorno do PECS.	17 de setembro de 2017

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

²⁵ Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) - Campus Avançado Arraial do Cabo. Disponível em: <<http://www.ifrj.edu.br/arraialdocabo>>. Acesso em: 13 de set. de 2017.

Durante a realização das entrevistas, utilizou-se o gravador de voz, para obter um registro auditivo que depois pudesse ser transcrito. Além disso, foram realizadas anotações simultâneas dos pontos focais abordados por cada interlocutor.

Visto que a realidade social é dinâmica e, por vezes, podem ocorrer situações que não foram previstas pelo pesquisador, na reta final da etapa de campo, a pesquisadora foi convidada pela gestão do PECS a participar da elaboração de um projeto relacionado ao uso público no Parque.

Tal projeto objetivou oferecer um curso de sensibilização ambiental aos prestadores de serviços (funcionários dos quiosques, dos estacionamentos de veículos e vendedores ambulantes) de uns dos atrativos turísticos mais visitados do PECS: Praia das Conchas e Ilha do Japonês, ambos localizados no município de Cabo Frio. Desse modo, para elaboração do projeto foram realizados encontros semanais com a equipe gestora, com a coordenação de uso público e com os monitores ambientais do PECS, conforme especificado, a seguir, no **Quadro 14**.

Quadro 14: Matriz-síntese sobre os encontros do curso de sensibilização ambiental no PECS.

MOTIVO DO ENCONTRO	DATA	LOCAL
Planejamento e elaboração do curso	14 de setembro de 2017	Cabo Frio/RJ
Planejamento e elaboração do curso	18 de setembro de 2017	Cabo Frio/RJ
Planejamento e elaboração do curso	25 de setembro de 2017	Cabo Frio/RJ

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O conteúdo programático do curso envolveu tópicos de contextualização da criação do PECS, legislação e interpretação ambiental e prevenção de acidentes em UCs. Para a parte prática, foram programados trilhas e mutirões de limpeza nas praias, em datas pós-feriados.

A proposição do curso foi uma medida preventiva à chegada da alta temporada (estação de verão), quando os atrativos turísticos recebem um número expressivo de visitantes. De modo geral, a ideia do curso foi contextualizar as unidades de conservação ao público de prestadores de serviços locais. De modo específico, foram apresentadas quais práticas são admitidas e proibidas nas áreas de inserção do PECS. Com esse direcionamento, a gestão do Parque busca atenuar as condutas ilegais relacionadas, principalmente, às queimadas, à utilização de produtos em garrafas de vidro nas praias e à destinação inapropriada de resíduos.

A pesquisadora participou da etapa de elaboração do projeto, por meio do desenvolvimento do tópico de interpretação ambiental. Essa experiência possibilitou conhecer

melhor o trabalho dos monitores ambientais. Dessa forma, o projeto contribuiu para um dos objetivos específicos da pesquisa, relacionado à identificação dos desafios de uso público no PECS.

Outra experiência de campo que contribuiu para a investigação foi a participação em eventos acadêmicos com enfoque na temática da dissertação. Dentre esses, o *3º Encontro de Parques de Montanha: debatendo a visitação em Unidades de Conservação*, evento restrito aos pesquisadores convidados e aos representantes da gestão pública; o *II Seminário Nacional de Gestão Sustentável de Ecossistemas Aquáticos* e, uma oficina em paralelo de *Criação de Rede Interinstitucional de Gestão Costeira Integrada da Costa do Sol, RJ*; e, também o *VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social/ III Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*. A participação nesses dois últimos eventos possibilitou, inclusive, a apresentação de resultados preliminares da pesquisa, conforme exposto no **Quadro 15**, a seguir.

Quadro 15: Matriz-síntese sobre a participação em eventos acadêmicos sobre uso público em parques.

NOME	DATA	LOCAL	MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO
<i>3º Encontro de Parques de Montanha: debatendo a visitação em Unidades de Conservação</i>	04 e 05 de maio de 2017	Rio de Janeiro/RJ	Ouvinte
<i>II Seminário Nacional de Gestão Sustentável de Ecossistemas Aquáticos</i>	20 a 22 de setembro de 2017	Cabo Frio/RJ	Apresentação Oral do trabalho intitulado <i>Uso público do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ): desafios para pensar o gerenciamento costeiro fluminense.</i>
<i>Oficina de Criação de uma Rede Interinstitucional de Gestão Costeira Integrada e Participativa de auxílio à Governança de Base Ecológica da Região Litorânea da Costa do Sol, RJ.</i>	20 a 22 de setembro	Cabo Frio/RJ	Contribuição na facilitação da oficina.
<i>VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social/ III Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social</i>	18 a 21 de outubro de 2017	Niterói/RJ	Membro da Comissão Organizadora com Apresentação Oral do trabalho intitulado <i>Dinâmicas de uso público em áreas</i>

			<i>protegidas do Rio de Janeiro: refletindo sobre o contexto do Parque Nacional da Serra da Bocaina e do Parque Estadual da Costa do Sol.</i>
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A participação no *3º Encontro de Parques de Montanha: debatendo a visitação em Unidades de Conservação (ANEXO 8)* possibilitou conhecer o movimento *Parques para Todos*, criado por uma parceria entre a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), Avistar Brasil, as Cataratas do Iguazu S/A, a Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME), SOS Mata Atlântica, o Instituto Semeia e a WWF Brasil.

A principal motivação dessas instituições para criar o movimento mencionado foi promover a discussão sobre a diversificação da visitação em parques brasileiros. Como desdobramento desse debate, no evento, foi divulgado um manifesto que inspirou a reflexão sobre o uso público, debatida no capítulo 3 desta dissertação.

No *II Seminário Nacional de Gestão Sustentável de Ecossistemas Aquáticos*, foi apresentado um recorte dessa investigação, intitulado *Uso público do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ): desafios para pensar o gerenciamento costeiro fluminense (ANEXO 9)*, visando relacionar a principal política pública sobre unidades de conservação no Brasil, o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000)*, com o *Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (BRASIL, 1988a)*.

Em paralelo, ocorreu a *Oficina de Criação de uma Rede Interinstitucional de Gestão Costeira Integrada da Costa do Sol - RJ*, cuja participação ocorreu na forma de facilitação das dinâmicas de grupo. Essa experiência foi importante, visto que o objetivo principal foi a criação de uma rede que, por meio do planejamento colaborativo, pudesse fomentar estratégias para a gestão da Região da Costa do Sol. Desse modo, dentre os convidados a participar desse projeto, estavam presentes representantes das instituições da pesca artesanal local, de maricultura familiar, populações tradicionais quilombolas, representantes dos órgãos públicos, instituições públicas de ensino e pesquisa, iniciativas privadas referentes ao setor turístico e petrolífero e da sociedade civil organizada.

O evento paralelo iniciou com um diagnóstico colaborativo, por meio de uma metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) sobre a situação atual dos

municípios envolvidos na regionalização em foco. Esse momento foi oportuno para identificar dinâmicas locais, como os problemas existentes no litoral de Arraial do cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio (**APÊNDICE 10**), municípios que possuem territórios inseridos no PECS.

Na ocasião, foram mapeadas algumas dificuldades quanto à ausência de conscientização ambiental da população, à prática predatória da pesca e do turismo, à ineficiente gestão dos órgãos competentes, ao crescimento populacional desordenado, à limitada comunicação e parcerias entre os órgãos das esferas municipal e estadual, ao impedimento e controle do acesso às praias (por meio da cobrança de taxas e do uso de cancelas) e os desafios para a compatibilidade dos interesses de uso múltiplo do território.

Em um segundo momento, identificaram-se os atores sociais ausentes no evento, mas que poderiam auxiliar na resolução dos problemas apontados (**APÊNDICE 11**). Com esse direcionamento, foram sinalizados os órgãos competentes. Dentre esses, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Estadual do Ambiente, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as prefeituras municipais, as Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento dos municípios envolvidos e os representantes do Turismo de Base Comunitária. Cabe identificar que tais entidades da esfera pública e privada não foram foco desta pesquisa de dissertação, mas são atores que fazem parte do contexto discutido.

Com relação à proposta de criação de uma rede para fortalecer o gerenciamento costeiro na Costa do Sol (**APÊNDICE 12**), os participantes da oficina concordaram unanimemente, dado a necessidade de estabelecimento do vínculo entre as entidades envolvidas, de comunicação mais efetiva entre os membros, da possibilidade de potencializar as trocas de conhecimento e de evidenciar os problemas existentes.

Assim, foram identificados quais atores sociais deveriam fazer parte da rede de apoio ao fortalecimento do gerenciamento costeiro da Costa do Sol (**APÊNDICE 13**). Dentre esses, foram mencionados, as prefeituras e Secretarias municipais de Meio Ambiente e de Planejamento; as colônias, comunidades e associações de pesca; os órgãos públicos, como INEA, ICMBio e IBGE; a Marinha do Brasil; os representantes das mídias; da iniciativa privada; das universidades; ONGS e OSCIPS. Em seguida, foi realizada uma roda de conversa (**ANEXO 10**) para discutir a dinâmica da rede, e o papel a ser cumprido por cada ator social convidado no contexto do gerenciamento costeiro da região.

Essa experiência em pesquisa foi fundamental, visto que possibilitou à pesquisadora participar de um projeto de criação de rede na região do Estudo de Caso e, assim, ampliar o

contato com os envolvidos e os interessados na temática. Além disso, a oficina mencionada foi oportuna para a reflexão sobre o uso público no Parque.

Adiante, no *VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social/ III Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (ANEXO 11)*, especificamente, no Grupo de Trabalho *Uso público em Áreas Naturais Protegidas* foi apresentado um recorte da pesquisa, intitulado *Dinâmicas de uso público em áreas protegidas do Rio de Janeiro: refletindo sobre o contexto do Parque Nacional da Serra da Bocaina e do Parque Estadual da Costa do Sol*. A redação desse trabalho motivou a sistematização das iniciativas institucionais de uso público em curso no PECS.

Vale enfatizar que, a participação nesses eventos contribuiu para o aprofundamento no debate sobre uso público e também possibilitou apresentar e divulgar a pesquisa realizada, aos pares interessados.

5.1.5 Sistematização e análise dos dados obtidos

A última etapa da pesquisa envolveu a escuta e a transcrição das entrevistas na íntegra e a análise dos dados obtidos, com base em uma adaptação da técnica de *Análise de Conteúdo* de Bardin (1978). A técnica escolhida, de *Análise de Conteúdo*, é considerada como um recurso metodológico que permite a ordenação temática dos eixos das entrevistas, por meio das categorias de análise.

Inicialmente, as categorias são propostas com base em levantamento bibliográfico, entretanto, essas podem mudar, de acordo com os dados obtidos nas entrevistas. Esse método reúne técnicas de análise das enunciações que, por uma perspectiva sistêmica, detalham suas informações (BARDIN, 1978), propiciando aproximação do pesquisador com as leituras realizadas pelos entrevistados.

Desse modo, a partir da revisão da bibliografia referente ao uso público em unidades de conservação, foram propostos três temas de análise: 1) Os significados de uso público no PECS; 2) A dinâmica de uso público no PECS: os desafios atuais e as perspectivas futuras; e 3) Reflexões para o movimento de *religare* entre sociedade e natureza no PECS.

A primeira temática está dirigida à identificação das leituras sobre o significado de uso público dos atores sociais envolvidos com o PECS. De modo geral, busca-se analisar os sentidos que são sinalizados por cada grupo focal e as possíveis relações com o seu papel desempenhado no contexto do Parque.

A segunda temática proposta, por sua vez, contribui para a análise da dinâmica atual de uso público no PECS. Dessa forma, são apresentados os desafios para o seu planejamento e manejo, mas também, as perspectivas para o seu aprimoramento no futuro. Por último, a terceira temática analisada traz pistas para interpretar a relação expressa entre sociedade e natureza na UC. Com esse propósito, esta temática está inspirada no movimento de *religare*, visando registrar reflexões que avançam na direção de se repensar o vínculo estabelecido entre o ser humano e a natureza.

Os procedimentos metodológicos descritos foram selecionados, visando alcançar os objetivos da pesquisa. Dentre esses, a interpretação da dinâmica de uso público no Estudo de Caso, a partir do ponto de vista dos atores sociais inseridos em seu contexto, conforme apresentado, a seguir.

6 INTERPRETANDO A DINÂMICA DE USO PÚBLICO NO PECS

Para interpretar o uso público no Parque Estadual da Costa do Sol, um dos procedimentos metodológicos escolhidos foi a realização de entrevistas semiestruturadas, conforme anteriormente mencionado, no recorte temporal de 04 de setembro a 05 de outubro de 2017, com um grupo prioritário de interlocutores composto por atores institucionais, que tiveram suas entrevistas complementadas pelos visitantes moradores do entorno e pelos visitantes turistas da região. Conforme descrito no capítulo de metodologia, tais grupos focais foram identificados como relevantes no âmbito da temática pesquisada, durante a observação direta nos espaços formais de participação social do PECS.

Assim, o tema da pesquisa foi interpretado sob a ótica dos atores sociais envolvidos com o Parque, com o objetivo de absorver as suas diferentes leituras sobre o tema em foco. Essa metodologia foi adotada, a partir do reconhecimento de que seus olhares não estão, necessariamente, em sintonia, posto, principalmente, a existência de diferentes interesses de uso do território. Com essa proposta, a escuta foi dirigida ao maior número possível de grupos inseridos nesse contexto, ciente de que a investigação tinha a limitação de tempo para a sua finalização e, portanto, não seria possível buscar um interlocutor de cada grupo presente, por exemplo, nas reuniões do PECS.

Dessa forma, foram realizadas quinze entrevistas no total, sendo cinco interlocutores de cada grupo focal investigado. Com esse direcionamento, as entrevistas com os atores institucionais e com os moradores do entorno ocorreram em lugares por eles sugeridos. Assim, alguns deles foram entrevistados fora dos limites da área do PECS, buscando deixá-los confortáveis e receptivos a responder aos temas propostos. Os turistas, por sua vez, foram abordados durante a visita ao Parque e, por isso, foram entrevistados na área dos próprios atrativos locais. Um aspecto importante a se considerar também é que alguns interlocutores pediram sigilo quanto à sua identificação. Dessa forma, optou-se por associar os trechos analisados a ordem numérica em que as entrevistas ocorreram.

Com base nessa contextualização, a seguir, são discutidos os resultados da pesquisa, com base em três temas de análise que buscam contrapor o cenário atual de uso público com a projeção de um cenário futuro, a partir da identificação das ações que estão sendo planejadas na UC. Com esse direcionamento, as temáticas propostas abordam: 1) Os significados de uso público no PECS; 2) A dinâmica de uso público no PECS: os desafios atuais e as perspectivas futuras; e 3) Reflexões para o movimento de *religare* entre sociedade e natureza no PECS.

6.1 OS SIGNIFICADOS DE USO PÚBLICO NO PECS

Os significados atribuídos pelos atores institucionais ao uso público no PECS relacionam-se, principalmente, à ideia de natureza preservada, mas também, à percepção de que essas áreas devem ser abertas à apropriação e participação da sociedade que, por sua vez, tem direito de desenvolver inúmeras atividades de seu interesse, conforme exposto em alguns depoimentos, a seguir.

Eu entendo o uso público como uma área em que as pessoas possam utilizar, uma área de preservação, de natureza (Interlocutor 1).

Então, o uso público, eu acho que é uma palavra bem prática para você poder tocar naquilo ali, usar, usufruir, da forma como você desejar, seja mergulhando, apreciando a vista, tirando fotos, fazendo construções, por que não? Estruturas que sejam para um chuveiro, um mirante. E público é que todo mundo pode acessar (Interlocutor 3).

Uso público é a gente pensar que a gente tem certas áreas, determinados territórios, com determinados serviços ou características físicas, sociais, econômicas, no qual a gente pensa para esse espaço, todo mecanismo de manutenção dessas características, para utilidade pública. Para a utilidade de todo mundo, de todas as pessoas que querem ter acesso àquele bem ou àquele espaço (Interlocutor 4).

Ainda sobre os interlocutores desse grupo focal, outro significado atribuído ao uso público se refere ao potencial turístico da área e à geração de renda. Nesse sentido é interessante notar que o uso público é compreendido como um instrumento estratégico que pode fomentar a economia no entorno do PECS, mas também, é considerado como uma forma de manter o funcionamento da infraestrutura da própria unidade de conservação.

O uso público é turismo mesmo (...), é um dos objetivos da unidade. Está lá na criação da unidade, no próprio SNUC, é lazer, visitação. E uso público é muito abrangente. É uma boa maneira de manter a unidade, é um instrumento extremamente interessante (Interlocutor 2).

Uso público é um instrumento econômico, porque gera renda para os setores da região, mas você tem que aliar o uso público à conservação, à preservação, porque todo mundo ama um lugar bonito, um animal diferente (Interlocutor 5).

Na ótica dos moradores do entorno, por sua vez, o uso público constitui uma forma de valorização do patrimônio natural local. Nos depoimentos dos interlocutores desse grupo focal é possível também se perceber o vínculo afetivo com as áreas do PECS e com o próprio

sentido de natureza preservada. Por outro lado, o uso público é associado, também, à dificuldade de ordenamento do fluxo turístico e de sensibilização dos visitantes, principalmente, no tocante aos desafios enfrentados com o turismo de massa na região de inserção do Parque.

Com relação ao turismo de massa, especificamente, a visitação à região abrange destinos que têm o segmento turístico de *Sol e Praia* consolidado. Isso implica em considerar que mesmo as atividades de esportes radicais ou de turismo de aventura que são desenvolvidas nesses territórios, por exemplo, estão diretamente ligadas aos atrativos de balneabilidade.

É evidente que, um fator determinante nesse contexto constitui a sua localização privilegiada, em áreas da zona costeira fluminense, com belezas cênicas que foram, progressivamente, tornando-se motivação de deslocamentos, principalmente, em virtude do imaginário construído desses lugares como propícios ao descanso e ao lazer.

Esta afirmação ganha ainda maior consistência quando se analisa que mais do que um destino turístico convencional, essa região é valorizada pela tendência das casas de veraneio, configurando-se em rotas fixas dos moradores das grandes metrópoles do Estado do Rio de Janeiro, durante o tempo livre.

Contudo, o fluxo de visitação local, cada vez mais concentrado em determinados pontos conhecidos e divulgados, dificulta o ordenamento do uso público. Por isso, a chegada dos turistas, principalmente em altas temporadas, muitas das vezes, proporciona um sentido de desconforto no cotidiano dos moradores, conforme pode ser notado em suas narrativas.

Uso público dá visibilidade à unidade, traz, agrega esse valor da conservação. Também é uma estratégia de conservação. Por outro lado, a gente tem uma questão de que, muitas vezes, esse uso é desordenado e isso já é clássico na história do PECS (Interlocutor 6).

Eu acho que uso público é fazer uma UC aberta, é acabar com aquele estigma de muros e de não poder entrar. Só que você tem um grande desafio da conscientização, de botar o que pode e o que não pode. No PECS, a gente tem que começar a escolher onde a gente vai dizer não, onde a gente vai botar uma cancela, porque se não disser, fica tudo no *oba oba* (Interlocutor 7).

Uso público é ter orgulho da natureza, das espécies de flora e fauna, mas também a gente quer usar, quer acessar e a gente só protege, porque a gente conhece. A gente só se orgulha do que a gente conhece. Então não adianta falar que não pode e pronto. Ainda mais porque aqui no PECS é impossível,

aqui a gente tem um turismo de massa, esse que é o problema (Interlocutor 9).

Na interpretação de outros moradores, o uso público está relacionado, especificamente, ao turismo que, segundo sua interpretação, pode ter impactos positivos ou negativos, de acordo com o modo como é desenvolvido pelos prestadores de serviços. Nesse sentido, há a percepção de que as empresas de receptivo que realizam passeios náuticos ou atividades de guiamento no PECS, mas são de fora da região, geralmente, não exercem condutas ambientais responsáveis.

Esses guias e agentes que vem para cá, só olham a viabilidade econômica do uso público, então eles acabam não dando importância para o aspecto ambiental. Então eles não falam: "agora vocês vão parar nas Prainhas do Pontal onde é uma UC, a nona praia mais bonita da América do Sul". Enfim, eu acho que o Parque veio e a gente tem muito o que fazer (Interlocutor 6).

Tem uso público em que o turismo gera mais impactos negativos, resíduo, lixo, assoreamento de trilha, desmoronamento de caminhos. Você acaba tendo mais impactos do que benefícios (Interlocutor 8).

O uso público pode ser um turismo bom ou um turismo predatório, porque o turismo em si é bom, mas precisa ser estudado, precisa ser cada vez mais pesquisado, as pessoas acham que fazer turismo pode ser de qualquer jeito, mas não é. Tem muita gente de fora querendo usar o PECS e usa de uma forma muito economicista (Interlocutor 10).

A percepção do turismo como uma atividade de uso público que degrada os atrativos do PECS, para os moradores, parece estar relacionada, também, à inexistência de vínculos afetivos de quem “vem de fora” com o lugar.

Tem muito estrangeiro que não está preparado, vem de fora, faz um turismo de péssima qualidade aqui no PECS. Eles não querem saber, como sou guia também, enfim, às vezes eu pego umas guiadas deles, eles estão pensando em vender fotos, passeios, botam música alta e pronto. Não é assim, eles não ligam para o lugar (Interlocutor 7).

Enquanto os moradores apontam para o descuido com as áreas do PECS, revelando um sentido de apropriação da UC, por meio dos vínculos afetivos estabelecidos; por outro lado, ao interpretar a ótica dos turistas da região é possível perceber que, de modo geral, parece haver por parte deles um desconhecimento quanto à inserção do território em uma UC. Dessa forma, o questionamento sobre o significado do uso público em parques foi

redirecionado para o significado da visitação nos seis municípios envolvidos no âmbito do Estudo de Caso que orientou a pesquisa.

Com esse encaminhamento, o sentido de visitação   região, atribuído pelos turistas foi o de lazer e de descanso físico e mental para o retorno ao cotidiano das metrópoles. Assim, a interpretação das perspectivas mencionadas possibilita compreender que os turistas entrevistados relacionam o sentido de bem-estar no lugar de natureza preservada, com a possibilidade de descanso no tempo livre, conforme ilustrado pelos depoimentos a seguir.

Eu sou veranista aqui, tenho casa a muito tempo, porque eu acho bonita a natureza, eu gosto de descansar aqui, curtir, e sempre quero voltar (Interlocutor 12).

Eu fico aqui por causa das praias, do pão do sol, é barato vir para cá também. Se você vai para outras praias por aí é muito caro. Aqui eu descanso a minha cabeça para voltar para o trabalho no Rio, aqui não tem trânsito.  s vezes tem, porque vem muita gente, mas eu fico o dia todo aqui na praia,   só natureza e mar (Interlocutor 14).

No entanto, outros turistas que conheciam a existência do PECS, quando questionados sobre o significado de uso público, reivindicaram a necessidade de pagamento da taxa de entrada para veículos motorizados no atrativo da Ilha do Japonês, em Cabo Frio, local cujos interlocutores foram abordados e entrevistados para a presente pesquisa. Dessa forma, outro significado atribuído ao uso público se refere ao potencial valor econômico representado pela cobrança de ingresso para entrada nos atrativos. Um aspecto interessante nesse sentido é que, um dos interlocutores compreende o valor cobrado como uma “taxa ambiental”.

Outra questão contraditória relacionada à visitação ao Parque se refere à restrição de uso do território quanto   entrada com garrafas de vidro, por exemplo. Na interpretação de um dos turistas, parece uma contradição coibir a entrada de tais objetos, mas comercializá-los nos quiosques das praias.

Eu pago para estar aqui, porque é bonito, a gente está passeando. Eu não me importo de pagar. Se eu fosse receber um serviço de volta, estava tudo bem, mas pagar para entrar em praia que   pública, não d  (Interlocutor 13).

A gente tem que pagar essa taxa ambiental para entrar, só que o uso da praia   livre e não pode trazer garrafa de vidro, aí a gente tem que pagar no quiosque a cerveja bem mais cara. E a crise? Não tem dinheiro para educação, saúde está mal, alguém vai pensar em ambiente, questão verde? (Interlocutor 15).

Sobre as normas de uso do território, alguns moradores também descrevem um desconforto com a criação do PECS e apresentam resistência à incorporação das diretrizes estabelecidas pelo SNUC (BRASIL, 2000), conforme o depoimento de uma moradora local entrevistada na presente pesquisa.

(...) tem morador que tem algumas resistências, por exemplo: "não, eu já moro aqui há 10, 15, 20, 30 anos e agora vem o Parque e quer mudar tudo". Eles não entendem isso e muitos não respeitam. Eles querem passear com seus cachorros nas praias, querem levar suas garrafas de vidro. Eles, às vezes, têm mais resistência para mudar o uso do que os próprios turistas (Interlocutor 7).

Sobre esse aspecto, um dos interlocutores do grupo institucional da pesquisa explica o desafio em adequar as formas de uso assimiladas antes da criação do PECS com as que vêm se desenvolvendo por incentivo das suas ações de proteção da natureza. No contexto do Parque estudado, essa dificuldade parece ser agravada pelo fato das suas áreas de inserção estarem próximas às concentrações urbanas e, também, marcadas por uma tensão socioeconômica, decorrente, principalmente, do foco de investimento dos setores imobiliário e turístico na região.

O problema no PECS é que o parque foi criado e aquele uso que existia naquele território, não é o uso do parque, é o uso que existia naquele território. Na medida em que você criou o parque é que você vai ter que lidar com o uso que existia naquele território sob a lente, a ótica do parque. Que é diferente de um caso, por exemplo, onde eu tenho uma trilha maravilhosa que não é explorada e eu vou lá e crio um parque naquela área, e incentivo o desenvolvimento daquela trilha para uso turístico, já direcionando para o tipo de uso que eu quero. Então, eu acho que o desafio, no caso do uso público do PECS é você lidar com o que já acontecia antes. Não tem jeito, você vai esbarrar no campo do conflito, porque aí começam os interesses (Interlocutor 4).

Tendo em vista a dificuldade de compatibilizar os usos que antecederam a criação do PECS com os que dela decorreram, outro interlocutor institucional compreende a necessidade de fiscalização dos territórios, também, como parte dos significados do uso público da UC. Entretanto, sinaliza para a dificuldade de fiscalizar um parque extenso e fragmentado territorialmente, com uma equipe de funcionários limitada para atender a todas as áreas.

Aqui, no Costa do Sol, você não consegue botar um guarda-parque em cada fragmento, então tudo aquilo que você proíbe, te imputa a fiscalização. E se você diz não, como é que você fiscaliza? E fiscalizar também é uso público (Interlocutor 5).

Por outro lado, o sentido pedagógico do uso público se expressa como um dispositivo para a transformação das ações dos visitantes, mas com enfoque em atividades que possam motivar a participação no PECS, em contrapartida, às informações prontas, em que o visitante é um agente passivo e não tem a possibilidade de realizar as suas próprias impressões do lugar.

Uso público é divulgar a unidade de conservação, levar para fora dos muros e conscientizar o visitante, mas sem ser aquela coisa acadêmica dura, tem que ser mais dinâmico e mais interessante (Interlocutor 3).

Uso público é também a própria sensibilização das pessoas que vão e conseguem ter relação com o lugar. As pessoas querem conhecer mais sobre a área, gerar conhecimento sobre o local e terem oportunidade de viver as suas próprias experiências (Interlocutor 5).

Desse modo, parece possível afirmar que os olhares dos três grupos focais entrevistados revelam diferentes significados para o uso público no PECS. Dentre esses, destacam-se, sob a ótica dos atores institucionais, o sentido de abertura da UC ao público, como uma possibilidade para o desenvolvimento do turismo e para a geração de renda.

Na interpretação dos moradores, o significado central atribuído ao uso público é a valorização do patrimônio natural de uso comum e a preocupação quanto ao público externo à região composto por alguns visitantes e por alguns prestadores de serviços turísticos que não tem responsabilidade socioambiental com o território. Para o terceiro grupo da pesquisa, os turistas, o principal sentido relacionado ao uso público no PECS é o de descanso e lazer, mas também, de desconforto quanto às restrições de usos nos atrativos da unidade de conservação.

A partir da análise apresentada, a seguir, busca-se melhor compreender como ocorre o uso público, atualmente, no Parque e quais são os projetos que estão sendo planejados, no âmbito desta temática em foco.

6.2 A DINÂMICA DE USO PÚBLICO NO PECS: OS DESAFIOS ATUAIS E AS PERSPECTIVAS FUTURAS

A dinâmica atual de uso público no PECS envolve conflitos de interesses. Nesse sentido, os interlocutores institucionais da pesquisa relacionam o contexto atual de embates entre grupos sociais envolvidos no território às questões que antecedem a criação da UC.

Desse modo, sob o olhar dos atores entrevistados, os conflitos no uso público foram historicamente estabelecidos na região, não sendo, necessariamente, decorrentes do processo

de criação do PECS. Contudo, deve-se reconhecer que uma área protegida na região tende a intensificar tais embates, principalmente, porque sua existência restringe o desenvolvimento de determinados usos.

Além disso, a UC em foco abrange áreas pertencentes a seis prefeituras, com planejamentos municipais distintos e, também, está localizada próxima aos núcleos de concentração urbana, tendo, portanto, a diversidade biológica local pressionada pelos empreendimentos da região.

O PECS já nasceu convidando para o conflito. É uma área fragmentada são parques fronteiriços às zonas urbanas, então assim, chegar e dizer para uma determinada pessoa que ela não pode mais roçar naquela terra que ela roça há cinquenta anos, porque virou UC, não é fácil (Interlocutor 2).

Tudo está acontecendo e a gente cria o Parque em cima de tudo o que está acontecendo. Então você passa a ter que reorganizar, redimensionar, políticas, ações, projetos e tal, numa realidade que não era a realidade preparada para aquele Parque. Então, eu acho que o desafio é esse, o desafio é imaginar que, o Estado vai gerir grandes porções espalhadas em diferentes municípios com uma mesma lógica. Isso para mim é o mais difícil, porque é você dar uma unidade a algo que já é compartimentado (Interlocutor 4).

Assim, é de conhecimento público que o PECS foi criado por uma demanda de um grupo específico que não representa os interesses da maior parte da população local. Nessa direção, os interlocutores da pesquisa mencionam embates entre os pesquisadores, principalmente, do campo de estudo da Biologia que buscaram a criação de uma UC na região, como estratégia para limitar os avanços dos setores imobiliário e turístico sobre as áreas de vegetação mais vulnerável. E, por outro lado, os investidores em empreendimentos turísticos e imobiliários.

Esse contexto fez emergir conflitos entre grupos sociais a favor e contra a criação do PECS. Contudo, em 2011, foi implantada a política de proteção da natureza na região. Nesse sentido, um aspecto problemático foi a inserção no Parque de áreas com desenvolvimento urbano consolidado, durante a etapa de delimitação de seu território.

O Parque é resultado de uma consulta pública, então ele é resultado de uma demanda. Mas uma demanda muito específica. Acredito que não tenha tido alguém do viés turístico falando: "vamos criar um Parque para proteger?" Eu acho que foi um resultado bem dos biólogos. O que é super válido, mas uma vez criado, vai expulsar todo mundo? Não tem como expulsar todo mundo aqui, é inviável (Interlocutor 3).

Vale enfatizar que mesmo em áreas menos desenvolvidas, os moradores estabeleciam usos que com a criação do PECS tiveram que ser readequados. Nesse sentido, um morador relata que a utilização de churrasqueiras, por exemplo, era parte de programas de lazer em família, durante o tempo livre. Enquanto outra moradora explica sobre a dificuldade em transformar os usos já existentes pela população do entorno, em usos permitidos pelo PECS. Sobre esse aspecto, ela ressalta que esse é um trabalho de sensibilização que deve ser realizado gradativamente pela gestão da área protegida, mas sem que se espere resultados imediatos.

Eu mesmo por ser morador de Cabo Frio, amava fazer churrasco ali na Ilha, quando eu tinha 3 ou 4 anos, meu pai falava que a gente ia fazer churrasco na Ilha, era aquela alegria no final de semana (Interlocutora 6).

Outra questão é a churrasqueira. Em fevereiro, no Carnaval, era em torno de umas 100 churrasqueiras por metro quadrado, nesses atrativos. É uma cultura, é cultural. A gente vai fazendo a educação ambiental com os ambulantes, com os quiosqueiros e com os *taxi boats*. Então no começo, como era cultural, eles resistiam um pouco, mas com um trabalho bem de formiguinha a gente acabou conseguindo (Interlocutora 7).

Uma questão destacada pelos interlocutores da pesquisa, durante as entrevistas, foi o processo de cogestão com outras unidades de conservação de categorias de manejo diversas. Esse é considerado um grande desafio local, uma vez que o PECS está sobreposto a parques e APAs, administrados em esferas municipal e estadual.

Dessa forma, sob o olhar dos atores envolvidos, a gestão compartilhada com outras unidades de conservação estaduais tende a ser integrada, devido à gestão realizada pelo mesmo órgão administrativo. No caso, o Instituto Estadual do Ambiente. Contudo, assim como a articulação com as diferentes prefeituras se caracteriza como uma ação a ser aprimorada, o planejamento em conjunto com as unidades de conservação municipais, também é mencionado como ponto fraco da cogestão destas áreas na região.

Ainda sobre esse tema, em 2017, a equipe gestora do PECS se tornou responsável pela gestão, também, das APAs estaduais sobrepostas pelo Parque. Por essa razão, o quadro de funcionários se tornou mais escasso, devido ao aumento da demanda por monitoramento e manejo das áreas envolvidas. Tendo em vista essa lacuna na gestão do território, planeja-se desenvolver, futuramente, um projeto em que cada prefeitura dos seis municípios envolvidos nesse contexto, possa ceder um funcionário municipal para auxiliar nas atribuições do PECS.

A cogestão com unidade do Estado é mais tranquilo. Mas a cogestão entre Estado e município, aí não existe, porque ele está sobreposto a muita APA e muitos outros parques municipais, como a própria Boca da Barra e o Parque Municipal dos Corais também. Não tem cogestão, é só briga (Interlocutor 1).

Eu que estou gerindo as APAs. A articulação sou eu. Eu estou acumulando funções e a equipe é pequena (...) com a equipe que eu tenho hoje de campo, eu não dou conta do território. O que eu acho que é um movimento que eu quero fazer e que não é fácil, é que cada município me ceda um funcionário e ele fique responsável pelo território daquele município (Interlocutor 2).

Outro desafio a ser enfrentado reconhecido na pesquisa é o desconhecimento da existência do PECS pela população do entorno. Um aspecto determinante nesse sentido é a fragmentação do Parque que dificulta que se projete a continuidade de sua área e, assim, o estabelecimento dos limites da UC. Esse contexto enfraquece o campo de atuação da equipe gestora, demandando mais esforços de monitoramento e de justificativas para as restrições de uso do território.

Dos moradores e dos turistas, é muito raro você encontrar alguém que saiba os limites do Parque. Eu trabalhava como guarda-parque. Quando a gente via um visitante que era de Cabo Frio, morador era mais difícil de aceitar do que quem não era, quem vinha de fora estava mais aberto a delimitação do estacionamento e a proibição do churrasco, por exemplo (Interlocutor 1).

As pessoas não sabem o que é parque aqui, pensam logo em roda gigante, em carrossel...(Interlocutor 2).

O desconhecimento dos limites do PECS influencia, porque continua tudo como estava e não reconhecem o Parque e nem que o Estado tem algum poder ali. A prefeitura sempre deixou, então continua como estava, o churrasco na Ilha do Japonês, botar fogo em áreas próximas de atrativos e por aí vai (interlocutor 5).

Mediante o reconhecimento da fragmentação territorial e da extensão do PECS, pode-se compreender que a equipe gestora enfrenta dificuldades recorrentes para administrar as demandas das áreas inseridas no Parque. Assim, um tema que vem sendo muito debatido na gestão se refere à concessão da prestação dos serviços de acolhimento e apoio ao visitante para o domínio de empresas privadas. Mas esse é um tópico polêmico, porque alguns interlocutores da pesquisa compreendem que o uso, uma vez público, deve estar acessível a todas as parcelas da sociedade, mesmo aos que não podem pagar por entretenimento e lazer. Nessa perspectiva, quando se implanta um sistema de cobrança de taxa de entrada, simultaneamente, delimita-se um público-alvo, conforme interpretado por um ator institucional.

Quando você bota a cobrança, já não é tão público, o uso. Porque nem todo mundo tem dinheiro para pagar. Se você falar que é 10 reais, por exemplo, a taxa de visitação de um parque, para mim, você já está definindo quem é o público. O público é quem pode pagar 10 reais. Todo mundo pode pagar 10 reais? Não, não é todo mundo que pode pagar 10 reais. O uso passa a ser de acesso público, mas não de acesso para o público (Interlocutor 4).

Entretanto, outros interlocutores do mesmo grupo focal referente aos atores institucionais, adotam outra perspectiva de análise sobre o tema. Para eles, a entrada no PECS deve permanecer sem taxa de cobrança de ingresso por visitante. No entanto, para eles seria interessante que o Parque dispusesse de uns atrativos com entrada gratuita e, outros, com pagamento de uma taxa que possa ser revertida para a manutenção da UC. Segundo relatado nas entrevistas, essa é uma demanda dos próprios visitantes e de uma determinada parcela da sociedade, que desejam estar em um lugar de natureza preservada, mas que querem ter conforto e facilidades de acesso aos serviços de qualidade que teriam em centros urbanos.

Eu sou contrário a pagar para entrar. Eu não quero isso para cá. Eu acho que a entrada tem que ser livre, mas tem que ter produtos para todos os públicos. Classe operária, classe média e para o cara que também quer estourar o *Chandon* lá no pôr-do-sol (Interlocutor 2).

Eu acho que tem que ter para todo mundo, mas a natureza não é um recurso, a natureza é um bem. Não dá para botar a roleta, eu sou contrário. Agora, tem que explorar os atrativos. Tem que ter os espaços comuns que o cara não pague nada, tem que ter o espaço para o cara que quer um produto e tem o cara que tem grana para gastar e tem que ter um lugar para ele gastar, deixar um dinheiro lá para a unidade de conservação. O Estado do Rio de Janeiro não está discutindo isso de forma mais profunda (Interlocutor 5).

Nesse contexto, a concessão da prestação de serviços às empresas privadas constitui uma opção que vem sendo discutida nos espaços formais de participação social do PECS. Entretanto, os atores institucionais entrevistados interpretam que as lacunas decorrentes da dificuldade de atender a todas as demandas vêm da própria gestão do PECS, também, como uma consequência de falhas históricas, na organização estratégica da equipe envolvida. Isso porque, segundo a equipe gestora, os funcionários do Parque assumiam funções diferentes daquelas para as quais são qualificados e tem experiência para exercer.

Desse modo, a partir da identificação dessa lacuna operacional, a equipe de funcionários foi redistribuída e os programas e projetos implantados pela UC passaram a obter resultados mais satisfatórios.

Outra coisa também que a gente detectou aqui é que tinha muita gente da equipe que estava no lugar errado. Muita gente que tinha toda expertise para uso público e educação ambiental, estava fazendo fiscalização. Então, estava

fazendo mal, estava no lugar errado e hoje está no lugar certo (Interlocutor 2).

A partir da reorganização da equipe de funcionários para atuar nos diferentes fragmentos territoriais do PECS, uma das ações prioritárias se tornou o ordenamento do uso público. Isso porque, um dos principais desafios da UC é fazer valer as normas estabelecidas pelo SNUC (BRASIL, 2000). Dentre as regras propostas pelo documento mencionado, a categoria de manejo parque não admite a entrada de animais domésticos e de visitantes portando objetos como churrasqueiras e garrafas de vidro, por exemplo.

Entretanto, a equipe gestora tem dificuldades de fiscalizar tais áreas com regularidade. Por isso, em altas temporadas como em feriados e férias mais longas, alguns moradores contribuem com o monitoramento dos atrativos, reportando irregularidades à gestão do PECS. Sobre essas experiências, alguns deles narram os desafios encontrados para o ordenamento dos usos.

A garrafa de vidro é recorrente, mas a gente impede de entrar com elas. Agora, churrasqueira a gente eliminou bastante, mas às vezes, alguns turistas ainda botam a churrasqueira dentro da mochila ou de um saco, escondida (...) os vidros e os animais domésticos são desafios maiores (Interlocutor 6).

"Mas aquele cara ali está". Eu acho que a dificuldade maior é isso, eles se comparam com os outros. O que acontece é que na calada da noite, as pessoas que tem cria de cachorros, vão na unidade de conservação e abandonam. E são muitos cachorros abandonados, muitos mesmo, aí o visitante vê o cachorro abandonado e traz o dele também (Interlocutor 7).

(...) são 43 fragmentos, são muitos. Um Parque fragmentado, com ilha e sem barco. A gestão do PECS não tem condição de dar conta disso tudo sozinha. E têm os questionamentos, as pessoas vêm passar as férias com o *pet* delas. Você tem que explicar que não pode. Aí elas falam: "por que não pode? Não está atrapalhando ninguém, ele não morde", mas tem o cachorro da rua. Por que o cachorro da rua pode e o delas não? (Interlocutor 9).

Mas um dos turistas entrevistados discorda da política adotada, na qual se proíbe portar alimentos e bebidas para acesso aos atrativos no PECS. Em sua perspectiva, para alguns visitantes, levar os seus próprios alimentos e bebidas representa, inclusive, uma questão de necessidade, como em casos de pessoas com restrição alimentar.

Como é que você proíbe a família inteira que veio passar o dia de entrar com essas coisas, com orçamento cada vez mais curto como está? Como é que você vai falar para o cara não levar a bolsinha dele? Sem contar as alergias. A minha neta mesmo tem. Aí se você entra com a garrafa, você tem que escutar o cara do quiosque reclamar que está perdendo dinheiro, porque você

quer abrir sua barraca aqui e não quer consumir do quiosque dele (Interlocutor 11).

Ainda com relação ao ordenamento do uso público, a equipe gestora menciona que a própria política dos municípios da Microrregião dos Lagos dificulta a obtenção de resultados operacionais nesse sentido, devido ao perfil permissivo das ações das prefeituras e, também, ao grande número de cargos comissionados, com funcionários sem preparo para suas funções.

Além disso, a partir de 2008, com o reforço da política de segurança na capital do Estado do Rio de Janeiro, com a implantação do programa de pacificação das favelas pela Unidade da Polícia Pacificadora (UPP), o índice de criminalidade nas cidades do interior do estado se tornou crescente. Nesse sentido, áreas que foram inseridas na delimitação do PECS, passaram a ser dominadas por grupos considerados, pelos interlocutores da pesquisa, como milicianos.

Um desafio enfrentado nessa direção foi resgatar áreas de restinga, onde funcionavam cobranças de estacionamento lideradas por grupos de milicianos que confrontavam a gestão e mesmo ameaçaram de morte a equipe de funcionários do PECS, conforme descrito em alguns depoimentos da pesquisa.

O uso público no PECS é muito mal utilizado, porque tem uma influência política muito forte. Tem milícia nos estacionamentos das cidades de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios. Fora a questão de não ter recursos mesmo (Interlocutor 1).

A Praia das Conchas, inclusive, era dominada por possíveis bandidos. Eles quem faziam a cobrança do estacionamento. Então eram dois mil e quinhentos a três mil carros por dia. Então era fila dupla, quando vinham dois ou três carros de um lado e dois ou três carros do outro parava. Pessoas, inclusive, chegavam a falecer na praia, porque o socorro não chegava. Não tinha como passar. A gente só conseguiu ordenar com uma ação integrada entre polícia e a Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais, a CICC (Interlocutor 2).

Para os moradores locais, o uso intenso pelo público, relatado nas entrevistas, deve-se ao turismo consolidado que ocorria antes mesmo da criação da UC na região. Na perspectiva dos interlocutores da pesquisa, as belezas cênicas, com atrativos ligados à balneabilidade, constituem a principal motivação para a visita e não o sentido de natureza preservada que o Parque pode fornecer. Assim, os visitantes não buscam conhecer a UC, mas sim, conhecer e usufruir das lagoas, lagunas e praias da região, por exemplo.

Um aspecto mencionado nesse sentido se relaciona à veiculação de imagens em redes sociais virtuais e em mídias televisivas como, novelas que retratam, em seus cenários, as

paisagens da região. Desse modo, a divulgação das paisagens locais ocorre espontaneamente, sem a necessidade de incentivo da gestão do PECS. Contudo, essa região, embora amplamente divulgada como um destino turístico é desconhecida como uma área protegida. Um agravante, nesse caso, refere-se à inexistência de um *Plano de Manejo* e/ou de documentos temporários que possam abordar um planejamento estratégico de uso público.

É muita gente, com certeza é o parque estadual que mais recebe visitante, principalmente turista, pelos atributos que tinham antes de ser UC. É um Parque novo, não tem *Plano de Manejo*. No final de 2016 foi elaborado um plano de ação de uso público, mas se eu não me engano, isso não foi nem efetivado (Interlocutor 6)

O turismo nessa região ele não precisou ser desenvolvido, ele já teve um boom, aconteceu sozinho. Não precisa divulgar, ele vem sozinho. Uma pessoa que tenha redes sociais, como *Instagram* ou *Facebook* vê lá uma foto bonita, isso acontece muito em Arraial. Você vê que isso acontece com as novelas, passou uma cena de Arraial na novela, no dia seguinte o local está lotado (Interlocutor 7).

Ele acontece involuntariamente, porque é gestão de praia, mas como ele não é um Parque que tem um portão e aí você tem um controle de abrir ou fechá-lo para receber visitante, ele acontece, ele não vai parar. A tendência é piorar, ele está aí dia após dia, dia de semana, feriado, faça chuva ou faça sol, porque o pessoal vem de longe, então vai para a praia mesmo com chuva (interlocutor 10).

Dessa forma, a equipe gestora compreende o ordenamento do fenômeno do turismo de massa na região como um dos principais desafios para o uso público, porque tal dinâmica contribui para intensificar o uso desordenado e, segundo os relatos, dificulta o controle de fluxo, devido aos inúmeros atrativos utilizados simultaneamente, por um público volumoso.

Outra questão pontuada é que os próprios municípios com áreas inseridas no PECS não possuem infraestrutura suficiente para suportar tal demanda de visitação. Por isso, em altas temporadas, a prestação de serviços de abastecimento de água e fornecimento de luz, por exemplo, torna-se ineficiente, uma vez que o atendimento não comporta a necessidade de todos.

Vai chegar agora o verão e vai ser aquela lotação de sempre no Pontal do Atalaia, na Ilha do Japonês e Praia das Conchas. Vai parar tudo, as cidades em si não têm estrutura para receber, porque não é só a UC, as próprias cidades não têm estrutura para isso. Arraial do Cabo agora, por exemplo, não quer deixar ninguém entrar, eles querem implantar uma Taxa Ambiental, por veículo que entrar na cidade (Interlocutor 1).

As pessoas acabam usando de forma desordenada, desenfreada. É carro em duna, eu acho inclusive, tenho para mim, que depois do fogo, o uso público é

o que mais pressiona a UC. Até mais do que as invasões. Eu não sei, eu estou dizendo aqui de percepção, a gente não tem esse dado, mas eu acho (Interlocutor 2).

Como o turismo de massa demanda mais esforços da gestão, para reforçar o exercício de monitoramento dessas áreas, os vendedores ambulantes que utilizavam os atrativos como local de trabalho, antes mesmo da criação da UC, foram convidados a contribuir com tal ação.

Ocorre que, quando o Parque foi criado se tornou proibida a comercialização informal de produtos nos atrativos da região. Entretanto, alguns moradores contam que, os vendedores ambulantes demonstraram interesse em contribuir no processo e passaram a comunicar à gestão irregularidades presenciadas. Assim, eles se tornaram aliados da conservação e “olheiros” nas ações de fiscalização, como contrapartida à possibilidade de continuar com seus trabalhos no PECS.

(...) a gente tenta também envolver os ambulantes. Eles são de baixa renda, eles não têm escolaridade e eles vendem picolé ou um salgadinho há muito tempo. Foi daí que surgiu a ideia de levar para a gestão do Parque, para ver o que a gente pode fazer para eles serem nossos "olheiros". Os nossos olhos e ouvidos. E ficava um pouco de pega-ladrão. A gestão ia para um lado, falava que não podia ambulante, aí eles iam para o outro lado e vendiam (Interlocutor 6).

Como eu vou falar para aquele senhor que trabalha ali há 20 anos que não pode? Eles falam quando tem alguém com churrasqueira, com animais domésticos em determinada parte da Ilha, ajudam a fazer mutirão de limpeza pós-feriadão. Pós a temporada que eles trabalharam muito, quando conseguiram ganhar o dinheiro para pagar os dois aluguéis que estavam atrasados no inverno, talvez. Esse é um bom uso público sustentável. Já que você estava usando, o que você pode dar de contrapartida? Então, a gente acabou tendo essa ideia e eles toparam. Eles trabalham, mas eles ajudam também (Interlocutor 7).

Com relação à imagem divulgada sobre o PECS, os interlocutores da pesquisa sinalizam para a importância dos próprios veículos midiáticos locais que atribuem ênfase na repercussão de notícias negativas, contribuindo para a construção de uma imagem problemática do Parque. Muitas das vezes, essa está associada a incêndios, desmatamentos e às irregularidades fundiárias. Por essa razão, a equipe gestora explica que gostaria que as mídias realizassem reportagens sobre os projetos e eventos interessantes propostos pela UC para a sociedade e, não, sobre as tragédias e problemas que ali ocorrem.

A gente tenta celebrar aqui as agendas positivas, mas as pessoas só conhecem o Parque pelos aspectos negativos, da invasão, fogo e invasão. O Parque? Fogo e invasão. A gente bancou uma turma de condutores aqui, bancamos projetos positivos de educação ambiental, o Olho na Mata, então a

gente tenta trazer agenda positiva, mas é complicado. A própria sociedade rejeita, é essa a conclusão que a gente está chegando aqui. A mídia ela não quer fazer a mídia do curso de condutores, ela quer fazer a mídia da invasão (Interlocutor 2).

Embora o PECS apresente diversos desafios, a equipe gestora interpreta que o contexto de uso público na UC não é ruim. Isso porque, as ações de planejamento e manejo da visitação não diminuíram devido às dificuldades relacionadas à conjuntura estadual do Rio de Janeiro que passa por momentos de crise financeira e, também, ao cenário particular do Parque que constitui o único do estado que não recebe recursos de compensação ambiental há aproximadamente um ano.

Eu acho até que a gente está bem, porque o Estado está em crise, a gente está sem dinheiro e a gestão não está parando. Pelo contrário, não chega a ser exponencial, mas a gente está em uma crescente de atendimento e de empreendimento das atividades, mas é complicado (Interlocutor 2).

Assim, quando os interlocutores da pesquisa foram questionados sobre a projeção de ações futuras para o uso público do PECS, alguns ressaltaram a necessidade de, primeiro, se atingir o ordenamento das atividades já em curso para, posteriormente, se pensar em novos projetos para o fomento da visitação no PECS. Nesse sentido, uma moradora local considera que a prioridade de ação deveria ser a melhoria das infraestruturas existentes e a consolidação dos usos que já são realizados na UC.

Eu acho que o PECS precisa mais apaziguar os ânimos, para depois começar a pensar em coisas novas. Porque potencial tem, tem voo livre, tem trilhas fantásticas, tem mergulho, tem infindáveis coisas para fazer. Mas se eu não dou conta do que tem, como é que eu vou criar ainda mais? A estratégia é focar, deixar azeitado um local ou um município que seja e, inevitavelmente, seria Cabo Frio, porque é a sede (Interlocutor 6).

A equipe gestora concorda que o ordenamento da visitação deve ser o foco das próximas ações de uso público, tendo em vista a dificuldade de se controlar, em tempo integral, os usos que são estabelecidos no PECS. Sobre esse aspecto, uma interlocutora da pesquisa exemplifica que com a implantação do instrumento eco contador em áreas da UC, tem sido registrado a entrada de visitantes fora do horário de funcionamento do Parque.

O Parque não tem uma porta que fecha e você vai dormir. Pode acontecer alguma coisa durante a noite e você só vai conseguir resolver no outro dia, de manhã, para ver o estrago. O estacionamento das Conchas, por exemplo, não fecha. Eu não sei o que está acontecendo lá de madrugada. A gente bota

o eco contador e vê que está acontecendo alguma coisa. É bem complicado (interlocutora 3).

Com base na interpretação da dinâmica atual de uso público no PECS e da projeção para as ações futuras, que reflexões poderiam contribuir para delinear um movimento de *religare* com a natureza, no caso do PECS?

6.3 REFLEXÕES PARA O MOVIMENTO DE *RELIGARE* ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NO PECS

As narrativas dos atores institucionais entrevistados parecem avançar na reflexão de *religare* da sociedade com a natureza, uma vez que a própria equipe gestora compreende que a apropriação dos espaços do PECS pelo público constitui uma estratégia de fortalecimento da política de proteção da natureza.

Nesse sentido, as interpretações dos interlocutores não parecem apresentar a perspectiva criada, historicamente, de blindagem da natureza. Tendo em vista, principalmente, a compreensão da necessidade de divulgar a UC para que a sociedade possa conhecer, mais frequentemente, as suas áreas.

Nessa direção, o desenvolvimento do uso público parece se constituir em um desafio a ser equacionado, pois há, paralelamente, o sentido de escassez de recursos financeiros e humanos para estruturar o PECS para receber e atender às demandas dos visitantes.

Não adianta você fechar uma área se ninguém pode usufruir nem desfrutar daquilo ali, não faz sentido. Você está fechando para ninguém (...)
(Interlocutor 1).

É botar a unidade para fora, porque as pessoas também não conhecem a unidade. Então, o uso público talvez seja a grande salvação da unidade de conservação, mas não tem a menor infraestrutura para desenvolver
(Interlocutor 2).

Contudo, outros interlocutores institucionais compreendem que, embora o uso público seja um dos objetivos dos parques, esse compromisso ainda não foi incorporado como tal no planejamento e na gestão do PECS. Nesse sentido, o uso público parece representar, ainda, um objetivo secundário na dinâmica de gestão da UC.

Isso porque, segundo relatam alguns atores entrevistados, a equipe gestora do PECS recebe inúmeras demandas emergenciais com relação ao compromisso prioritário de conservação da biodiversidade, como no caso das queimadas, dos desflorestamentos e das

construções irregulares em locais com vegetação em estado de vulnerabilidade (as restingas principalmente). Assim, com os funcionários do PECS envolvidos no equacionamento de tais desafios cotidianos de manejo do território, o uso público não recebe a atenção necessária para o seu desenvolvimento.

Aqui, quais são as prioridades? Fogo, invasão, aí vem o resto, aí sim a gente pensa em uso público (Interlocutor 2).

(...) o uso público, infelizmente, ainda é, dentro da gestão, digamos que o patinho feio em termos de atenção. A prioridade número um é incêndio sempre, por motivos óbvios. Agride flora, fauna e também população do entorno. E invasão que é a grande ferida do Parque Estadual da Costa do Sol. Então, às vezes, era muito difícil, porque a gente fazia um planejamento e quando chegava na hora de executar tinha que mudar tudo, porque tinham surgido umas dessas prioridades (Interlocutor 3).

Como integrar o uso público na gestão do PECS? Porque eu acho que ele ainda é pensado fora da gestão. A gente esquece que uso público é objetivo da unidade. Infelizmente no PECS eu acho que a gente ainda não chegou à instância do uso público, porque aqui é muita demanda, é muita pressão, é muito público e é muita gente. Eu confesso que eu não queria estar na pele de um gestor desse parque. Você se expõe muito, o tempo inteiro (Interlocutor 5).

Contudo, o uso público do PECS parece se desenvolver espontaneamente, devido ao próprio interesse dos moradores do entorno e dos turistas que visitam a região e que desejam utilizar as áreas da UC para inúmeros objetivos. Entretanto, determinados usos estabelecidos nos espaços de natureza preservada do Parque não são ainda bem aceitos e inseridos nos debates como uma possibilidade também de apropriação da UC pela sociedade. Por exemplo, alguns interlocutores entrevistados relatam o próprio preconceito existente com o uso religioso, espiritual e ligado aos rituais místicos.

Uma vez era aniversário do PECS, estava cheio de resíduo sólido na Praia das Conchas de ritual religioso, mas o pessoal da limpeza não limpa, porque tem medo de chegar perto. Então eles não limpam e vão deixando. Esses parques que tem água, rio, mar, são mais chamativos para a religião afrodescendente. Isso reflete muito na época do Réveillon que você não precisa ser do Candomblé para jogar flores para Iemanjá. Todo mundo joga. No Parque tem muitas praias, então essa é uma data específica em que a gente percebe que não tem capacidade de controlar e receber aquela quantidade de material que vai para a água. E ficam muito resíduos sólidos que vão para dentro d'água e depois voltam. Uns dois dias assim (Interlocutor 1).

(...) tem o uso público religioso, é direito, não tem o que discutir. É claro que pode controlar o uso de velas e dos materiais utilizados, mas é esporte, é

lazer. Agora, em Búzios tem um pessoal fazendo um uso público espiritual que não é religioso, mas é espiritual. Então, têm vários outros tipos de usos pelo público que são ignorados. Não vai fazer o manejo, porque não está sendo obrigado a fazer (Interlocutor 5).

Outra reflexão importante na direção do movimento de *religare* entre sociedade e natureza se vincula ao fato de que as ações de repreensão de tais usos não são pedagógicas. Ao contrário, as normas proibitivas tendem a contribuir para o sentido de revolta dos visitantes contra a própria política de proteção da natureza, conforme exposto por uma interlocutora institucional.

Curiosamente, a placa quando ela tem a palavra não ela é mais depreciada do que uma placa pura e simplesmente informativa. A placa quando tem não ou símbolos de proibido, ela é mais depreciada, parece que causa mais revolta (Interlocutor 3).

Por outro lado, na direção do sentido de pertencimento ao PECS, os moradores expressam um vínculo afetivo de conexão com a UC. Esta afirmação ganha maior consistência quando se considera o engajamento da população do entorno nas ações de conservação das áreas do Parque. A partir da ligação afetiva estabelecida com a natureza local preservada, pode-se perceber na narrativa de alguns moradores que eles passam a exercer o papel de agentes de transformação das práticas em sociedade.

Quando a gente fala da importância da conservação e quando a gente fala para o turista que é uma unidade de conservação, ele já sente que o lugar é especial. Nas minhas atividades de trabalho com os turistas, eu falo das espécies exóticas, das espécies endêmicas, do formigueiro do litoral. Eles ficam encantados (Interlocutor 6).

Nós somos protetores do ambiente, nós somos protetores do PECS, a gente levanta a bandeira. A gente sai pegando um lixinho e outro. Vêm as crianças e falam: "toma, tia" e dão o lixo. É legal isso. Principalmente, com relação às crianças que estão tendo mais acesso à educação ambiental (Interlocutor 7).

Nós como moradores fazemos o trabalho de educação ambiental. Não é de uma vez só, mas se você comparar a Ilha do Japonês, por exemplo, em 2011, com hoje, aqueles carros estacionados dentro da área de manguezal, já não têm mais. É impossível mudar tudo, principalmente porque a área é grande e é um trabalho de pouco em pouco mesmo (Interlocutor 9).

Ainda com relação às iniciativas de engajamento dos moradores no processo de conservação do PECS, na interpretação dos interlocutores da pesquisa, o turista representa um ator social que tende a degradar de forma mais marcante o patrimônio natural do que os moradores locais. Essa perspectiva se tornou ainda mais clara na expressão utilizada por um

dos moradores, quando esse menciona ser o Parque um “verdadeiro paraíso”, quando não há a presença de turistas, conforme registrado no depoimento a seguir.

Eu falo para o turista não jogar lixo, porque quem traz o lixo não é o morador, é o turista. Eles falam: "mas aquela praia está cheia de lixo". Eu respondo logo: "então foi você como um todo, turista". Não foi o cara que aproveita essa praia quando ela está vazia, quando ela está um verdadeiro paraíso (Interlocutor 6).

O turismo de qualidade é aquele que respeita a comunidade local e não aquele que vem para cá e faz baderna, acham que estão não sei aonde, mas não em um local turístico. E aquele pessoal que não respeita os nossos atrativos naturais. Isso é o que eu não gosto nesses turistas e eu falo mesmo. Eu sou uma das melhores agências que tem no mercado, mas eu sei também pôr limites nisso. Saber que eles estão visitando o nosso local, então respeitem as regras. E tem alguns que são abusados, tanto no Parque quanto nos guiamentos particulares que eu estava fazendo (Interlocutor 7).

É interessante notar também nesse contexto, a percepção do PECS como uma UC que não é isolada e, por isso, é enfatizada a necessidade de se proteger a região como um todo, tendo em vista que outras áreas vulneráveis não foram inseridas nos limites do Parque, na época de sua criação e, também, que a diversidade biológica dos municípios envolvidos é interdependente. Assim, há a compreensão de que não podem ser conservados somente alguns fragmentos territoriais que foram contemplados pela política de conservação da natureza.

Uma vez mais, as ações de transformação das práticas usuais aparecem na narrativa de um morador que realiza educação e interpretação ambiental com alunos das escolas municipais do entorno.

Eu gosto muito de fazer trabalho voluntário. Então, eu convido umas escolas para fazer as trilhas ecológicas e entrar em contato com o ambiente. Na hora de sair, a gente distribui saco de lixo, todo mundo vai catando. A gente vai contaminando, não é só ir para tirar foto legal. Um pega, outro pega. É claro que você tem que começar. Se deixar, o pessoal se empolga e entra no meio do mato para pegar lixo, aí a gente fala que não, é só por onde for passando mesmo. É a ação, não precisa entrar e pegar aquela garrafinha que está no meio do cacto. Pega as que estão mais perto. No final, a gente tem um retorno bacana. Uma missão cumprida, a missão do dia (Interlocutor 7).

A gente vai educando os nossos turistas aqui e os nossos visitantes dentro do Parque. Aqui também, porque por mais que o Parque seja fragmentado, ele está dentro de um atrativo enorme e que tem outros remanescentes de Mata Atlântica associados. Então é importante que se preserve algumas localidades específicas, mas é o ecossistema inteiro. Então, não tem como separar, a gente vai protegendo tudo (Interlocutor 8).

Sobre eventuais ações de cunho pedagógico, são propostas algumas iniciativas com os prestadores de serviços turísticos no entorno do PECS, cujas práticas são compreendidas como insustentáveis por alguns moradores e, também, por alguns atores institucionais. Por essa perspectiva, a sensibilização dos representantes do setor turístico da região pode contribuir positivamente para a mudança do comportamento dos próprios turistas que contratam tais serviços.

Então é mostrar para os interessados, seja setor turístico e hoteleiro e para essas pessoas que existem outras formas de você se beneficiar com aquilo ali. E para os visitantes é a questão, está vindo uma vez, provavelmente, você vai querer vir a terceira, a décima, você vai querer trazer os seus filhos. E a gente tem mais do que exemplos no Brasil e em outros lugares do mundo que o turismo de massa, ele não é sustentável, ele não segura muito tempo aquilo ali (Interlocutor 3).

A importância de sensibilizar os envolvidos na economia do entorno do PECS se vincula, também, a necessidade de se ampliar o conhecimento local sobre a existência do Parque. Isso porque, muitos moradores desconhecem a existência da UC e muitos turistas que planejam passar longos períodos na região não tiveram acesso sequer às informações sobre a restrição de uso nas praias, por exemplo. Esse contexto, muitas das vezes tem, por consequência, a frustração do visitante que não escolheu visitar um local com normas de utilização do território.

Pelas razões mencionadas, alguns interlocutores institucionais entrevistados apontam para a divulgação da UC como estratégia central para que o PECS tenha mais visibilidade na região e para que os visitantes tenham a informação de que estão se dirigindo a uma área protegida, antes mesmo da chegada aos atrativos.

Outra questão que deve ser repensada se refere ao público de turistas que estabelecem a prática de veraneio ou mantêm uma segunda residência na região há muitos anos e que estão habituados a estabelecer usos que passaram a ser restringidos. Assim como os moradores podem apresentar resistência à criação da UC, também há turistas que resistem a modificar suas práticas, conforme interpretado pela equipe gestora em alguns trechos das entrevistas realizadas, sistematizados a seguir.

No PECS, as pessoas não vêm para o Parque. Elas vêm para tomar banho de mar. Você tem áreas de uso intenso consolidado, como Praia das Conchas, Ilha do Japonês, Pontal do Atalaia e Azeda. As pessoas vão lá há setenta, oitenta anos. Elas não vão para o Parque, elas já frequentam as praias há muitos anos. Então como é que você vai dizer para o cara que ele não pode entrar com vidro, não pode entrar com churrasco, não pode entrar com

cachorro, se ele já faz isso há esse tempo todo? Como dizer que agora é parque? (Interlocutor 2).

O que vai levar o Parque para frente, o que vai divulgar o Parque e tornar o Parque conhecido é imagem, site e estar com os parceiros regionais divulgando. Era angustiante ver fotos e mais fotos: “Azeda e Azedinha, vem, o paraíso é aqui” e nada do PECS. Uma das primeiras coisas que eu fiz quando cheguei para trabalhar com o PECS, para tentar entender, foi entrar nos sites das Secretarias de Turismo e Meio Ambiente. Só a de São Pedro d'Aldeia falava que a Serra de Sapiatiba era Parque Estadual. E contraditoriamente é o fragmento que menos tem uso público, ou seja, que menos precisaria estar informando (Interlocutor 3).

É diferente de quando a gente fala de Ilha Grande ou Fernando de Noronha que todo mundo já sabe que é uma UC. Todo mundo já entende, mas aqui não. A gente tem que aproveitar esse *link* que é uma UC, um Parque Estadual, para trabalhar essas informações. A gente geralmente pergunta se é turista ou morador, quando a gente aborda os visitantes nos fragmentos do Parque. A gente fala que é monitor do Parque Estadual da Costa do Sol, a gente pergunta se já ouviu falar, conta que é uma UC ambiental que compreende as áreas de Saquarema até Búzios. Quando a gente vê uma garrafa de vidro, a gente faz todo esse discurso de introdução, antes de falar que não pode. A gente faz toda uma explicação para chegar no ponto de que tem determinadas regras nessas áreas, mas as pessoas tinham que saber disso antes de chegar aqui (Interlocutor 5).

Uma proposta interessante para casos em que, a demanda de uso das áreas do PECS não estiver em sintonia com as diretrizes normativas do SNUC (BRASIL, 2000), pode ser oferecer alternativas, em termos de atividades que são admitidas no Parque, conforme exemplificam os interlocutores institucionais.

O não de vez em quando é necessário, mas tem que ter um “olha, pode isso aqui”. Não dá para andar de *Jeep* aqui, não dá para andar de 4x4 no Morro do Caixão, mas tem essa opção e aí você dá uma opção para a pessoa. Vamos fazer um calendário de outras atividades que podem ser realizadas. Tem que ter uma coisa revertida, não pode só dizer não, porque se você faz isso, o visitante não volta (Interlocutor 3).

O PECS tem horário de funcionamento até 17h no horário comum e 18h no horário de verão, mas por aqui faz uma lua maravilhosa. Teve uma lua em que o pessoal foi para o Morro do Caixão que assim, é uma coisa de louco. Não vai? Não, vamos conversar, vamos dialogar. Vamos organizar. Eu acho que é a tendência do mundo, é muita gente no mundo para dizer não ou sim definitivo. Porque o sim também torna a coisa muito permissiva. Então é o equilíbrio (Interlocutor 5).

Assim, a partir das leituras e reflexões sistematizadas por essa pesquisa, parece possível afirmar que o uso público no PECS, ainda, é considerado como incipiente, porém se reconhece o grande potencial para o seu desenvolvimento. Um aspecto importante

identificado nesse contexto é o claro engajamento de alguns moradores para a conservação da natureza, motivado, principalmente, pelo vínculo afetivo de pertencimento à região. Essa afirmação se torna ainda mais clara nos trechos das entrevistas analisadas, nos quais os turistas são sinalizados como os “de fora”.

Desse modo, embora o parque investigado tenha potencial para o desenvolvimento de novos programas e projetos de uso público, os interlocutores da pesquisa parecem compreender que a ação prioritária, atualmente, constitui o ordenamento dos usos já estabelecidos pela sociedade nas áreas da UC. Isso porque, no PECS não é necessário se promover atividades para incrementar a visitação, uma vez que os seus atrativos são, recorrentemente, procurados como uma opção de lazer e, o turismo, já está consolidado na região. Contudo, a atividade turística local não é a desejada pelos moradores e pela equipe gestora do PECS, pois se caracteriza como um turismo de massa e, também, sazonal.

Com base no exercício de escuta dos três grupos focais da pesquisa e da análise realizada, pode-se perceber avanços no sentido de abertura dos parques ao público, nas narrativas dos atores institucionais. E, do movimento de religação com a natureza, principalmente, pelos moradores que realizam ações de educação e interpretação ambiental na UC e se mostram preocupados com a proteção da diversidade biológica e, também, das paisagens cênicas locais.

Entretanto, vale ressaltar a limitação da pesquisa que se dirigiu aos moradores que frequentam o Conselho Consultivo e que participam dos debates sobre uso público. Nesse sentido, esse grupo não necessariamente representa a realidade local, posto, principalmente, que a grande parte da população do entorno desconhece a criação do PECS na região, conforme foi sinalizado nas entrevistas.

Com relação ao grupo de turistas pesquisado, é interessante notar o sentido de natureza preservada associada à região. Todavia, o turismo ainda está desordenado e, muitas das vezes, não se mostra adequado à realidade de uma unidade de conservação.

Assim, a partir das discussões propostas por esta dissertação, quais conclusões podem ser realizadas e quais foram as limitações da pesquisa?

7 RELIGANDO CAMINHOS PARA DESPERTAR O SENTIDO DE PERTENCIMENTO À NATUREZA

“Somos seres de relação: o ser humano surge para o encontro consigo mesmo, com o outro e com a natureza” (BOFF, 1995).

A histórica cisão entre sociedade e natureza que tem como consequência o isolamento do ser humano de sua própria espécie, tem representado um dos principais desafios enfrentados, na atualidade, pela sociedade contemporânea, pois coloca em risco, sobretudo, a diversidade das formas de vida no *Planeta Terra*. Nesse contexto, a implementação de políticas públicas de proteção da natureza tem buscado um direcionamento no sentido de equacionar algumas questões que envolvem esta importante faceta da crise civilizatória. Dentre tais políticas, a criação e a gestão de áreas protegidas constitui a principal estratégia adotada em âmbito internacional e, também, no Brasil para a conservação da diversidade biológica.

Partindo desta perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo interpretar a dinâmica de uso público no Parque Estadual da Costa do Sol, no Estado do Rio de Janeiro, buscando compreender como a relação entre sociedade e natureza se expressa nesse contexto. Para cumprir com este propósito foi adotado como principal eixo da fundamentação teórica o movimento desejado do *religare* entre sociedade e natureza discutido, principalmente, por Morin (1995).

Assim, a problemática que envolve o *desligare* entre sociedade e natureza foi abordada nesta dissertação como ponto de partida para se pensar os conflitos decorrentes da perspectiva, historicamente construída, de blindagem da natureza contra a presença humana, no caso das áreas protegidas e, no caso especial, da categoria de manejo parque. Com esse viés, a discussão do referencial teórico selecionado para ancorar a investigação possibilitou compreender que as atividades de visita aos parques podem se constituir em importantes estratégias pedagógicas para a reflexão acerca das práticas estabelecidas para a gestão destas áreas na relação com a sociedade, conforme discutido por Vallejo (2015) e também por Irving (2018a) que estão na inspiração deste argumento, no caso brasileiro.

Contudo, no decorrer da pesquisa foi possível reconhecer que os modelos “ultrarrestitivos” de gestão e de fiscalização do uso público em parques tendem a coibir a própria possibilidade de encantamento pela natureza, central para que a sociedade se mobilize para a sua proteção. Assim, parece fundamental que sejam incentivadas vivências que possam contribuir para o estabelecimento de percepções, sentimentos, impressões corporais,

memórias afetivas e trocas de experiências com a natureza e com o próprio sentido de reencontro, também, com outros seres humanos, segundo proposto pelas perspectivas teóricas de Moscovici (2007) e Mendonça (2017).

A inclusão destas leituras no debate em foco contribuiu para ampliar a compreensão sobre a complexidade que envolve a produção de subjetividades sobre a natureza que, podem ser influenciadas, positivamente, pelo exercício de atividades lúdicas e dinâmicas propostas pela gestão dos parques. Nesse sentido, as ações de sensibilização ambiental podem resultar também, em rebatimentos diretos nos modos como o visitante interage com o ambiente, ao retornar para o seu cotidiano.

A primeira hipótese que orientou este percurso investigativo, portanto, decorreu de uma leitura dos parques como *locus* privilegiados para a reflexão sobre a relação entre sociedade e natureza, buscando interpretar o visitante da área protegida como um agente de transformação dos modos de vida em sociedade. Dentre outras razões, porque os parques parecem possibilitar o sentido de bem-estar ao ser humano que pode despertar para o sentido de pertencimento à natureza.

A segunda hipótese, por sua vez, decorreu do pressuposto de que os desafios para a gestão e o manejo do uso público podem dificultar a apropriação das áreas protegidas pela sociedade. Tendo em vista, principalmente, que os encontros para o ordenamento dessa prática, levam a gestão da unidade de conservação a investir em iniciativas de controle da quantidade de visitantes (capacidade de carga) e de fiscalização nos atrativos da área protegida. Nesse sentido, o foco da gestão tende a não estar centrado nas iniciativas para a sensibilização dos visitantes, o que, por conseguinte, dificulta o próprio sentido de reencantamento pela natureza.

Para investigar o conteúdo dessas hipóteses, o levantamento e a análise documental realizados contribuíram para identificar que a perspectiva de conservação “intramuros” ainda é frequente nas diretrizes para o uso público em unidades de conservação. Isso porque, são priorizadas as ações de controle das práticas dos visitantes nos parques. E, por outro lado, são ainda definidas poucas ações dirigidas, efetivamente, ao incentivo de engajamento da sociedade no movimento de conservação da natureza. Desse modo, a lacuna de estratégias que possam fundamentar a inserção social nas atividades de conservação dos parques, parece representar uma limitação para se avançar na interpretação do uso público como uma possibilidade real de reconexão com a natureza.

Outro passo importante para verificar as hipóteses propostas foi a escolha do Parque Estadual da Costa do Sol como Estudo de Caso para a pesquisa. Isso porque, a inserção no

campo trouxe pistas importantes com relação ao tema. Pela análise realizada, foi possível caracterizar a dinâmica atual de visitação nesta área protegida e, principalmente, compreender os desafios enfrentados para a sua efetivação. Assim, tensões que envolvem o manejo do território foram identificadas na inserção no campo, em função das queimadas, do desmatamento e das construções irregulares, por exemplo, que se tornam prioridades de ação da gestão do Parque. E, por consequência, dificultam a priorização da efetivação do uso público que, frequentemente, torna-se um tema secundário a ser abordado nesse contexto.

Desse modo, a pesquisa realizada pareceu confirmar que os desafios enfrentados no cotidiano da gestão dos parques tendem a dificultar o próprio processo de sensibilização da sociedade para a importância das áreas protegidas, uma vez que as equipes de gestão não têm disponibilidade para fomentar o processo. Sendo assim, a investigação ilustrou um caso no qual a dimensão dos desafios para a gestão de uma unidade de conservação se reflete diretamente na dificuldade de ordenamento do uso público e, também, no tempo limitado destinado ao planejamento e ao desenvolvimento de novas atividades que possam estimular o interesse da sociedade pelos parques.

Mas apesar de todos os problemas identificados para desenvolver muitos dos usos do PECS, a pesquisa realizada parece indicar condições favoráveis para que se possa promover, no âmbito do Parque, futuramente, o sentido de pertencimento à natureza. E, esta possibilidade poderia ser melhor delineada se o uso público se tornasse, também, foco prioritário da gestão da área protegida.

Como resposta ao objetivo da pesquisa, é possível afirmar que a dinâmica de uso público no PECS é ainda incipiente para que se possa construir um movimento de religação da sociedade local com a natureza preservada, representada pelo Parque. Isso porque, as atividades de uso público, não estão sendo pensadas na direção de despertar o encantamento do visitante pela natureza protegida, por meio de experiências e vivências afetivas.

Entretanto, é necessário reconhecer que o uso público do Parque vem possibilitando avanços na internalização dos interesses dos visitantes no processo de gestão, por meio da diversificação das propostas de atividades abertas ao público. Outra questão que não se pode negligenciar nesta análise é que a gestão planeja projetos dirigidos não somente ao público de turistas, mas também à população do entorno.

Nesse sentido, as reflexões sobre o caso estudado levam a compreender que parece haver um movimento de valorização e apropriação do Parque pelos atores locais. Este sentido se reflete no trabalho de voluntariado e engajamento nas atividades de conservação da biodiversidade que já ocorrem no local ainda que de forma inicial. Entretanto, com relação

aos turistas, não é possível ainda identificar a mesma tendência, uma vez que estes atores vivenciam a localidade, em altas temporadas e por tempo limitado o que dificulta a ação pedagógica a eles dirigida.

No que tange a metodologia adotada nesta dissertação, algumas limitações da pesquisa foram também evidenciadas. Uma delas está relacionada à própria estratégia de escolha dos atores institucionais e moradores do entorno do PECS para serem entrevistados, estes já estavam familiarizados com os debates sobre o Parque. Sendo assim, há de se reconhecer que o recorte, nesse caso, se limitou a um grupo seletivo que conhece a UC e vivencia os seus problemas no cotidiano da gestão. É também fundamental enfatizar que, grande parte da população do entorno desconhece a existência do PECS na região e a sua percepção a respeito seria também essencial para avaliar a dinâmica de uso público.

Outra limitação da pesquisa foi a impossibilidade de acompanhar todas as reuniões propostas pela gestão do PECS, entre 2016 e 2017, devido à demanda por deslocamentos, haja vista a distância entre as áreas de inserção do Parque. Esta impossibilidade decorreu do limite de dois anos para o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado e, também, em função de não haver recursos adicionais para tal, além da própria bolsa de estudos. Assim, a experiência da dissertação mostrou que uma pesquisa social requer grandes esforços e elevados recursos que, por sua vez, são limitados no dia a dia da pesquisa.

É importante mencionar também que o estudo realizado inspirou inúmeras outras questões que poderão ser aprofundadas em pesquisas futuras. Que ações poderiam ser desenvolvidas no sentido de engajar a população local no processo de conservação da natureza? Que atividades lúdicas poderiam ser desenvolvidas com sentido pedagógico no Parque? Como consolidar o sentido de pertencimento à natureza em uma unidade de conservação fragmentada territorialmente e sobreposta a inúmeras outras categorias de manejo de unidades de conservação de difícil compreensão para o cidadão comum?

Com alguns questionamentos que permanecem ainda sem respostas, esta dissertação não trouxe conclusões, mas procurou contribuir para o avanço sobre a reflexão dirigida ao uso público no Parque Estadual da Costa do Sol e, também, buscou ser fonte de inspiração para se pensar os desafios para que seja possível a apropriação dos parques pela sociedade, no Brasil. Este se configurou também como um caminho de encantamento da pesquisadora pelo objeto de pesquisa e, futuramente, pode representar uma direção de esperança para o movimento do *reiligare* da sociedade com a natureza, mas também com outros seres humanos, reestabelecendo o verdadeiro sentido do *Planeta Terra* como uma morada comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **Ambiente & Sociedade**. v. 2, nº 5, p. 79-93, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 226 p. Lisboa, 1978.

BATISTELA, A. C.; BONETI, L. A relação homem/natureza no pensamento moderno. **Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**, nº 8. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. p. 1099- 1116. Paraná, 2008.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Editora Vozes, Petrópolis. 2003.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. FGV Editora. 2006.
BOEIRA, S. L. Crise civilizatória & ambientalismo transetorial. **Revista de Ciências Humanas**. V. 16, nº 23. p. 71-102. Florianópolis, 1998.

BOFF, L. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. Ática. São Paulo, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 19 de jan. de 2018.

_____. Lei nº 7661, de 16 de maio de 1988. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de maio de 1988a. Seção 1, p. 8633.

_____. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, 2000.

_____. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais**. Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBio). Brasília, 2011.

BROCKINGTON, D. **Injustice and conservation: is local support necessary for sustainable protected areas?** 2006.

CHAGAS, R. R. D. **O potencial dos espaços públicos de Aracaju (SE) como locais de desenvolvimento de práticas em Ecologia: sugestões e aplicação**. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Biologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2005.

CORRÊA, W. B.; FONTENELLE, T. H. O Parque Estadual da Costa do Sol: contextualização e críticas ao processo de instituição. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, nº4, p.1150-1160, 2012.

_____. Processo de ocupação da zona costeira: Ecoresorts e Gerenciamento Costeiro do Meso Compartimento Cabo Frio - Cabo Búzios, Litoral do Rio de Janeiro. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN: 978-85-99907-02-3.

COZZOLINO, L. F.; IRVING, M. A. Avaliação de Gestão em Unidades de Conservação: Um caminho teórico e metodológico possível a partir da ótica da governança. **Anais do I SAPIS**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CRONON, W. *The Trouble with Wilderness: or Getting Back to the Wrong Nature*. In: CRONON, W. **Uncommon Ground. Rethinking the Human Place in Nature**. Nova Iorque, 1995.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. (Org.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP, 2001.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 3ª Ed. 1996.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (Org.) **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília: Edições Câmaras, p.341-385, 2010.

EAGLES, P. F. J.; BOWMAN, M. E.; CHANG-HUNG, T; STABLER, M. **Guidelines for Tourism in Parks and Protected Areas of East Asia**. University of Waterloo. Canadá, 2001.

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

FERRAZ, J. M. G.; MARQUES, J. F. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Embrapa meio ambiente: Jaguariúna, São Paulo. 2003.

GODOY, A. O modelo de natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 4., nº 14, p. 129-138, 2000. Disponível em: <<http://hidro.ufcg.edu.br/twiki/pub/CienciasdoAmbienteSelma/MATERIALDADISCIPLINA/PRESERVAONATUREZA.pdf>>. Acesso em: 28 de nov. de 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. São Paulo: Papirus, 1990.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 2ª Ed. Campinas, São Paulo: Papirus. 1995.

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. *On the Concept of Snowball Sampling*. **Sociological Methodology**, v. 41, n. 1, p. 367-371, 2011.

IRIAS, F. D. A dicotomia sociedade-natureza: a crise de percepção no espaço moderno. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo. p.7019-7043. 2005.

IRVING, M. A. **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Aquarius. 2006.

_____; GIULIANI, G. M.; LOUREIRO, C. F. B. Natureza e Sociedade: Desmistificando mitos para a gestão de áreas protegidas. *In*: IRVING, M. A.; GIULIANI, G.M.; LOUREIRO, C.F.B. (org.) **Parques Estaduais do Rio de Janeiro**: construindo novas práticas para a gestão. São Carlos: RIMA, 2008.

_____. **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? *Sinais Sociais*. v. 4, n. 12, p. 122-147, 2010.

_____; CORRÊA, F. V. ZARATTINI, A. C.; CONTI, B. R. Parques Nacionais do Rio de Janeiro: paradoxos, contexto e desafios para a gestão social da biodiversidade. *In*: IRVING, M. A.; CORRÊA, F. V.; ZARATTINI, A. C. **Parques Nacionais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Folio Digital. 280 p. 2013.

_____. Áreas protegidas, inclusão, pertencimento e políticas públicas: Construindo uma nova ética para a conservação da biodiversidade no Brasil. *In*: PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FLORIT, L. **Ética socioambiental**. 2018a. ISBN: 9788520451380 (*No prelo*).

_____. (Eco) turismo em áreas protegidas? Paradoxos, idiosincrasias e potencialidades no caso brasileiro. *In*: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (Orgs.) **Turismo**: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio/Letra Imagem, 2018b.

KESSELRING, T. **O conceito de natureza na história do pensamento Ocidental**. *Episteme*, Porto Alegre, nº 11, p. 153-172, 2000.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Tese de Doutorado em Engenharia Florestal. Universidade de São Carlos. São Carlos, 1999.

MAISONNEUVE, J. **Introdução à Psicossociologia**. São Paulo: Nacional & EDUSP, 1977.

MELO, G. M. **A leitura da gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais**: os Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MENDONÇA, R. **Atividades em áreas naturais**. *Ecofuturo*. 2ª Ed. São Paulo, 2017.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Série Biodiversidade, nº 1. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf> Acesso em: 22 de jan. de 2018.

_____. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA** Diretoria de Educação Ambiental, Ministério da Educação. 3ª Ed. Brasília, 2005a.

_____. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília, 2005b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbs_dap/_arquivos/diagnostico_da_visitacao_em_parques> Acesso em: 22 de Jan. de 2018.

_____. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Série Áreas Protegidas. Brasília, 2006. ISBN 85-7738-021-1. <Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf> Acesso em: 22. de jan. de 2018.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. A.; GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. nº 9. Bahia, 2004.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Lisboa: Europa-América, 1973.

_____; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Paris: Seuil, 1995.

MOSCOVICI, S. *La société contre nature*. Collection 10-18. Paris: Union générale d'éditions, 1972.

_____. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia, 2007.

MTUR - Ministério do Turismo. **Turismo de Sol e Praia: orientações básicas**. 2ª Ed. Brasília, 2010.

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. **Revista Documenta**. Ano IV, nº 07. Rio de Janeiro, 1996.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NICOLESCU, B. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã: contribuições dos princípios geográficos. **Boletim Geográfico**. v. 26/27, nº1, p.25-37. Maringá, 2009.

OLIVEIRA, M. P.; FERREIRA, E.; RIBEIRO, M.; SOUZA, J; RICHTER, M. Perfil, percepção e opinião dos visitantes do Parque Nacional do Itatiaia (RJ) em períodos de maior demanda. *In*: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. S.; MONTEZUMA, R. C. M. (Org.) **Uso público em unidades de conservação**. UFF, p. 204-220, 2015.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. 24ª ed. São Paulo: Editora ATICA, 2001.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PERONDI, M. A. Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: novos atributos a multifuncionalidade. **II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)**. Campinas, 2004.

PIMENTEL, D.S.; MAGRO, T. C. Múltiplos olhares, muitas imagens: o manejo de parques com base na complexidade social. **GEOgraphia**. Universidade Federal Fluminense. v. 2011, p. 92 – 113. 2012.

PIMENTEL, D. S. Parcerias para a Gestão do uso público em parques. *In*: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. de S.; MONTEZUMA, R. de C. M. (Org.) **Uso público em unidades de conservação**. UFF, p. 21-29. Niterói, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 1998.

PRATES, A. P. L.; IRVING, M. A. Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às Metas de Aichi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. p.28-57. 2015.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva. 2005.

RATTNER, H. Comércio e desenvolvimento nas sociedades contemporâneas. **Revista Politécnica**. Universidade de São Paulo. p.212-123. São Paulo, 1994.

REIS, A. C. F. Diversidade Cultural e Biodiversidade - Patrimônios interdependentes e pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável. **II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)**. Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2006.

RIO DE JANEIRO. **Manual de sinalização de Parques e Reservas do Rio de Janeiro**. Instituto Estadual do Ambiente. Unidesign, 2009.

_____. **Diretrizes para o uso público nos parques estaduais do Rio de Janeiro.** Decreto Nº 42.483, 2010a.

_____. **Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro:** passaporte para o desenvolvimento do Estado. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010b. ISBN: 978-85-62963-01-8.

_____. Decreto Estadual nº 42.929, de 18 de abril de 2011. **Cria o Parque Estadual da Costa do Sol e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2011. Parte I, p. 1.

_____. **Manejo da visitação em áreas naturais:** conceitos para planejamento. CBME, 2013.

_____. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.** Metalivros, 2015.

RODRIGUES, C. G. **O uso público nos parques nacionais:** a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. (Tese de Doutorado) Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

ROLLA, F. G. **Ética ambiental:** principais perspectivas teóricas e a relação homem-natureza. Monografia de Graduação. Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SÁ, C. P. Sobre a fundamentação psicológica da psicologia social e suas implicações para a educação. **Fórum Educ.** p. 23-44. Rio de Janeiro, 1984.

SANTOS, J. S.; CARVALHO, M. C. M. H. Turismo em parques nacionais brasileiros: conhecer para conservar. In: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. S.; MONTEZUMA, R. C. M. (Org). **Uso público em unidades de conservação.** UFF, p. 188-194. Niterói, 2015.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, v. 2, n. 2. 40 p. Curitiba, 2004.

TAVARES, F. IRVING, M. A. “Sustentabilidade líquida”: ressignificando as relações entre natureza, capital e consumo em tempos de fluidez. **Revista Espaço Acadêmico.** nº 151, 2013.
THOMAS, K. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Cia de Bolso, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TSCHOKE, A.; MARANHO, M.; RECHIA, S. Espaço público de esporte e lazer: o espaço do (des) encontro Parque Verde do Mondego. **Revista Brasileira de Gestão Urbana.** Itajaí: UNIVALI. 2010.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Anais Uso Público em Unidades de Conservação**. 2013.

_____. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *In*: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. de S.; MONTEZUMA, R. C. M. (Org). **Uso público em unidades de conservação**. UFF, p. 9-20. Niterói, 2015.

VASCONCELOS, E. M. **Pós-modernidade, complexidade e estratégias epistemológicas para práticas interdisciplinares e interparadigmáticas**. Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar Epistemologia e Metodologia Comparativa. Petrópolis: Vozes, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Passaporte para a observação de aves em Parques Estaduais do Rio de Janeiro.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 2: Registro fotográfico da sede do Parque Estadual da Costa do Sol, no município de Cabo Frio.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 3: Registro fotográfico da subsede do Parque Estadual da Costa do Sol, em Praia Seca, distrito do município de Araruama.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 4: Registros fotográficos da capacidade de carga para veículos motorizados no atrativo Ilha do Japonês, no município de Cabo Frio.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 5: Registros fotográficos da sinalização interpretativa no atrativo Pontal do Atalaia, no município de Arraial do Cabo.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 6: Roteiro de entrevista dirigida aos atores institucionais.

Identificação dos entrevistados

Data e local de realização da entrevista:

Idade e gênero:

Profissão:

Duração da entrevista:

1º Roteiro de entrevista

- O que significa uso público de áreas protegidas para você?
- Como funciona hoje a dinâmica de uso público no Parque Estadual da Costa do Sol?
- Como você descreveria o fluxo de visitantes no Parque?
- Quais são as dificuldades de manejo do uso público no Parque?
- Como são pensadas as ações de planejamento do uso público no Parque? Estas ações visam à integração entre sociedade e natureza? De que modo?
- Com relação ao cenário de sobreposição de áreas protegidas, como as diferentes gestões se articulam?
- Na sua visão, a unidade de conservação pode inspirar novos comportamentos da sociedade, no sentido de favorecer a proteção da natureza?
- Por quais vias, seria possível tornar o visitante um aliado das políticas de proteção da natureza?

APÊNDICE 7: Roteiro de entrevista dirigida aos turistas da região.

Identificação dos entrevistados

Data e local de realização da entrevista:

Idade e gênero:

Profissão:

Duração da entrevista:

2º Roteiro de entrevista

- O que te motivou a visitar a região? Esta é a primeira visita? Você gostaria de retornar? Se sim, qual aspecto que lhe faz querer retornar?
- Quais atrações você já visitou na região? Qual você mais gostou?
- Para você, quais seriam os pontos positivos e negativos da região?
- Você já ouviu falar em unidades de conservação? Quais são as informações que você tem sobre o Parque Estadual da Costa do Sol?
- Para você, o que significa a natureza preservada?

APÊNDICE 8: Roteiro de entrevista dirigida aos moradores do entorno do Parque Estadual da Costa do Sol.

Identificação dos entrevistados

Data e local de realização da entrevista:

Idade e gênero:

Profissão:

Duração da entrevista:

3º Roteiro de entrevista

- O que significa uso público de áreas protegidas para você?
- O que o Parque Estadual da Costa do Sol representa para você? Quais imagens você associa ao Parque?
- No entorno de qual setor do Parque você mora?
- Você conhece todos os setores do Parque? Quais são os atrativos que você já visitou?
- Como é o fluxo de visitação no Parque?
- Quais são os benefícios e os desafios de morar no entorno do Parque?
- Você já participou de algum programa ou projeto de uso público no Parque? Qual? Como foi a experiência?

APÊNDICE 9: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pesquisa.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**INTERPRETANDO O USO PÚBLICO PELA LENTE DO *RELIGARE* ENTRE
SOCIEDADE E NATUREZA:
O CASO DO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (RJ)**

Programa EICOS - IP- UFRJ

Coordenadora da pesquisa: Prof.^a Dra. Marta de Azevedo Irving

Endereço: Instituto de Psicologia da UFRJ - Pavilhão Newton Campos
Av. Pasteur, 250 - Praia Vermelha, Rio de Janeiro, Brasil. CEP 22290-240

Tel: (21) 3873-5349 **E-mail:** secretariaeicos@psicologia.ufrj.br

Pesquisadora: Yasmin Xavier Guimarães Nasri

Tel:(22) 99822-8043 **E-mail:** yasmin.nasri@hotmail.com

O Sr.(a) está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa de dissertação que será defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para o grau de mestre. Essa pesquisa tem como objetivo, interpretar o contexto da dinâmica de uso público no Parque Estadual da Costa do Sol, por meio das diferentes leituras dos atores sociais envolvidos com a unidade de conservação.

Para participar deste estudo não haverá nenhum custo, nem se receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é

voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será divulgado sem a sua autorização. Essa entrevista será gravada e/ou registrada por escrito e por fotografia.

Esse projeto não apresenta nenhum risco para você a não ser o tempo dispensado em responder a entrevista. Esse projeto não trará benefícios diretos a você, mas uma vez que concluído estará à sua disposição. Pretendemos também disponibilizar os dados obtidos através de artigo científico publicado no período 2017-2020 e também durante eventos acadêmicos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na UFRJ e a outra será fornecida a você.

Eu, _____ portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Interpretando o uso público pela lente do *religare* entre sociedade e natureza: o caso do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ)”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2017.

Nome	Assinatura	Participante	Data
Nome	Assinatura	Pesquisador	Data
Nome	Assinatura	Testemunha	Data

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Programa Eicos - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Endereço: Instituto de Psicologia da UFRJ - Pavilhão Newton Campos.

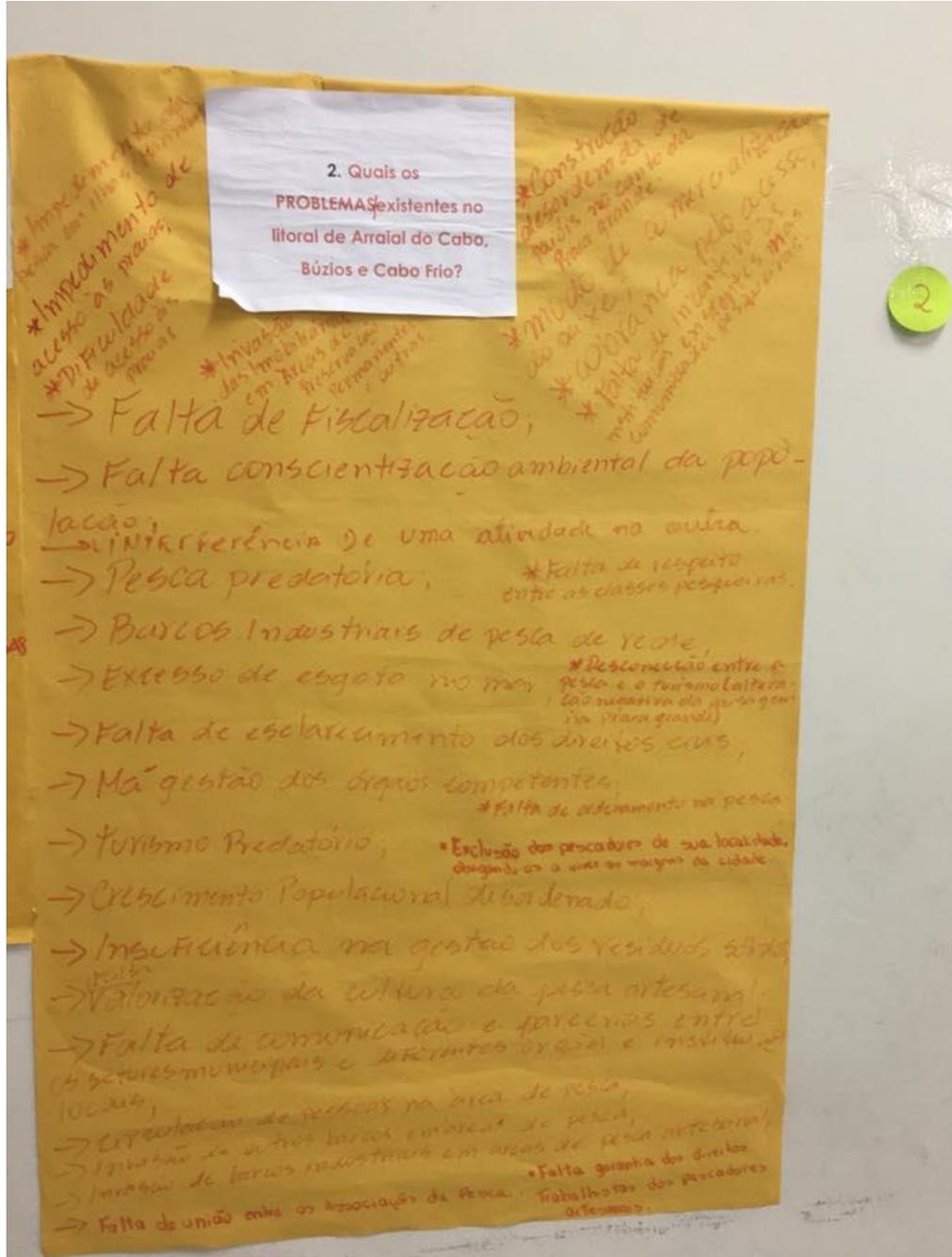
Tel: (21) 3938-5348 E-mail: secretariaeicos@psicologia.ufrj.br

**CEP - Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Centro de Filosofia e Ciências
Humanas**

Endereço: Prédio da Decania do CFCH - Praia Vermelha. 3º andar - Sala 30.

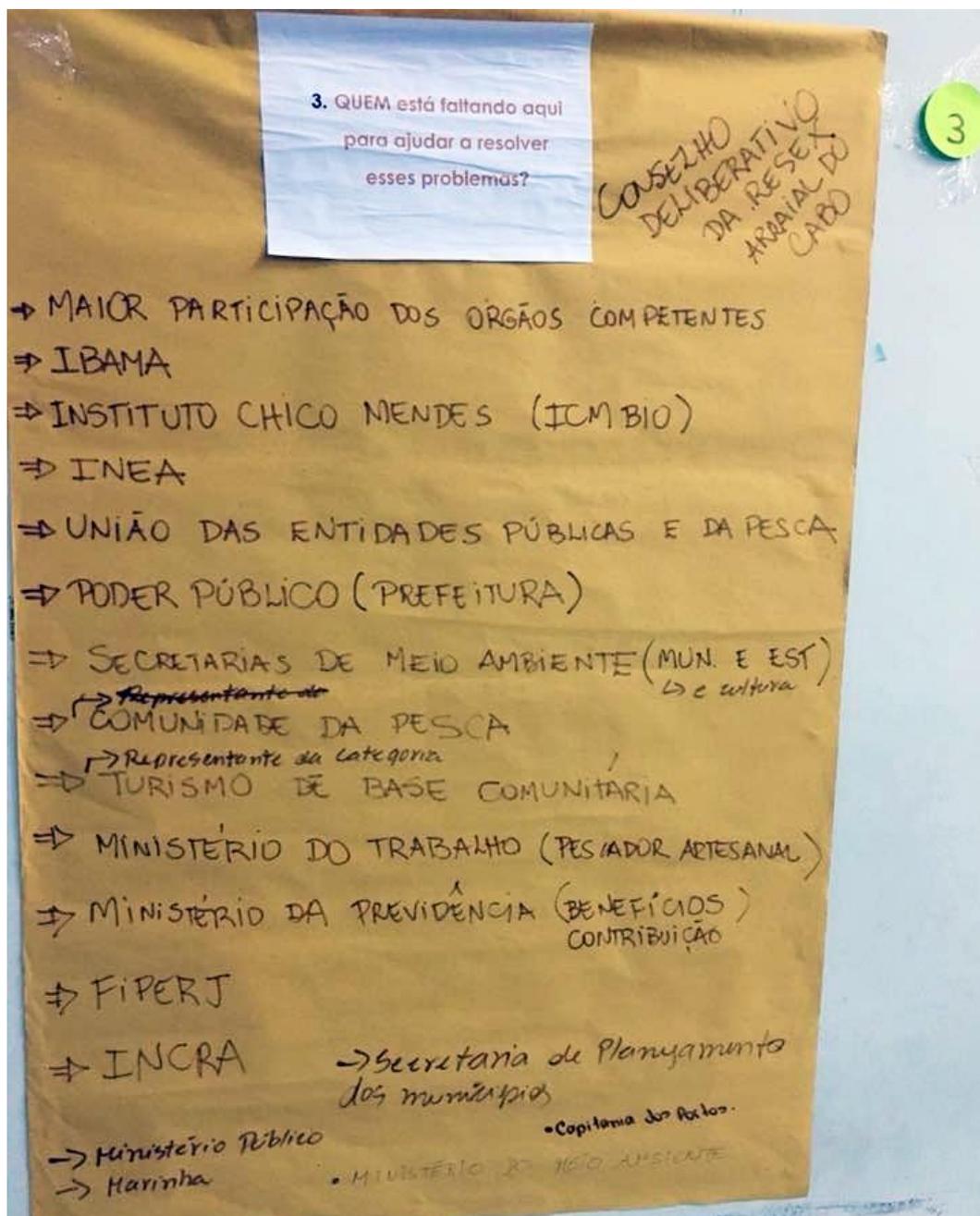
Tel: (21) 3938-5167. E-mail: cep.cfch@gmail.com

APÊNDICE 10: Registro fotográfico do Diagnóstico Rápido Participativo sobre os problemas existentes no litoral de alguns municípios de inserção do Parque Estadual da Costa do Sol.



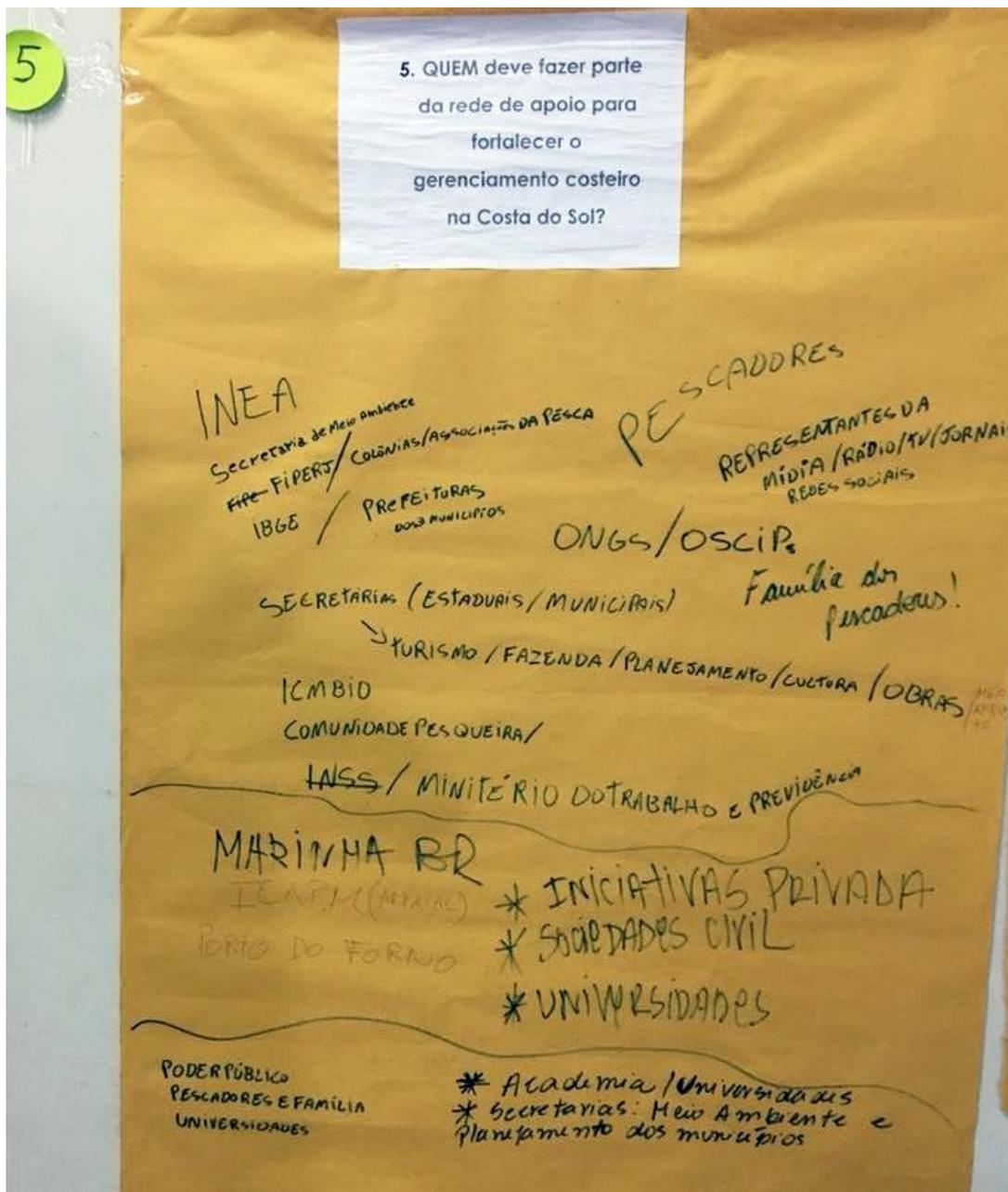
Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 11: Registro fotográfico do Diagnóstico Rápido Participativo sobre os atores sociais ausentes no evento, mas que podem auxiliar no equacionamento dos problemas locais.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 13: Registro fotográfico do Diagnóstico Rápido Participativo sobre os atores sociais que podem fazer parte da rede de gerenciamento costeiro na região da Costa do Sol.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 14: Registros fotográficos do turismo de massa, em alta temporada, no atrativo Prainhas do Pontal, no município de Arraial do Cabo.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 15: Registros fotográficos do congestionamento para acessar áreas do Parque Estadual da Costa do Sol, em altas temporadas, no município de São Pedro d'Aldeia.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 16: Registro fotográfico da dificuldade de manutenção da sinalização no Parque Estadual da Costa do Sol, no atrativo Prainhas do Pontal, no município de Arraial do Cabo.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 17: Registros fotográficos da dificuldade de ordenar a prestação de serviços no Parque Estadual da Costa do Sol, no atrativo Praia das Conchas, no município de Cabo Frio.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 18: Registros fotográficos de animais domésticos nas áreas de inserção do Parque Estadual da Costa do Sol, no atrativo Praia das Conchas, no município de Cabo Frio.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 19: Registro fotográfico de ritual religioso com garrafas de vidro, em áreas do Parque Estadual da Costa do Sol, na trilha de acesso à Praia das Conchas, no município de Cabo Frio.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 20: Registro fotográfico de construções ilegais nas áreas do Parque Estadual da Costa do Sol, no distrito de Monte Alto, no município de Arraial do Cabo.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 21: Registros fotográficos de pichações, guarda-sóis, cadeiras no mar e despejo inadequado de resíduos no atrativo Ilha do Japonês, no município de Cabo Frio.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 22: Registro fotográfico de despejo inadequado de resíduos no atrativo Praia do Dentinho, no distrito de Praia Seca, no município de Araruama.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 23: Registros fotográficos de área com muitos veículos onde é proibido estacionar e com poucos veículos em local destinado ao estacionamento, no atrativo Prainhas do Pontal, no município de Arraial do Cabo.



Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE 24: Registro fotográfico do aumento da criminalidade em áreas do Parque Estadual da Costa do Sol, no distrito de Monte Alto, no município de Arraial do Cabo.



Fonte: a autora (2017).

ANEXOS

ANEXO 1: Decreto nº 42.929, de 18 de abril de 2011, de criação do Parque Estadual da Costa do Sol.

DECRETO Nº 42.929 DE 18 DE ABRIL DE 2011 CRIA O PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(D.O. 19/04/2011)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista o que consta do processo nº E-07/301.149/2008 e CONSIDERANDO:

- que é dever do Poder Público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;
- que a Mata Atlântica constitui patrimônio nacional, conforme o disposto no § 4º do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;
- que as áreas que abriguem espécies ameaçadas de extinção, exemplares raros de fauna e da flora nativas e áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural são consideradas áreas de preservação permanente, conforme o disposto no artigo 268 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;
- a existência de importantes remanescentes dos ecossistemas de restinga, mangue, floresta atlântica, cordões arenosos, costões rochosos, vegetação xerofítica, brejos, lagoas e lagunas na região das baixadas litorâneas;
- a criação do Parque das Dunas do Estado do Rio de Janeiro, pela Lei Estadual nº 1.807, de 03 de abril de 1991, que necessita de demarcação in loco, mapeamento e fiscalização do órgão ambiental estadual;
- a proposta desenvolvida pelo Consórcio Intermunicipal Lagos São João de criação de uma unidade de conservação de proteção integral multissetorial, que abranja os principais remanescentes dos diversos ecossistemas secos e úmidos da Região dos Lagos; e

- que o Parque Estadual da Costa do Sol é um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável da região onde está inserido, assegurando um espaço público para o lazer, a recreação e a manutenção da biodiversidade para as atuais e futuras gerações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Parque Estadual da Costa do Sol, com área total aproximada de 9.840,90 hectares, dividido em quatro setores, cada qual composto por uma ou mais áreas distintas, que abrangem terras dos municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Saquarema e São Pedro da Aldeia. §1º - O memorial descritivo dos limites do parque consta do Anexo I do presente decreto, dividido de acordo com as diversas áreas dos quatro setores que o compõem. §2º - O mapa de situação do parque consta do Anexo II do presente decreto. §3º - O mapa original do parque, com a delimitação por pontos e correspondentes coordenadas UTM, acha-se arquivado no Instituto Estadual do Ambiente - INEA/RJ e disponibilizado na página do órgão na internet.

Art. 2º - A criação do Parque Estadual da Costa do Sol tem por objetivos: I - assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados da região das baixadas litorâneas, bem como recuperar as áreas degradadas ali existentes; II - manter populações de animais e plantas nativas e oferecer refúgio para espécies migratórias, raras, vulneráveis, endêmicas e ameaçadas de extinção da fauna e flora nativas; III - preservar restingas, mangues, floresta atlântica, vegetação xerófila, cordões arenosos, costões rochosos, brejos, lagoas, lagunas, formações geológicas notáveis e sítios arqueológicos contidos em seus limites; IV - oferecer oportunidades de visitação, recreação, interpretação, educação e pesquisa científica; V - assegurar a continuidade dos serviços ambientais prestados pela natureza; e VI - possibilitar o desenvolvimento do turismo no interior do parque, conforme disposto em seu plano de manejo, e atividades econômicas sustentáveis em seu entorno.

Art. 3º - Fica estabelecida como de utilidade pública, para fins de desapropriação e implantação do parque, a área delimitada por este decreto, sendo vedados empreendimentos, obras e quaisquer atividades que afetem sua substância ou destinação.

Art. 4º - O parque será regido pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e pela legislação estadual pertinente. Art.

5º - O Parque Estadual da Costa do Sol será administrado pelo Instituto Estadual do Ambiente, que adotará as medidas necessárias para sua efetiva implantação e estimulará parcerias com as prefeituras municipais cujos territórios são abrangidos pelos seus diversos setores. §1º - As parcerias mencionadas no caput deste artigo visarão à administração do parque por meio da cogestão de seus setores, e serão formalizadas mediante a celebração de instrumentos jurídicos individualizados com cada prefeitura municipal que manifestar interesse. §2º - O Instituto Estadual do Ambiente também poderá celebrar Termos de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a gestão de um ou mais setores do Parque Estadual da Costa do Sol, nos termos do art. 30 da Lei Federal nº 9.985/00.

Art. 6º - Fica estabelecido o prazo máximo de 5 (cinco) anos, a partir da data de publicação deste decreto, para a elaboração do plano de manejo do Parque Estadual da Costa do Sol. §1º - Enquanto não for aprovado o plano de manejo do Parque Estadual da Costa do Sol, sua zona de amortecimento será constituída, provisoriamente, pelas seguintes áreas: I - pelas porções remanescentes, fora do parque, das áreas de proteção ambiental estaduais de Massambaba, Serra de Sapatiba e Pau-Brasil; e II - quando fora das áreas mencionadas no inciso anterior: a - pelos 100 (cem) metros do entorno imediato do parque, quando situados em área urbana, conforme o disposto na legislação municipal pertinente; e b - pelos 500 (quinhentos) metros do entorno imediato do parque, quando situados em área rural, conforme o disposto na legislação municipal pertinente. §2º - Nas áreas definidas no inciso I do parágrafo anterior, permanecem em vigor as regras constantes dos seus respectivos planos de manejo.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2011

SÉRGIO CABRAL

Governador

ANEXO 2: Cartaz de divulgação do Programa Estadual de Guias e Condutores de Visitantes no Parque Estadual da Costa do Sol.

PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

CURSO GRATUITO

CONDUTORES DE VISITANTES

Para moradores da região do parque, acima de 18 anos de idade, com ensino fundamental completo.

INSCRIÇÕES:
12 E 13 :: SETEMBRO :: 2016

<p>LOCAIS: 12/09 :: Sede provisória do PECS (Rua José Antônio Sampaio, nº 6 – Cabo Frio – RJ) 13/09 :: Sede da Apa Massambaba (Estrada de Praia Seca, km 9,5 – Araruama – RJ)</p>	<p>AULAS: 20/09 a 06/12 As terças e quintas-feiras, das 17h30 às 22h Na Ferlagos – Cabo Frio</p>	<p>MAIS INFORMAÇÕES: 22 2647-3466 eaupecs@gmail.com</p>
--	--	--

GOVERNO DO Rio de Janeiro **Secretaria do Ambiente** **inea** Instituto Estadual do Ambiente

PERTO DE VOCÊ **APOIO**

Fonte: Amigos do Parque Estadual da Costa do Sol (2016)²⁶.

²⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/amigosdopecs/>> Acesso em: 26 de dez. de 2017.

ANEXO 3: Cartaz de divulgação do Projeto Vem Passarilhar no Parque Estadual da Costa do Sol.



Fonte: Amigos do Parque Estadual da Costa do Sol (2017)²⁷.

²⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/amigosdopecs/>> Acesso em: 26 de dez. de 2017.

ANEXO 4: Cartaz de divulgação do 6º Aniversário do Parque Estadual da Costa do Sol.

PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

ANIVERSÁRIO DO PECS

PROGRAMAÇÃO 29 :: ABRIL :: 2017

- 08H CORRIDA ECOLÓGICA
- 09H TORNEIO DE ORIENTAÇÃO
- 10H TRILHA INTERPRETATIVA
- 11H INAUGURAÇÃO DO NÚCLEO MASSAMBABA
- 14H DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS
- 15H STAND UP PADDLE
- 16H APRESENTAÇÃO MUSICAL

Venha comemorar no parque, aguardamos vocês!

ANOS

SEDE APA ESTADUAL DE MASSAMBABA
RJ102, 9,5 km - Praia Seca,
Araruama - RJ

INFORMAÇÕES:
(22) 2647-3850 | (22) 2647-3466

INSCRIÇÕES PARA AS PRÁTICAS ESPORTIVAS:
parqueestadualdacostadosol@gmail.com

Parceria:

GOVERNO DO Rio de Janeiro
PERTO DE VOCÊ

Secretaria do Ambiente

inea Instituto estadual do ambiente

Fonte: Amigos do Parque Estadual da Costa do Sol (2017)²⁸.

²⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/amigosdopecs/>> Acesso em: 26 de dez. de 2017.

ANEXO 5: Cartaz de divulgação das atividades na Semana do Meio Ambiente, no Parque Estadual da Costa do Sol.

PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

03, 04, 09, 10 E 11 :: JUNHO :: 2017
Trilhas, caminhadas e o Programa Vem Passarinhar RJ

Foto: Mariana Prado

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

SEDE PROVISÓRIA DO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL
Posto Avançado da Superintendência Regional Lagos de São João (Suplaj) do Inea
Rua José Antonio Sampaio, nº 6 - Parque Riviera, Cabo Frio - RJ

INSCRIÇÕES para o Vem Passarinhar RJ
Secretaria Municipal de Turismo de Arraial do Cabo: (22) 2622-1949
email: eaupecs@gmail.com

GOVERNO DO Rio de Janeiro
PERTO DE VOCÊ

Secretaria do Ambiente

inea Instituto estadual do ambiente

Fonte: Amigos do Parque Estadual da Costa do Sol (2017).

ANEXO 6: Cartaz de divulgação do *Projeto Olho na Mata* no Parque Estadual da Costa do Sol.

PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

PROJETO OLHO NA MATA

CURSO GRATUITO

O Parque Estadual da Costa do Sol convida para o curso de Educação Ambiental para educadores da rede pública de ensino dos municípios abrangidos pelo parque, **Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Búzios e São Pedro da Aldeia.**

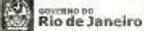
O curso abordará observação de fauna e flora da região. O Projeto ancorado na ciência cidadã formará **60 educadores.**

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 10 :: SETEMBRO

email: EAUPECS@gmail.com

Tels: (22) 2647-3466 e (22) 2661-2720

Foto: Mariana Prado

 GOVERNO DO Rio de Janeiro  Secretaria do Ambiente  **inea** instituto estadual do ambiente

Fonte: Amigos do Parque Estadual da Costa do Sol (2017).

ANEXO 7: Calendário anual de reuniões disponibilizado pela gestão do Parque Estadual da Costa do Sol.



Fonte: Gestão do PECS (2017)²⁹.

²⁹ Planejamento anual disponibilizado pela Gestão do Parque Estadual da Costa do Sol.

ANEXO 8: Certificado de participação como ouvinte no 3º Encontro de Parques de Montanha: debatendo a visitação em Unidades de Conservação.



ANEXO 9: Certificado de apresentação oral no *II Seminário Nacional de Gestão Sustentável de Ecossistemas Aquáticos*.



Certificado

Certificamos que YASMIN XAVIER GUIMARÃES NASRI apresentou o trabalho "USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (RJ): DESAFIOS PARA PENSAR O GERENCIAMENTO COSTEIRO FLUMINENSE" na Sessão de Comunicações Oraís do II Seminário Nacional de Gestão Sustentável de Ecossistemas Aquáticos (GSEA), realizado de 20 a 22 de setembro de 2017, em Cabo Frio/RJ.

Antônio Marcos Muniz Carneiro
Presidente do II GSEA 2017
Coordenador Geral do Projeto Ardentia



ANEXO 10: Roda de conversa para discutir a dinâmica da rede colaborativa da Costa do Sol.



Fonte: Ardentia (2017)³⁰.

³⁰ Disponível em: <<http://www.ardentia.org.br/index.php/pt/galeria>> Acesso em: 15 de nov. de 2017.

ANEXO 11: Certificado de apresentação oral no VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social/ III Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social.

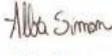
**VIII sapis
III elapis**
seminário brasileiro sobre áreas protegidas e inclusão social
encontro latino americano sobre áreas protegidas e inclusão social

Realização: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito | UFF e Faculdade de Direito | UFF
18 a 21 de outubro de 2017
Niterói | Rio de Janeiro | Brasil

CERTIFICADO

Certificamos que **YASMIN XAVIER GUIMARÃES NASRI** apresentou comunicação oral do Trabalho **“DINÂMICAS DE USO PÚBLICO EM ÁREAS PROTEGIDAS DO RIO DE JANEIRO: REFLETINDO SOBRE O CONTEXTO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA E DO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL”** no VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social / III Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, realizado de 18 a 21 de outubro de 2017, na Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.


Wilson Madeira Filho
Diretor da Faculdade de Direito / UFF


Alba Simon
Coordenadora Geral do VIII Sapis / III ELAPIS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - Faculdade de Direito - UFF

REALIZAÇÃO: **uff** Universidade Federal Fluminense

APOIO: **WCPA** Associação Brasileira de Unidades de Conservação da Natureza, **IUCN**, **FAPESP**

PATROCÍNIO: **giz**, **CAPES**, **ICMBio**, **CNPT**, **Ministério do Meio Ambiente**, **Imafloia**

Faculdade de Direito | UFF

ANEXO 12: Autorização cedida pelo Instituto Estadual do Ambiente para realização de pesquisa científica em unidade de conservação do Estado do Rio de Janeiro.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

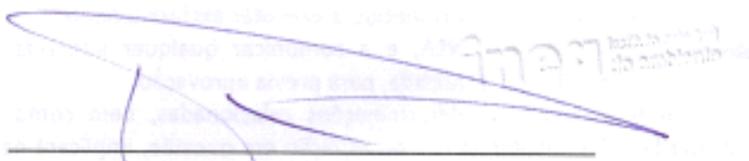
AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA INEA Nº 021/2017

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA
EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, no uso de suas atribuições legais, considerando a Portaria IEF/RJ/PR nº 227 de 18/12/2007 e considerando, ainda, o que consta no procedimento administrativo E-07/002.06198/2017, **AUTORIZA** a pesquisadora **YASMIN XAVIER GUIMARÃES NASRI**, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e sua equipe, Marta de Azevedo Irving, a obter dados no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), com vistas à execução do projeto de pesquisa “**Interpretando o uso público pela lente do Religare: o caso do Parque Estadual da Costa do Sol, RJ, Brasil**”, devendo ser observadas as condições discriminadas no verso deste documento e ainda aquelas previstas na Portaria supracitada.

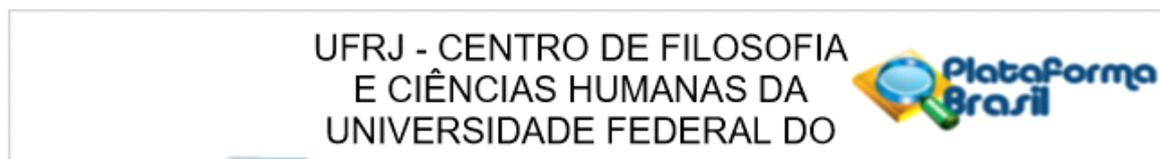
A presente autorização tem validade de **06 (seis) meses** a partir da data de sua assinatura.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2017.



Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas

ANEXO 13: Autorização cedida pelo Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Interpretando o uso público pela lente do Religare: o caso do Parque Estadual da Costa do Sol, RJ/ Brasil

Pesquisador: YASMIN XAVIER GUIMARAES NASRI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68212017.5.0000.5582

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia (UFRJ)

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.148.228

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As solicitações do CEP foram atendidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_909360.pdf	19/06/2017 11:38:05		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_YasminNasri.docx	19/06/2017 11:30:43	YASMIN XAVIER GUIMARAES NASRI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	19/06/2017 11:29:28	YASMIN XAVIER GUIMARAES NASRI	Aceito
Folha de Rosto	YasminNasri.pdf	25/04/2017 21:15:03	YASMIN XAVIER GUIMARAES NASRI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 29 de Junho de 2017

Assinado por:
Fátima da Silva Grave Ortiz
(Coordenador)